



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Economia

## MERCADO DE TRABALHO E OS SERVIÇOS PESSOAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

**Leandro Pereira Morais**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por **Leandro Pereira Morais** em 29/09/2006 e orientado pelo Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar.*

CPG, 29 / 09 / 2006

*Paulo Eduardo de Andrade Baltar*

Campinas, 2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M792m	Morais, Leandro Pereira. Mercado de trabalho e os serviços pessoais no Brasil contemporaneo / Leandro Pereira Moraes. - Campinas, SP: [s.n.], 2006.  Orientador : Paulo Eduardo de Andrade Baltar. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.  1. Mercado de trabalho - Brasil. 2. Industria de serviços. I. Baltar, Paulo Eduardo de Andre. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
	06-065-BIE

**Título em Inglês:** Work market and personal services in contemporary Brazil.

**Keywords:** Work market – Brazil, Service industries.

**Área de concentração:** Economia social e do trabalho.

**Titulação:** Mestre em Desenvolvimento Econômico.

**Banca examinadora:** Prof. Dr. Paulo Eduardo de Andrade Baltar.  
Prof. Dr. Carlos Alonso Barbosa de Oliveira.  
Prof. Dr. Francisco Constantino Crocomo.

**Data da defesa:** 29/09/2006.

**Programa de Pós-Graduação:** Desenvolvimento Econômico.

Dissertação de Mestrado

Aluno: LEANDRO PEREIRA MORAIS

“Mercado de Trabalho e os Serviços Pessoais no Brasil Contemporâneo”

Defendida em 29 / 09 / 2006

## COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PAULO EDUARDO DE ANDRADE BALTAR



Prof. Dr. CARLOS ALONSO BARBOSA DE OLIVEIRA



Prof. Dr. FRANCISCO CONSTANTINO CROCOMO



"...Nunca pude me esquecer da expressão de cólera com que uma senhorita rica me contou, em 1960 - ano em que eu escrevi a *Farsa da Boa Preguiça* - como ficara, no dia anterior, quase uma tarde inteira, desesperada, angustiada, com seu automóvel enguiçado diante de um posto de gasolina, preso na boléia do carro por uma dessas nossas fortíssimas chuvas de junho, do Recife. A cinco passos dela, abrigado num portal do posto, estava um negro alto, olhando a cena, impossível e sereno. A dona baixou o vidro do automóvel, exibiu aquilo que para o negro era uma boa nota de dinheiro e ordenou-lhe que empurrasse o carro até o posto, para ele ser consertado..."

Trecho de: “Farsa da Boa Preguiça”, de Ariano Suassuna, 2002.

Dedico:

Ao meu pai Nilton e à minha mãe Ana Lucia,  
Por Tudo, desde sempre.

Ao meu amor Carol,  
Pela compreensão, companheirismo, inspiração, divertimento, reciprocidade, carinho....

Aos Giovanna e João Vitor, respectivamente,

Minha primeira sobrinha e meu primeiro afilhado; os mais novos integrantes de nossa família.

## AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao “meu” Deus, pela vida, proteção e saúde.

Agradeço aos meus pais, Nilton e Ana Lúcia, pela oportunidade, esforço, carinho e dedicação. E também a toda minha família, em especial àqueles que mais participaram desta etapa: Letícia, Leonardo, Cidinha e Berto. De forma especial, agradeço ao Tio Nico, por sua inteligência e pela possibilidade de contato recorrente; aspectos estes que serviram de pilares em minha formação.

Agradeço à Carol, meu amor e fonte de minha inspiração. Aproveito para desculpar-me dos necessários momentos de ausência, além de agradecer as “lições” de paciência, tranquilidade e serenidade.

Agradeço aos professores e colegas de trabalho do CESIT, pela importância em minha formação e pela afável convivência ao longo destes anos: Amilton, Dari, David, Denis, Dedecca, Eduardo Fagnani, Eugênia e Valdir Quadros. De forma especial, devo registrar, por toda minha trajetória, o nome do professor e, principalmente, amigo Anselmo Luís dos Santos, além do Mestre Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, a quem muito admiro e respeito. Também de forma especial, agradeço ao Professor Marcelo Proni, por sua ampla participação e pertinentes observações, desde o Projeto à Qualificação.

Agradeço ao meu orientador e Mestre, Professor Paulo Baltar, por toda sua dedicação, empenho, comprometimento, entusiasmo, profissionalismo, e por tudo que me ensinou. Registro aqui, a grata satisfação e honra de tê-lo como orientador. Ao Senhor, meu Muito Obrigado!

Agradeço as importantes indicações bibliográficas e contatos, mesmo que virtuais, com a Sra. Paula Montagner; indicações estas fundamentais para a elaboração e discussão da parte teórica deste trabalho.

Agradeço aos colegas da turma de mestrado: Vinícius, Aline e Alice e pelos colegas de pesquisa, do Projeto DIEESE/CESIT/CNPq: Ana Cristina, Fernando e Moisés. E, de forma especial, à Darcilene que, por um lado, muito nos ajudou na preparação das “sintaxes” para as tabulações dos microdados da PNAD e, por outro, foi de fundamental importância para as tabulações finais deste trabalho.

Agradeço ao Gori, pela sua fundamental e paciente ajuda para o prosseguimento empírico deste trabalho; ajuda esta mais que imprescindível. Aproveito para desculpar-me dos “abusos” e para agradecer-lo pela sua sempre pronta ajuda.

Agradeço ao Licério, pela sua amizade, dedicação e pela forma com que realiza seu trabalho; trabalho este de extrema importância para o andamento profícuo e exitoso de nossas atividades no CESIT. Agradeço também à Susete, pela atenção dispensada.

Agradeço a competência e a importante ajuda dos Secretários de nossa Pós Graduação: Alberto e Cida.

Correndo o risco de esquecer-me de alguém, agradeço a todos aqueles que participaram desta importante etapa da minha vida. Obrigado!!



# ÍNDICE

	pág.
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT .....	xv
LISTA DE TABELAS.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	01
1 A PROBLEMÁTICA DOS SERVIÇOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	09
1.1 Os serviços pessoais e domiciliares no Brasil: por que investiga-los?.....	20
2 REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: ALGUMAS PECULIARIDADES PERVERSAS .....	39
3 O QUE SÃO OS SERVIÇOS PESSOAIS E DOMICILIARES? .....	51
..3.1 Esclarecimentos metodológicos .....	51
..3.2 Evolução do perfil dos ocupados em SPD no Brasil entre 1992 e 2001 .....	62
3.2.1 Análise setorial dos ocupados não-agrícolas: quais as especificidades dos SPD? .....	62
3.2.2 Os serviços domésticos remunerados no Brasil .....	85
3.2.3 Análise interna do perfil dos ocupados e dos rendimentos em serviços pessoais no Brasil .....	93
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	117



## RESUMO

A década de 1990 é marcada por um processo de desestruturação do mercado de trabalho nacional e tem como marcos principais, o aumento da informalidade e do desemprego. A nova dinâmica do mercado de trabalho caracteriza-se pela desarticulação da base do trabalho assalariado e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares, ou seja, em ocupações de baixa qualificação, baixo rendimento e com altos níveis de informalidade. No entanto, frente às dificuldades metodológicas e conceituais inerentes ao estudo do setor de serviços, além da indefinição de uma tipologia clara, precisa e sistematizada que contemple os serviços pessoais e domiciliares, cabem algumas indagações, tais como: o que são e quais atividades compreendem estes tipos de serviços? Como proceder, do ponto de vista metodológico, na investigação destas atividades? Quem são e qual o perfil de seus ocupados? Neste sentido, frente ao atual contexto de desigualdade socioeconômica e de dificuldades de inserção no mercado de trabalho brasileiro, este trabalho tem o intuito de fomentar uma reflexão acerca da problemática referente à dinâmica dos serviços pessoais e domiciliares, a começar pela tentativa de propor uma tipologia teoricamente justificável e operacional, tendo em vista as diferentes formas de utilização do termo na literatura especializada. Posteriormente, a partir desta tipologia proposta, pretende-se, com base em tabulações especiais nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD, analisar o perfil dos ocupados neste subsetor que respondeu pela maioria dos ocupados em serviços ao longo do período analisado (1992-2001), mas que, por outro lado, apresenta os menores níveis de remuneração. Vale notar que embora tenha havido certa “modernização” em algumas de suas ocupações, sobretudo às ligadas à prestação de serviços para uma camada com diferenciado poder aquisitivo, onde as exigências técnica e de qualificação e formação superior sejam condições necessárias para que se possa ocupar determinados postos de trabalho, como por exemplo, esteticistas, *personal trainer*, *maitrês*, etc., ainda persiste uma considerável gama de ocupados em serviços mais “tradicionais”, sobretudo nos serviços domésticos remunerados que representam quase 45% do total dos ocupados neste subsetor.

**Palavras – Chave:** Mercado de Trabalho, Serviços Pessoais e Brasil



## **ABSTRACT**

The decade of 1990 is marked by a process which undermines the structure of the domestic work market in Brazil and this period has a main characteristics the increase of informality and joblessness. The new dynamics of the work market is characterized by the disarticulation of the waged work in its basis and by the steady increase of non-waged occupational segments turned, most part, to the fulfillment of personal and household services, i.e, occupations which require low qualification and which offer low income and high levels of informality. However, considering the methodological and conceptual difficulties related to the study of sector services and the lack of a clear, precise and systematized type definition which would involve personal and household services, some questions arise, such as: a) what are these activities and what kind of services do they offer? b) how to proceed, from the methodological point of view, in the investigation of such activities? c) Who are the people employed in these activities and which is their profile? Considering the current context of socio-economical differences and the difficulties one has to overcome in order to enter the work market in Brazil, this paper has a goal to provoke a reflection about the problems related to the dynamics of personal and household services, starting with the try of proposing an operational and theoretically justifiable type definition, bearing in mind the different uses of this term in specialized literature. Hater, from the proposed type definition, based on the special tables of micro data compiled by PNAD, there is the intention of analyzing the profile of the people employed in this sector who respond for the majority of employed people during the studied period (1992-2001); on the other hand, those same people present the lowest levels of income. It is worth noticing that although there have been modern advances in some of this occupations, especially the ones turned to people with a high standard of living, activities which require some qualification, graduation and technical demands, such as beauty technicians, personal trainers, chefs, etc, there is a large number of people still employed in more traditional activities and they work in waged household jobs and who make 45% of people employed in this sub sector.

**KEYWORDS:** Work market, Personal Services and Brazil



LISTA DE TABELAS:

Pág.

<b>Tabela 1</b> - Distribuição (%) dos ocupados por setores da atividade econômica - EUA, 1920 - 1970 .....	59
<b>Tabela 2</b> - Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas e Rendimento Médio (SMH) nos Setores de Atividade Econômica – Brasil, 1992 – 2001 .....	63
<b>Tabela 3</b> - Distribuição de Mulheres segundo os Setores da Atividade Econômica - Brasil, 1992 e 2001 .....	67
<b>Tabela 4</b> – Rendimento Médio dos Ocupados segundo Setores da Atividade Econômica por Sexo – Brasil, 1992 e 2001 .....	68
<b>Tabela 5</b> - Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixa Etária – Brasil, 1992 e 2001 .....	70
<b>Tabela 6</b> - Rendimento Médio dos Ocupados Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixa Etária – Brasil, 1992 e 2001 .....	71
<b>Tabela 7</b> - Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixa de Escolaridade – Brasil, 1992 e 2001 .....	73
<b>Tabela 8</b> - Rendimento Médio dos Ocupados Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixas de Escolaridade – Brasil, 1992 e 2001 .....	76
<b>Tabela 9</b> - Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001 .....	77
<b>Tabela 10</b> - Rendimento Médio dos Ocupados Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001 .....	82
<b>Tabela 11</b> - Posição na Ocupação e Rendimento dos Ocupados em Serviços Domésticos Remunerados – Brasil, 1992 e 2001 .....	87
<b>Tabela 12</b> - Distribuição dos Ocupados em Serviços Domésticos Remunerados segundo Anos de Estudo – Brasil, 1992 e 2001 .....	89
<b>Tabela 13</b> - Distribuição e Taxas de Crescimento dos Ocupados e Rendimento Médio (em SMH) nos Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades – Brasil, 1992 e 2001 .....	95
<b>Tabela 13.1</b> – Ocupados e Rendimento Médio em SPD – Brasil, 1989 .....	95
<b>Tabela 14</b> - Distribuição dos Ocupados e Rendimento Médio (em SMH) em Serviços Pessoais segundo Sexo por Ramos de Atividades – Brasil, 1992 e 2001 .....	97

<b>Tabela 15-</b> Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Faixa Etária (em anos) – Brasil, 1992 e 2001 .....	98
<b>Tabela 16-</b> Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Faixas de Etária – Brasil, 1992 e 2001 .....	99
<b>Tabela 17-</b> Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Faixa de Escolaridade (em anos) – Brasil, 1992 e 2001 .....	101
<b>Tabela 18-</b> Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Faixas de Escolaridade – Brasil, 1992 e 2001 .....	102
<b>Tabela 19 -</b> Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001 .....	104
<b>Tabela 20 -</b> Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001 .....	105
<b>Tabela 21-</b> Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Tamanho do Estabelecimento (em no. de empregados)– Brasil, 1992 e 2001 .....	106
<b>Tabela 22 -</b> Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Tamanho do Estabelecimento (em no. de empregados) – Brasil, 1992 e 2001 .....	106



## INTRODUÇÃO

A década de 1990 é marcada por um processo de desestruturação do mercado de trabalho nacional, tendo em vista, sobretudo, o aumento da informalidade e do desemprego. A nova dinâmica do mercado de trabalho caracteriza-se pela desarticulação da base do trabalho assalariado e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares, ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento, tornando-se, pois, o mercado de trabalho nacional cada vez mais precário, excludente e heterogêneo.

Conforme apontou Barbosa de Oliveira (1998: 01), “o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, que reflete uma herança social”, visto que “o desenvolvimento econômico, ao invés de promover a homogeneização, criou uma série de desigualdades que não foram superadas desde o período colonial”. Vale lembrar que, a partir de 1950, a industrialização brasileira trouxe mudanças importantes na vida econômica e social do país, tendo em vista o estabelecimento de segmentos econômicos mais estruturados, a urbanização acelerada e o rápido crescimento econômico, porém com concentração de renda e disseminação significativa de uma “nova pobreza”, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas (Henrique, 1998).

Em outros termos, de acordo com Cardoso de Mello & Novais (1998), especificamente de 1950 até o final de 1970, o país foi capaz de construir uma economia “moderna” marcada pela presença do aço, da gasolina, do petróleo, das hidroelétricas, das indústrias têxteis, automobilísticas, farmacêuticas, pelas

rodovias, pelos “arranha – céus” e pela incorporação do padrão de consumo dos países avançados. Do ponto de vista do mercado de trabalho, o crescimento econômico, aliado aos processos de urbanização e de industrialização, refletiu na criação de novas oportunidades ocupacionais referentes à comercialização, reparações, serviços de lazer e diversão, além dos empregos ligados à indústria de transformação (Baltar & Dedecca, 1992). Nos anos 60, além da diferenciação dos aparelhos econômicos e sociais do Estado, aparecem oportunidades novas para os especialistas, técnicos e professores de nível superior. A “contemporaneidade capitalista” da década de 1970, dada a brutal expansão econômica e consolidação do sistema industrial,

*“revelou-se na diminuição dos trabalhadores sem remuneração, no crescimento do emprego nas grandes empresas e no Estado, na indústria, no comércio, nos serviços administrativos, sociais e associados à produção, no aumento do trabalho qualificado e da formalização dos contratos sociais, na forte ampliação do operariado da grande empresa e dos segmentos médios assalariados” (Henrique, 1999, p. 43).*

No entanto, se, por um lado, as mudanças complexas da estrutura produtiva no campo e nas cidades, a partir de transformações industriais dinamicamente centradas na expansão dos bens de consumo duráveis, incorporaram trabalhadores nas relações sociais mercantis (assalariamento da força de trabalho) e constituíram um mercado nacional de trabalho “unificado, embora segmentado”, por outro, conforme observou Faria (1991:102), trouxe resultados contraditórios sobre a dinâmica da estrutura ocupacional, tendo em vista a permanência de uma ampla camada de subempregados “expostos às

incertezas de um mercado de trabalho dinâmico e instável” e de “estratos ocupacionais de renda muito elevada”.

Nesta perspectiva, os anos 1980 inauguraram uma nova problemática, tendo em vista a forte desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira e do comportamento do emprego. Segundo Baltar (1998), o nível de emprego formal oscilou com o ritmo da atividade econômica ao longo da década de 1980. Após décadas com taxas históricas de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, a economia brasileira experimentou um período de queda da taxa de investimento e lento aumento do produto, especialmente na indústria de transformação. No entanto, em que pese o fato de que o comportamento do mercado de trabalho nos anos 80 tenha interrompido sua longa tendência de estruturação que caracterizou o pós-guerra, é lícito afirmar que, neste período, ainda não havia concretizado a forte precarização do mercado de trabalho urbano do país, comparativamente ao que viria ocorrer na década subsequente.

Segundo Mattoso (1999), a década de 1990 tem como peculiaridade um processo de deterioração do mercado de trabalho brasileiro, tendo por um lado, a queda do emprego formal, o aumento da precariedade dos empregos, da taxa de desemprego e da informalidade e, por outro, a transferência de trabalhadores do setor industrial para o setor de serviços, geralmente com queda de renda. Em outras palavras, a década de 1990 mostrou claros sinais de desestruturação do mercado de trabalho nacional, ou seja, nítida tendência de crescimento do número de trabalhadores sem carteira e por conta própria, em detrimento da participação dos assalariados formais (Baltar, 2003).

De acordo com Pochmann (2001), os postos de trabalho abertos, em sua grande maioria, caracterizaram-se pela precariedade nas condições e relações de trabalho, além do que, os salários médios reais atingiram níveis inferiores aos verificados na década anterior, enquanto as taxas de desemprego tornaram-se mais que o dobro do que eram no final dos anos de 1980. A principal ocupação criada no período foi a de emprego doméstico, responsável por quase ¼ de todas as vagas abertas no país. O aparecimento de postos de trabalho precários e de baixa produtividade refere-se “fundamentalmente a estratégias de sobrevivência dos trabalhadores sem emprego” (Pochmann, 2001:156).

Nesse sentido, uma questão de notável importância que deve ser mencionada refere-se à política econômica adotada durante o período. Tavares (1997:115) propugna a tese de que

*“as mudanças introduzidas na economia a partir do início da década de 90 e aprofundadas aceleradamente com a implantação do Plano Real perfilam um novo quadro de agravamento das fortes desigualdades econômicas e sociais existentes no país, desta vez acrescidas pelo aumento do desemprego aberto e pela precarização extrema das condições e relações de trabalho”.*

Segundo a autora, os impactos negativos que recaem sobre a estrutura e a dinâmica da ocupação, relacionam-se diretamente com a natureza da política macroeconômica adotada, que tem como eixos centrais, a abertura comercial e financeira praticada de maneira “desordenada”, a contenção do crescimento econômico, a desregulamentação econômica e financeira e o “desmantelamento” do aparelho do Estado. Para Pochmann (1999), tais medidas de ajustes macroeconômicos implementadas com o intuito de atingir a “modernidade”, foram acompanhadas pela deterioração de parte significativa do parque produtivo, pela

desestruturação de parte das cadeias produtivas, sem mencionar a desigualdade entre os rendimentos.

Tudo isso indica o que Baltar (2003) cunhou de “estreitamento” do mercado de trabalho brasileiro. As manifestações deste “estreitamento” nos anos 90 podem ser expressas tendo em vista, por exemplo, a dificuldade de entrada do jovem no mercado de trabalho, a redução da busca por trabalho remunerado e o aumento da incidência do desemprego aberto.

Tal “estreitamento” pode também ser expresso, de um lado, pela redução absoluta dos empregos, sobretudo nas grandes empresas e, por outro, pelo expressivo aumento do emprego em pequenas e médias empresas nos mais variados setores de atividades. No entanto, a grande totalidade destes empregos gerados refere-se a empregos sem carteira de trabalho assinada.

O fato é que o aumento do desemprego aberto e da inatividade implicou em uma maior precariedade do trabalho daqueles que conseguiram uma ocupação, tendo em mente, por um lado, a queda do emprego e o aumento da exploração nas grandes empresas e, por outro, o aumento do emprego em pequenas e médias empresas acompanhado por um maior descumprimento da legislação trabalhista, além, é claro, da proliferação do emprego em pequenos empreendimentos não empresariais e do serviço doméstico remunerado (Baltar, 2003; Baltar, 2003 a; Santos, 2006).

Conforme Santos (2006: 263):

*“a expansão da ocupação nos pequenos negócios expressa a expansão de um conjunto de ocupações marcadas fortemente pelo trabalho precário da maioria dos trabalhadores por conta própria; pelo crescimento do universo de empregadores desenvolvendo atividades, em grande medida, ineficientes do ponto de vista*

*econômico, com reduzida produtividade, baixos rendimentos, menor grau de assalariamento e gerando piores postos de trabalho, menores rendimentos aos empregados ou atividades sem remuneração aos ajudantes e membros da família; pela expansão do emprego assalariado sem carteira. Em geral, a expansão de um universo de ocupações também marcadas pela falta de proteção trabalhista, social e previdenciária”.*

Ou seja, à nossa “herança social”, acrescenta-se o fato de que os anos 90 apresentaram uma “nova” realidade marcada pela reestruturação produtiva e organizacional, com baixo crescimento econômico, altas e prolongadas taxas de desemprego, aliado à permanência da desigualdade socioeconômica e ao baixo e insuficiente dinamismo do mercado de trabalho; aspectos estes que configuram um fenômeno social “regressivo” (Cardoso de Mello, 1992).

Neste sentido, tornou-se consensual, nas análises mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, que os “serviços pessoais” foram os que responderam pela maioria das ocupações geradas, sobretudo ao longo destes últimos anos. No entanto, frente às dificuldades metodológicas e conceituais inerentes ao estudo do setor de serviços, além da indefinição de uma tipologia clara, precisa e sistematizada que contemple os serviços pessoais e domiciliares, cabem algumas indagações, tais como: o que são e quais atividades compreendem estes tipos de serviços? Como proceder, do ponto de vista metodológico, na investigação destas atividades? Quem são e qual o perfil de seus ocupados e de seus rendimentos?

Conforme já havia notado Almeida (1976), em um clássico e pioneiro estudo, os “serviços de baixa qualificação geralmente recebem tão pouca atenção que a própria coleta de dados peca por falta de um arcabouço orientador” (p.73).

Neste sentido, frente ao atual contexto de desigualdade socioeconômica e de dificuldades de inserção no mercado de trabalho brasileiro, este trabalho tem o intuito de fomentar uma reflexão acerca da problemática referente à dinâmica dos serviços pessoais e domiciliares, a começar pela tentativa de propor uma tipologia teoricamente justificável e operacional, tendo em vista as diferentes formas de utilização do termo na literatura especializada.

Para tal, o trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: após esta Introdução, no capítulo 1 apresenta-se uma revisão bibliográfica internacional sobre a questão dos serviços, para, posteriormente, discorrer sobre a importância de investigar os serviços pessoais e domiciliares no país. No capítulo 2, discute-se a reestruturação da economia brasileira nos anos 90 e os impactos no mercado de trabalho. No terceiro capítulo, a discussão é centrada nos serviços pessoais e domiciliares, iniciando-se pelos esclarecimentos metodológicos, para, em seguida e com base na tipologia proposta, analisar o perfil dos ocupados neste setor, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD, para os anos de 1992 e 2001. Posteriormente, algumas considerações finais são tecidas e, na seqüência, apontam-se as referências bibliográficas.



## 1 A PROBLEMÁTICA DOS SERVIÇOS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os estudos da dinâmica econômica tradicionalmente enfocavam as atividades do comércio, da agricultura, da indústria e dos bancos. Foi apenas a partir dos anos 1930 que se procurou classificar as atividades econômicas em grandes grupos, de acordo com a natureza do processo de trabalho e dos produtos resultantes. Ou seja, somente no início do século XX apareceram os primeiros trabalhos que trataram sistematicamente o setor de serviços como um grupo de atividades apartadas das demais teorias anteriores<sup>1</sup>.

As contribuições iniciais aos estudos sobre o tema foram feitas por Fischer (1933) e Clark (1940)<sup>2</sup>. Fischer propôs dividir as atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias. Clark retomou a classificação de Fischer, mas utilizou no lugar de “terciário” a expressão “serviços”, considerada mais adequada. Sem dúvida, a nova nomenclatura procurava contemplar a crescente diversificação observada na vida econômica das principais cidades norte-americanas (Melo et al, 1998; Melvin, 1995), embora essas primeiras iniciativas de tratar conceitualmente os serviços não fazem mais do que defini-los de modo “residual”, ou seja, como atividades que não se enquadram nem no setor primário, nem no secundário (Kon, 1999).

A definição atualmente aceita diferencia os serviços de outros bens derivados da produção industrial e agrícola pelo fato de serem consumidos tal

---

<sup>1</sup> Vale destacar que não se pretende realizar um exaustivo balanço das contribuições teóricas sobre o tema, até mesmo por que tais contribuições já foram realizadas de forma mais sistemática em outros trabalhos, tais como Almeida & Silva (1973), Almeida (1976), Andrade (1989), Offe (1991), Melo et al (1998), Kon (1999), Morais (2005) e Orban (2005).

<sup>2</sup> Para uma discussão mais aprofundada a respeito das contribuições desses dois autores, ver o segundo capítulo do trabalho de Andrade (1989), seção 2.

como produzidos e serem resultantes de um processo onde produção e consumo são coincidentes no tempo e no espaço. Assim os serviços caracterizam-se pela circunstância de serem intangíveis, intransferíveis, não-estocáveis e por apresentarem contato direto entre produtores e consumidores (Melo et al, 1998).

No entanto, vale atentar-se ao fato de que tais características já vêm sendo alvo de críticas. Para Gadrey (1996), apud Carvalho (2004), tais pontos característicos apresentam fortes debilidades, como, por exemplo, o tratamento “imaterial” dispensado aos serviços de reparação e manutenção de bens duráveis, bem como a impossibilidade de estocar energia elétrica. Já Meirelles (2005) chama a atenção às notáveis transformações das características fundamentais dos serviços, visto que entre as implicações que tais transformações provocam sobre a natureza destes, destaca a “redução tendencial da intangibilidade, da simultaneidade, da inestocabilidade e da interatividade pessoal entre prestadores e usuários – atributos usualmente considerados como típicos de atividades de serviço<sup>3</sup>” (p. 4478).

Contudo, embora uma definição clara tenha sido parcialmente formulada e difundida, as análises sobre a dinâmica dos serviços têm sido dificultadas, a começar pela dificuldade de mensuração do seu produto, fato esse explicado, em parte, pela precariedade da base estatística que cobre o setor. Segundo Melo & Marques (2005), “a literatura econômica não conta ainda com uma definição amplamente aceita do que são os serviços” (p. 178).

---

<sup>3</sup> Para a autora, “o vínculo cada vez maior com atividades de produção de bens tangíveis, que reduz a intangibilidade inerente aos serviços; o desenvolvimento de novas formas de organização da produção e novos canais de comunicação entre prestadores e usuários, que permitem a padronização destas atividades e a operação em larga escala; não destituem as atividades de serviço de seu caráter fundamental, que é ser trabalho em processo” (p. 4495).

Além disso, na maior parte dos casos, os produtos não podem ser medidos em termos físicos, apresentando elementos qualitativos e peculiares que dificultam a comparação intertemporal de séries de produção (Melo et al, 1997 e 1998). Em outros termos, esse problema refere-se a dificuldades inerentes à mensuração do produto e da produtividade, tendo em vista o fato de que no setor incluem-se atividades múltiplas e não homogêneas, portanto, configurando um setor profundamente marcado pela heterogeneidade.

Certamente, a teoria econômica dispõe de uma vasta literatura examinando o comportamento dos setores primário e secundário; porém, em se tratando dos serviços, não foi capaz de produzir uma base de dados adequadamente organizada. Em outras palavras, o estudo do setor permanece prejudicado pela ausência de um conhecimento sistematizado do movimento e das mudanças que ocorrem em seu interior e no conjunto da economia como um todo (Cano, 1992). Até a década de 1970, conforme notou Oliveira (1976:23), “o papel e a função dos serviços numa economia não tem sido matéria muito atraente para os economistas, a julgar pela literatura existente”.

Segundo Offe (1989), o conceito de trabalho em serviços é de modo geral muito mal definido na literatura pertinente, além do que, “a experiência cotidiana da pesquisa social confirma também que os indicadores mais eficazes são ao mesmo tempo os menos encontrados nas estatísticas econômicas e sociais oficiais” (Offe, 1989:134).

Não obstante, com o aprimoramento das análises estatísticas sobre o Produto Interno Bruto - PIB, verificou-se a importância do setor de serviços na economia mundial. Impulsionados pelo desenvolvimento do Welfare State, pelas

transformações tecnológicas, pela expansão financeira e pelo aumento da capacidade de gastos das famílias e do desenvolvimento de novos estilos de vida, os serviços cresceram de aproximadamente 40% para 70% do PIB mundial, entre 1950 e 1990 (Griliches & Mohr, 1992 apud Melo et al., 1997). Além disso, os serviços adquiriram uma importância crucial na estrutura de emprego e nas transações econômicas de um modo geral, seja como atividade de uso final, seja como atividade de apoio à produção manufatureira e agrícola. Por isso, o crescimento das atividades que compõem o setor é tido como importante fonte de ocupação da mão-de-obra, tanto nos países desenvolvidos como nas economias periféricas, guardadas as devidas proporções e peculiaridades<sup>4</sup>.

No que concerne às explicações acerca do dinamismo do setor de serviços em termos de geração de ocupação e renda, Offe (1989) menciona duas abordagens: por um lado, deve-se levar em conta o crescimento e diferenciação da demanda e das necessidades; por outro, a lógica da oferta no mercado de trabalho. Em trabalho posterior, com o intuito de fornecer uma visão melhor sistematizada, Offe (1991) aponta quatro aspectos sociológicos tidos como relevantes para entender o problema concernente ao crescimento dos serviços: 1) demanda sistêmica (frente à necessidade de “gerenciamento” devido à crescente complexidade); 2) déficits de empregos (absorção do “excesso estrutural” crescente da oferta superabundante no mercado de trabalho); 3) alterações da demanda (frente às mudanças por parte dos orçamentos domésticos, tendo em vista o incremento da renda familiar) e 4) interesses dos ofertantes (frente às

---

<sup>4</sup> Segundo Melo & Marques (2005: 179), “o papel desempenhado pelo crescimento do terciário na economia mundial foi a principal mudança estrutural ocorrida nestas economias nas últimas décadas”.

alterações de preferências e a autonomia de definição por parte dos ofertantes de serviços).

Feita esta exposição, Offe reconhece que essas explicações sociológicas mais correntes sobre o crescimento dos serviços não chegam a ser convincentes como uma explicação global. E fica evidente a impossibilidade de se conferir tratamento homogêneo a serviços tão díspares como os financeiros, os jurídicos, de informática, de comunicações, de engenharia, de auditoria, de consultoria, de propaganda e publicidade, de seguros, além dos serviços tradicionais, como nos transportes, no comércio, em armazenagem, aos quais devem ser adicionados os serviços oferecidos pela administração pública e os de defesa/segurança nacional, de saúde, de educação, assim como os serviços privados destinados a atender as demandas individuais.

Nesse sentido, Proni, Silva e Oliveira (2005: 97), entendem que “certamente, não há uma explicação única para a expansão dos serviços, sendo mais apropriado falar na convergência de uma série de fatores cujos desdobramentos ainda não são totalmente claros”.

De acordo com Kon (2001), a literatura econômica clássica ou tradicional analisa o papel dos serviços no processo de desenvolvimento econômico a partir de três “teorias básicas” sobre o tema, explicando sua atuação, tendo em vista o efeito – renda, a defasagem de produtividade e os serviços intermediários. Vale mencionar que ainda existe na literatura uma outra abordagem acerca do setor serviços: a “neo – schumpeteriana”. A importante visão de Schumpeter sobre a relação existente entre inovação tecnológica e organizacional, competitividade e geração de renda ou de poder de compra, é ampliada com a colaboração de

autores denominados “neo – schumpeterianos”, tais como Nelson & Winter (1982), Dosi (1986) e Pavitt & Soette (1990), mencionados por Kon (2001).

No entanto, conforme reconhece a própria autora, as terias “neo – schumpeterianas” mais recentes<sup>5</sup> explicam o crescimento dos serviços a partir da “desindustrialização” ou da transição para uma “economia da informação”, no sentido de que as indústrias de serviços pertencem ao estágio mais avançado de desenvolvimento de uma economia, tendo como antecedentes: a) estágios anteriores de soberania da agricultura e da manufatura; b) substituição dos trabalhos manuais pelos de escritório e burocrático; c) tendência à maior qualificação e promoção da força de trabalho como recurso – chave e d) disponibilidade e maior acesso à informação como o principal fator de produção em vez da matéria – prima e do trabalho (Kon, 2001).

Ainda nesta direção, o trabalho de Bell (1977) aposta na emergência de uma nova fase da economia mundial, a “sociedade pós - industrial”, sociedade esta que, segundo o próprio autor, tem como base os serviços, num contexto onde estes conquistariam um lugar antes ocupado pela produção de bens.

Sobre esta questão, Moretto & Pochmann (2005) atentam ao fato de que a caracterização das atividades econômicas e ocupacionais cada vez mais associadas a uma economia da informação ou decorrentes da natureza pós-industrial do capitalismo, “exige, inegavelmente, uma melhor compreensão e acompanhamento do desenvolvimento do setor terciário em cada país” (p.93). Uma interessante e pertinente crítica tecida aos ideários “pós – industrialistas” foi

---

<sup>5</sup> Para um maior aprofundamento sobre essa teoria, não cabível neste estudo, ver Ochek & Wagner (1987); Castells (1989); Moraes (1996) e Kon (1994) e (2000), todos citados em Kon (2001).

feita em Dedecca & Montagner (1992) e em Lima, Soares & Leal (2002). O primeiro vai em direção ao fato de que tais teses não levaram em conta à impossibilidade de compreender o crescimento do setor terciário desconectado das transformações industriais promovidas pela incorporação de novas tecnologias. Em outras palavras, vale dizer que muitos serviços dependem de uma ligação direta com o setor industrial, ou seja, a crescente participação dos serviços no produto e no emprego não significa o desaparecimento da indústria.

Lima, Soares & Leal (2002) reconhecem o aumento relativo das atividades de serviços em relação à produção industrial, mas consideram que a “*relation de service*” está presente tanto na produção material quanto na “produção imaterial”, revelando, assim, relações de continuidade entre serviços e indústria e não de ruptura. Ambos trabalhos têm como base, sobretudo, Jean Gadrey, Jacques De Bandt e Claus Offe, que defendem a “indissociabilidade” entre produção material e imaterial, no sentido de que existe um conjunto de “relações mútuas e intrínsecas” entre produção e serviços; relações estas que exigem um certo “esforço de análise” para evidenciá-las.

Jean Gadrey (1994) explicita a “*relation de service*”, a partir de uma “relação triangular” que envolve os seguintes “atores”: o produtor, o “cliente utilizador” e o objeto modificado pelo produtor A em benefício do B (objetos ou sistemas materiais; informação, pessoas; organizações, etc.) e defende a idéia do “*continuum* bem-serviço” e da “relação interativa” entre o produtor e o cliente, sendo a “co-produção” o “elemento de distinção” entre uma produção “estandardizada” e uma produção efetuada em “interação estreita com o cliente”.

Jacques De Bandt (1994) propõe que se repensasse a teoria econômica, com vista a “ensaiar” uma maneira de passar de uma “economia de bens” a uma “economia de serviços” e sugere uma nova “teoria da produção”, com base em uma outra maneira de pensar o trabalho, o processo de produção e o produto, ou seja, a partir de um “processo de desenvolvimento e de pôr em ação competência e saberes, conhecimentos e informações” (p. 122).

Claus Offe (1991: 15-17) defende a idéia de que as atividades de serviço “produzem as condições e os pressupostos institucionais e culturais específicas para as atividades produtivas”, mas que não deve confundir tal constatação com a de que se trata de uma “relação de superioridade hierárquica dos serviços em relação à produção material”. Em sua visão, serviços e produção “mantém entre si uma relação de dependência recíproca, e não de superioridade / subordinação”.

Para Gadrey (2001), o crescimento do emprego terciário nos países desenvolvidos a partir da Segunda Guerra Mundial e mais ainda a partir de 1970 se explica estatisticamente pela forte expansão dos “serviços que envolvem relacionamentos”. Eis a “*relation de service*”, isto é, “interações de informação, interações verbais, contatos diretos e trocas interpessoais entre produtores e os beneficiários do serviço”. Ou conforme chamou a atenção Salerno (2001), na Introdução de “Relação de serviço: produção e avaliação”:

*“é evidente que uma certa gama de produção de bens e serviços tem como característica um alto conteúdo relacional e, para fugir das armadilhas da dualidade indústria – serviços, pode-se lançar mão do conceito de ‘relações de serviço’. Ele trata não do setor de serviços em si, mas da intensidade das relações e interações entre os atores da oferta e da demanda, atores esses que cooperariam em diferentes graus para a obtenção de serviços e de efeitos úteis” (p. 17).*

Afora às abordagens acima mencionadas, uma outra referência importante é Castells (2000) que, além de corroborar a constatação das limitações conceituais e operacionais para o estudo do setor de serviços, acrescenta que, atualmente, muitos serviços de conteúdo tecnológico estão intrinsecamente interligados a atividades do setor primário (como, por exemplo, pesquisa em biotecnologia) e do setor secundário (como, desenvolvimento de *softwares*). Assim, a delimitação rígida das fronteiras entre os três setores ficaria, cada vez mais, problemática ou mesmo ultrapassada, em especial quando observada num contexto de rápidas transformações do capitalismo contemporâneo: “o conceito de serviços muitas vezes é considerado ambíguo, na melhor das hipóteses, ou errôneo, na pior” (Castells, 2000: 226).

Kon (2001) também compartilha desta idéia levando em conta que a crescente interdependência entre o papel dos serviços e das atividades secundárias faz com que a divisão entre a produção e os serviços torna-se cada vez mais difícil de ser estabelecida. Nesse sentido, Marshall (1988), apud Kon (2001), chama a atenção para a interdependência entre a produção de bens e serviços, enfatizando que certos serviços são fornecidos diretamente aos consumidores, mas dependem grandemente de bens manufaturados e de infraestrutura para sua criação e entrega.

O fato é que “a linguagem tradicional para definir a manufatura e os serviços está se tornando obsoleta, pois as economias são um emaranhado de diversas atividades que envolvem diferentes combinações de trabalho na área da produção e dos serviços” (Kon, 1999: 72).

Do ponto de vista da literatura nacional, em se tratando das dificuldades em conceituar, classificar e mensurar o setor de serviços, Cano (1992), ao abordar, de maneira crítica, alguns cortes metodológicos mais usuais, explicita alguns empecilhos. Segundo este autor, os principais cortes são: i) classificação que divide os compartimentos “funcional” (atrelado à produção) e “pessoal” (ligado ao consumo das famílias; ii) classificação estabelecida pelas Contas Nacionais que divide o setor em comércio, transporte, comunicação, instituições financeiras, administração pública, aluguéis e outros serviços (atividades sociais privadas, alguns serviços pessoais e serviços produtivos); iii) classificação utilizada para a estrutura ocupacional informada nos Censos Demográficos, que tem como enfoque o tipo de emprego e iv) classificação propugnada por Browning & Singelman (1978) que divide os serviços em produtivos, distributivos, sociais e pessoais.

Em sua visão, todas as classificações são passíveis de críticas, tendo em vista, dentre alguns fatores, a incapacidade de realização de uma análise mais individualizada fruto do limitado alcance dos cortes metodológicos frente à complexidade e heterogeneidade das atividades que compõe o setor. Tais constatações acabam por reiterar a idéia de que a análise do setor de serviços é permeada por problemas teóricos e metodológicos, além da precariedade de informações sobre o seu funcionamento.

No intuito de não alongar mais tal discussão, de forma mais geral, pretendeu-se mostrar que os parâmetros de classificação e a própria definição dos serviços são, de fato, um dos temas mais controversos e espinhosos, sobretudo

quando se levam em conta as dificuldades em traçar uma “fronteira” entre serviços e indústria. Como o objeto deste trabalho não é, conforme já mencionado, imiscuir-se nesta difícil e complexa problemática, porém, por outro lado, tal questão não poderia ser negligenciada, entende-se que as observações tecidas nesta revisão bibliográfica são suficientes para “esquentar” o debate acerca da questão dos serviços pessoais e domiciliares.

## **1.1 Os Serviços Pessoais e Domiciliares no Brasil: por que investigá-los?**

As dificuldades teóricas e conceituais e de classificação e mensuração das atividades do setor de serviços como um todo, também são amplamente notadas quando se pretende analisar, de forma mais sistematizada, o segmento dos serviços pessoais e domiciliares. Nos estudos nacionais, em quase todas as formas de classificação e mensuração destas atividades, é facilmente perceptível a detecção de certos obstáculos analíticos.

Mais recentemente, certos avanços podem ser notados, embora ainda existam lacunas neste sentido. Vale mencionar que, a partir de 1998, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, passou a fornecer a Pesquisa Anual de Serviços – PAS, que se trata de uma pesquisa anual que responde pelas informações necessárias à caracterização dos diversos segmentos das atividades de serviços. Esta pesquisa apresenta informações sobre a situação econômico-financeira das empresas, como receitas, valor bruto da produção, custos e despesas, pessoal ocupado, gastos com pessoal, etc. entre os diversos segmentos selecionados do “setor produtor de serviços empresariais não-financeiros do país”, com destaque para as empresas com vinte ou mais pessoas ocupadas.

Esses segmentos abrangem os grupos de atividades prestados às famílias, serviços de limpezas, de informação e de correio, transporte e serviços auxiliares, às atividades imobiliárias e aluguel de veículos, máquinas e equipamentos e outros serviços, de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE. No que se refere especificamente às atividades prestadas às famílias, a

PAS considera como tal, as atividades recreativas e culturais, de alojamento e alimentação e os “serviços pessoais”, que englobam fundamentalmente os serviços de cabeleireiros, academias e afins<sup>6</sup> (IBGE, 2005). No entanto, frente à análise que se pretende realizar, cabe notar os limites desta fonte de dados, uma vez que tal pesquisa engloba apenas estabelecimentos bem organizados.

Mesmo com esta Pesquisa, além da possibilidade de efetuar tabulações especiais com os microdados dos Censos Demográficos, bem como da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, ainda não se chegou, na literatura especializada, a um consenso acerca do que deve ser considerado como atividades prestadas às pessoas e às famílias.

Cunhados como “serviços de baixa qualificação<sup>7</sup>”, Almeida (1976) afirma que, geralmente, estes serviços aparecem nas estatísticas de produto e de força de trabalho de vários países sob a denominação de “outros serviços” ou ainda de “prestação de serviços”, incluindo-se, muitas vezes, em várias combinações de atividades adicionais como do Governo, atividades sociais, etc. No entanto, esse segmento do setor de serviços está longe de poder ser negligenciado por parte dos estudos sobre o tema, inclusive por, recorrentemente, ser tido como as atividades que mais vêm gerando emprego e renda no país, sobretudo a partir de 1950.

---

<sup>6</sup> Sobre a discussão das atividades de serviços que compõem o segmento de serviços pessoais e domiciliares, vale mencionar que um tratamento mais apurado será realizado posteriormente.

<sup>7</sup> Compreendem esses serviços: serviços de reparação e manutenção, serviços de alimentação e os serviços pessoais. Embora a autora entenda que os serviços domésticos remunerados se enquadrem como “serviços de baixa qualificação”, estes não são analisados neste clássico trabalho sobre o tema, pois a hipótese original foi “testada” a partir de estudos econométricos com base em dados da produção (indústria) em tarefas de baixa qualificação, tais como os serviços de limpeza, manutenção, vigia, armazenamento, reparação, etc., uma vez que ela se deparou com a falta de informações adequadas com referência ao consumo de “serviços” propriamente ditos, ou seja, falta de informações sistematizadas em relação aos setores de serviços no Brasil.

Tal constatação pode ser comprovada em Almeida (1976) que chamava a atenção ao fato de que o problema do emprego em “serviços de baixa qualificação” no Brasil tem-se agravado, “atingindo proporções dignas de preocupação”, uma vez que estes constituíram o subsetor que mais absorveu mão-de-obra, de 1950 à primeira metade da década de 1970; e também em estudos mais recentes, como o de Carvalho (2004) que, mesmo se referindo à estas atividades como “serviços prestados às pessoas”, conclui que este foi o subsetor que respondeu pela maioria dos ocupados em serviços e no qual se verificou o maior número de ocupações novas na década de 90.

No entanto, mesmo que ainda não se tenha chegado a uma classificação clara das atividades que devam abarcar o segmento de serviços pessoais e domiciliares, uma coisa é certa: é um segmento quase sempre confundido com atividades de baixo prestígio social, ou seja, atividades que o cronista popular João do Rio, em “A alma encantadora das ruas”, chamava de “profissões ignoradas”. Conforme notou Almeida (1976), é significativo que os serviços de baixa qualificação, em geral, encerram ainda uma conotação pejorativa, oriunda da época em que só uma elite reduzida não os prestava a si mesma. Para a autora, “o poder de poupar-se dessas tarefas e comandar o trabalho de escravos ou vassallos na sua execução definia a posição hierárquica do membro da classe dominante”, de modo que “quanto mais disponível o serviço, quanto mais exeqüível pelo consumidor, maior a conotação de poder ao tê-lo executado por outrem” (p.57).

Com o passar do tempo e a transição do trabalho escravo para o assalariado, a autora defende a idéia de que “o que antes era uma relação

explícita de poder e sujeição ter-se-ia camuflado com o tempo, passando a uma relação de empregador e empregado remunerado”, num contexto onde “a busca generalizada da prestação conspícua desses serviços revela que elas continuam a possuir conotações de desigualdade de importância social entre seus prestadores e compradores” (Almeida, 1976:57). Nesta perspectiva, pode-se afirmar que uma consequência “trágica” desta conotação, é que o prestador de “serviços de baixa qualificação” continua, até hoje, a ser o trabalhador menos respeitado da sociedade.

Além do que, geralmente, estas atividades estão ligadas às pessoas de características étnicas menos valorizadas, inclusive em países mais avançados, tendo em vista o fato de estarem quase sempre ligadas ao ranço da “senilidade” e da “vassalagem”, ou conforme termo cunhado por Gorz (1999), “relações de neodomesticidade”. Nesta mesma linha, Cardoso de Mello & Novais (1998: 605) apontam que:

*“a desvalorização do trabalho, herança da escravidão, se redefine no julgamento de cada ocupação de acordo com suas características mais ou menos prazerosas, isto é, conforme a visão, também contemporânea, da hierarquia capitalista do trabalho: é mais limpa ou mais suja, mais leve ou mais pesada, mais rotineira ou mais criativa, mais subalterna ou mais de direção”.*

Frente às dificuldades teóricas e conceituais, além de muitas controvérsias, a existência de um amplo “setor de subsistência” na economia urbana tem sido alvo de um número crescente de estudos sob as óticas mais variadas. Como identificou Almeida (1976: 65), “Becker e Linder, com abordagens diferentes, focalizam a interação entre o trabalhador domiciliar, o trabalhador remunerado e o

lazer”. Já “Mincer & Can estudaram a opção do trabalhador ‘secundário’ (mulheres e adolescentes) participar da força de trabalho ou se especializar no trabalho doméstico”. E “Kuznets buscou avaliar a proporção do crescimento do produto nacional bruto americano atribuível a uma transferência de funções de âmbito doméstico para o âmbito do mercado”. O fato é que o aparecimento desses estudos indica a crescente importância em analisar e entender as questões que permeiam a evolução desse segmento do setor de serviços.

Especificamente em relação ao caso brasileiro, um interessante estudo sobre dispêndios familiares, também mencionado por Almeida (1976), intitulado “*Household demand for services in Brazil*”, de 1972, mostra que as despesas familiares mais substituíveis pelo trabalho domiciliar tendem a ser os serviços de alimentação, vestuário e reparos domésticos e que, em geral, famílias maiores tendem a fazer seus próprios serviços em vez de comprá-los. Além do que, em relação ao trabalho doméstico, com base em um outro estudo “As 24 horas do dia carioca”, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, de 1974, a autora mostra que, de fato, o trabalho domiciliar exige um tempo considerável do dia das mulheres e que, no Brasil, unidades familiares mais ricas tendem a poupar-se a essas tarefas, pagando pelos serviços domésticos que consomem, de modo que as classes de renda mais elevadas “poupam tempo” pagando pelo emprego de serviços domésticos.

Uma outra questão que merece destaque – inclusive que deve ser levada em conta para definir uma tipologia para este segmento dos serviços - refere-se à “dualidade” desses serviços, uma vez que contemplam tanto atividades mais tradicionais, como o serviço doméstico remunerado, quanto atividades mais

“modernas”, relacionadas, fundamentalmente, ao lazer, ao conforto e à manutenção física e estética, sobretudo de pessoas e famílias mais “abastadas”.

Em outros termos, de acordo com Guerreiro (2000), a complexidade e a heterogeneidade dos serviços prestados às pessoas e às famílias, estão ligadas a alguns aspectos, tais como o de que em determinados casos tratam-se de serviços mais tradicionalmente implantados na sociedade e, em outros, o seu surgimento é recente ou ainda praticamente desconhecido, embora com fortes potencialidades futuras. Além do que, alguns deles dirigem-se a segmentos restritos da população com maior poder econômico, enquanto que outros são mais generalizados. Dessa forma, conforme apontou a autora, p. 15, “os serviços de apoio à vida familiar podem abranger uma grande diversidade de modalidades organizativas, dependendo do tipo do serviço familiar a ser prestado”.

Nesta perspectiva, é interessante reproduzir a idéia propugnada por Lessa (2000: 166) de que: “há um aperfeiçoamento e uma diferenciação da vida metropolitana, e é progressiva a sofisticação dos hábitos urbanos na medida em que a cidade cresce e amplia seus contatos externos”; processo este acompanhado por uma crescente heterogeneidade social.

Vale lembrar, conforme Cardoso de Mello & Novais (1998), que

*“num período relativamente curto de cinqüenta anos, de 1930 até o início dos anos 80, e, mais aceleradamente, nos trinta anos que vão de 1950 ao final da década de 70, tínhamos sido capazes de construir uma economia moderna, incorporando os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos” (p.562).*

Ou seja, nestes “anos de transformações assombrosas que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontraram paralelo neste século [XX]” (p. 585), os

autores defendem a idéia de que a sociedade estava “em movimento”, tendo em vista, sobretudo a consolidação do nosso processo de industrialização “rápida” e de urbanização “acelerada”. Na visão deles, fomos capazes de construir uma “economia moderna”, com base no aço, na gasolina, no petróleo, no diesel, nas rodovias, nos “arranha-céus”, na indústria automobilística e na utilização de uma gama de produtos eletrodomésticos.

Em outros termos, este período foi marcado por momentos decisivos do processo de industrialização, seguido pelo aparecimento de novos padrões de consumo e de estilos de vida<sup>8</sup>. Como parte das principais transformações, os autores apontam: a) mudanças significativas no sistema de comercialização; b) aparecimento do hábito de “comer fora”; c) transformações dos hábitos de higiene e limpeza pessoal e da casa (uso de detergentes, sabão em pó, desodorantes, pasta de dentes, etc.); d) revolução no vestuário (utilização das roupas sintéticas e de produção em massa, etc.), além de uma espécie de “modernização da beleza” propiciada pelos aspectos ligados ao aparecimento dos novos hábitos de higiene pessoal e no vestuário, além de uma maior utilização de cremes, esteticistas, etc.

Na segunda metade da década de 50, o crescimento urbano e a industrialização são fundamentais para a criação de novas oportunidades ocupacionais referentes à comercialização, reparações, serviços de lazer e diversão, além dos empregos ligados à indústria de transformação. Nos anos 60, dado o elevado e contínuo crescimento econômico, além da diferenciação dos aparelhos econômicos e sociais do Estado, aparecem oportunidades novas para

---

<sup>8</sup> Uma análise mais extensa sobre a questão, bem como a relação com o aparecimento dos serviços pessoais e domiciliares no país, é feita em Morais (2005 d).

os especialistas, técnicos e professores de nível superior. A “contemporaneidade capitalista” da década de 70, dada a brutal expansão econômica e consolidação do sistema industrial,

*“revelou-se na diminuição dos trabalhadores sem remuneração, no crescimento do emprego nas grandes empresas e no Estado, na indústria, no comércio, nos serviços administrativos, sociais e associados à produção, no aumento do trabalho qualificado e da formalização dos contratos sociais, na forte ampliação do operariado da grande empresa e dos segmentos médios assalariados” (Henrique, 1999: 43).*

De acordo com Baltar & Dedecca (1992), ao longo da década de 70, o baixo crescimento da ocupação agrícola total provocou um massivo deslocamento da PEA para atividades não agrícolas, num contexto onde “o rápido incremento das oportunidades de emprego não agrícola facilitou a absorção desses contingentes populacionais” (p. 14), sobretudo nas atividades ligadas à indústria de transformação, construção civil e no comércio, além dos ramos de atividade educação, governo, recreação, saúde, transporte e comunicações, bancos e outras atividades financeiras; ramos estes cujos requerimentos de qualificação e mesmo de escolaridade formal eram imprescindíveis. Em relação às atividades ligadas aos serviços domésticos e outros serviços pessoais, segundo dados mencionados pelos autores, elas responderam, respectivamente, por 12,3% e 11,2% das novas ocupações criadas nas décadas de 60 e 70 no país.

Do ponto de vista setorial, até 1969, segundo Singer (1971), o setor primário foi o que mais absorveu força de trabalho. Em termos absolutos, o volume de empregos aumentou entre 1960-69, tendo em vista o baixo nível de

mecanização e o incremento da demanda (aumento do crescimento vegetativo, urbanização, etc.). No setor secundário foi significativo o avanço do setor industrial, sendo que o emprego industrial passa de 14% do emprego total entre 1950-1960, para 18,8% entre 1960 – 1969. Para Pastore & Silva (2000), o emprego ligado à indústria de transformação aumenta de forma extraordinária a sua participação relativa no emprego entre 1960 – 1980 (de 8,6% entre 1950-60, passa para 11% entre 1961-70 e para 15,7% entre 1971-80).

No setor terciário<sup>9</sup>, de acordo com Singer (1971), expandem-se as atividades ligadas aos “serviços de consumo individual”, sobretudo nos serviços pessoais (principalmente emprego doméstico) e os empregos exercidos pelos profissionais liberais, que aumentou muito no período e é uma classe extremamente heterogênea e diversificada, tanto no que se refere às atividades ocupacionais e formas de inserção, quanto ao nível de escolaridade e níveis de rendimentos. Uma outra fonte de geração de empregos no terciário se deu nos serviços de produção, englobando os relacionados aos transportes, comunicação, comercialização, etc. Deve-se destacar também o papel dos “serviços coletivos”, sejam os serviços governamentais (administração pública e defesa governamental), sejam os de infra-estrutura (energia, abastecimento, transportes, etc.), além dos serviços sociais (saúde, educação, saneamento, etc.).

Diante dos “novos moldes de vida” impostos pela industrialização e urbanização brasileiras, outro aspecto deve ser mencionado: a entrada da mulher

---

<sup>9</sup> O autor divide o setor de serviços em: serviços de produção (comércio de mercadorias, de imóveis, valores imobiliários, crédito, transporte, comunicação e armazenamento); serviços de consumo individual (pessoais e profissionais liberais); serviços de consumo coletivo (administração pública e atividades sociais) e serviços de reparação, classificados de acordo com a classificação utilizada pela indústria.

no mercado de trabalho<sup>10</sup>. Para Guerreiro (2000)<sup>11</sup>, a “profissionalização massiva” das mulheres, sobretudo a partir da década de 1970, implicou uma notória transformação das relações sociais e, portanto, em mudanças nas configurações da vida familiar, o que propiciou o aparecimento de diferentes “necessidades pessoais”, tais como restaurantes e lojas de “pronto a comer”, serviços de reparação diversos, serviços de tinturaria e lavanderia, assistência aos idosos e às crianças (*baby sitting*), serviços de terapia e enfermagem, além dos tradicionais serviços domésticos.

Acrescente-se ainda, de acordo com Leone (2003:201), que

*“a maior mercantilização envolvida no consumo, decorrente do crescimento das cidades e da complexidade da vida urbana, de um lado, e a difusão de padrões de consumo, resultado do aperfeiçoamento dos meios de produção de massa, de outro, elevaram o nível de renda familiar necessário para as mudanças no estilo de vida das famílias. Assim, para as camadas mais abastadas da população, a questão que se coloca não é só de sobrevivência estrita, mas sim de acompanhar as mudanças na sociedade, decorrentes do progresso e do acesso a um número crescente de bens e serviços que devem ser adquiridos para o ‘bem-estar’ da família”.*

---

<sup>10</sup> Vale lembrar que esta é uma questão multifacetada e que deve ser analisada de maneira bastante cuidadosa, o que, evidentemente, não cabe aos desideratos deste trabalho. No entanto, conforme nos atenta Gomes (2005), com base em Oliveira (1993) e Leone (2003), “o ingresso da mulher no mercado de trabalho tem dois sentidos, um da própria afirmação feminina e outro da necessidade da renda percebida pelas mulheres para evitar queda do poder aquisitivo da família” (p. 7). Outra referência importante que trata o assunto é a Cepal (1989). De acordo com este estudo, a “feminilização” das ocupações no Brasil representou uma das mais profundas modificações na estrutura sócio-ocupacional brasileira, visto que houve nesse período um processo de transformação social e cultural em grande parte das mulheres brasileiras, modificando inclusive a relação inserção ocupacional – estratificação social, embora com um sério problema: desigualdade na distribuição das remunerações quando comparadas às remunerações masculinas.

<sup>11</sup> Embora a autora estivesse retratando a sociedade portuguesa, estudos que analisam a realidade brasileira neste período, tais como o da Cepal (1989) e o de Leone (2003), apontam na mesma direção.

Curiosamente ou não, estas diferentes “necessidades pessoais” abrem espaço, conforme notou Castel (1999), para o surgimento de uma “vasta panóplia de empregos possíveis”, que servem como “escapatórias, compensações ou alternativas” para a sobrevivência, sobretudo daqueles que estão em situação de desemprego e sem grandes perspectivas. Para Gorz (2003), as “atividades conviviais”, como o auxílio e a assistência em domicílio (às pessoas com deficiências, idosas ou doentes, às mães de filhos pequenos, bebês, etc), são um “setor” à parte, “susceptível de fornecer aos jovens desempregados empregos de tempo parcial e salário reduzido enquanto esperam coisa melhor” (p. 232).

Tais constatações se tornam mais evidentes quando analisamos a experiência brasileira, onde, de acordo com Lessa (2000:228):

*“o crescimento insuficiente do mercado de trabalho organizado e a ampliação da população engendraram a multiplicação de atividades paralelas de subsistência. Foram preservadas as modalidades tradicionais e, neste cenário, acelerou-se o aprendizado da arte de sobreviver no urbano. Foi estimulado o exercício de criatividade e adaptabilidade. A criatividade deriva-se da precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir, uma criatividade popular que vai além da subsistência e desdobra-se nos demais campos da vida social”.*

De fato, estes acontecimentos estão umbilicalmente relacionados com a questão da vergonhosa desigualdade de renda verificada em nosso país<sup>12</sup>. Para

---

<sup>12</sup> Sobre a questão da desigualdade no Brasil atual, é válido ver o documento “Radar Social”, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2005), uma vez que este estudo faz um retrato socioeconômico do país, apontando questões relevantes e, sobretudo, preocupantes. Com base numa compilação de dados apurados, em grande parte, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e também pelas informações da Organização das Nações Unidas - ONU, a principal conclusão, dentre outras interligadas, foi a de que apesar dos avanços nos últimos anos em áreas como educação e combate à pobreza, o Brasil continua a ter uma das piores distribuições de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África. Ou seja, o país ostenta o título de vice-campeão em desigualdades sociais do mundo ([www.ipea.gov.br/radarsocial](http://www.ipea.gov.br/radarsocial)).

Henrique (1999), ao retratar o período 1930-1980, “em meio a um brutal desenvolvimento material e a uma imposição de novas necessidades foi-se construindo uma das sociedades mais desiguais do mundo<sup>13</sup>” (p. 105). Baltar & Dedecca (1992), ao explicarem o crescimento dos serviços domésticos e de outros serviços pessoais ao longo das décadas de 1960 e 1970, argumentam que “o incremento ponderável desse tipo de oportunidade ocupacional está estreitamente relacionado com a desigualdade de renda imperante no país”. Segundo os autores, “o crescimento do emprego doméstico e das ocupações como vigia, por exemplo, pode ter sido significativo, em grande medida, por causa da elevada magnitude das diferenças de renda, que permite a uma família pagar para ter uma pessoa a sua disposição e/ou para cuidar de seu patrimônio” (p.16).

É neste contexto de crescimento econômico com desigualdade que Gorz (2003) encontra respostas para explicar a proliferação dos serviços pessoais e domésticos. Para o autor, tal proliferação é possibilitada pela crescente desigualdade social, de tal modo que uma fração da população “açambarca” as atividades com melhores remunerações em detrimento de outra parcela que é

---

<sup>13</sup> Em se tratando desta problemática, é interessante reproduzir um trecho de Henrique (1999: 45): *“em meio a uma brutal disparidade de renda e a uma crescente complexidade da vida no espaço urbano, em especial nas metrópoles, marcada pela alteração dos padrões de consumo e pela presença cada vez mais importante do carro, do edifício e da parafernália de eletrodomésticos, cresceram também inúmeras oportunidades de trabalho junto às famílias, em particular as de maiores rendas e as atividades e pequenos negócios menos estruturados e organizados em termos propriamente empresariais capitalistas. O trabalho direto para as famílias, em geral assalariado, cresceu e se diversificou, não apenas sob a forma de incontáveis serviços domésticos, como também do exército de porteiros, faxineiros, auxiliares de serviços gerais, seguranças, zeladores de edifícios e de condomínios residenciais. O trabalho e as atividades autônomas, parte do cenário urbano antes mesmo do aprofundamento da industrialização, aumentaram e se transformaram numa enorme variedade de prestação de serviços para o corpo, a alma e os bens dos indivíduos e famílias, e de produção e comercialização de bens. O comércio ambulante de bens variados, inclusive produzidos industrialmente, e as feiras livres – de alimentos, antiguidades, produtos alternativos, artesanato – persistiram e se estenderam. O comércio e a prestação de serviços nos faróis e congestionamentos foram aumentando (...).”*

forçada a “reforçar o papel de serviçais”, num cenário marcado pela “domesticarização<sup>14</sup>”, ou seja, pela “transferência a uma massa economicamente e socialmente marginalizada do trabalho antes atribuído à dona de casa” (p.155).

Nesta perspectiva, Cardoso de Mello & Novais (1998: 584) chamam a atenção ao fato de que:

*“são incontáveis as mulheres, antes mergulhadas na extrema pobreza do campo, que se tornaram empregadas domésticas, caixas, manicuras, cabeleireiras, enfermeiras, balconistas, atendentes, vendedoras, etc. que passaram a ocupar um sem-número de postos de trabalho de baixa qualificação, alguns de qualificação média”.*

Isso, sem mencionar que os ocupados do sexo masculino que eram “desprezados pela sorte” – um número bastante substancial – se “converteram” em porteiros, vigias, garçons, manobristas de estacionamento, mecânicos, motoristas de táxi, etc. Ou seja, de forma geral, os autores defendem a idéia de que os postos de trabalho acessíveis para os migrantes rurais e também para os cidadãos pobres e suas mulheres eram os da construção civil, os serviços domésticos e as ocupações de serviços em geral sem carteira, como por exemplo, serviços de limpeza, de carregador de saco de cereais, de vigia noturno, de cozinheiro, vendedor ambulante ou lavador de automóvel; atividades estas pertencentes ao que os autores consideram como “nível inferior” da sociedade.

Neste sentido, a existência de alguns ramos de serviços pessoais “mais modernos” está ligada também ao fato de que “desfrutando do gasto da elite, defrontamos com uma camada de profissionais que prestam serviços, com grande proveito financeiro, ao corpo estressado e à alma talvez atormentada dos

---

<sup>14</sup> Este termo Gorz (2003) tomou emprestado da socióloga alemã Claudia Von Werlhof, citada p. 155, rodapé 39.

endinheirados e de sua família” (Cardoso de Mello & Novais, 1998: 610), que são, dentre outros, promotora de festas e eventos, proprietários de prósperas academias de ginástica, de dança, balé, natação, tênis, figurinistas, esteticistas, cabeleireiros elegantes, massagistas, donos de *spas*, dermatologistas. Além, é claro, dos donos de restaurante de luxo, dos bares de “granfinos”, do *shopping center* de bairros ricos, da loja de alimentos sofisticados e bebidas importadas, casa de carnes especiais, agência de turismo “de rico”, etc.

Para estes autores, “com base no gasto suntuário dos ricos e dos privilegiados, forma-se uma ‘nova camada de clientes’ – uma espécie de agregado moderno”; que incluem, inclusive, certos “trabalhadores comuns” mais especializados e com melhores níveis de qualificação, como cozinheiros - chefes, garçons e *maîtres* dos restaurantes de luxo, empregadas domésticas com certo grau de especialização, caseiros das mansões de campo ou de praia, alguns marceneiros, encanadores, eletricitas, vendedoras de lojas elegantes, pilotos de jatinho particular ou de helicóptero, manicures de salão de beleza de alto luxo, professores bem remunerados de academias de dança ou de ginástica, *personal trainer*, etc.

Sem a intenção de uma discussão mais aprofundada nas questões que envolvem o estudo da “nova classe média” <sup>15</sup>, o que se pretende chamar a atenção é o fato de que esse grupo heterogêneo de ocupados, tendo em vista, inclusive, a possibilidade de acréscimos em sua renda familiar, possibilitada pelo trabalho da mulher, passa a ter também acesso aos “modernos” padrões de

---

<sup>15</sup> Sobre essa discussão é interessante ver a Tese de Doutorado de Quadros (1991) e também Quadros (2003).

consumo, sobretudo em setores tais como os de alimentação, vestuário, higiene pessoal e beleza, etc. Além do que, em suas residências, podemos encontrar o automóvel, todas as “maravilhas eletrodomésticas”, a possibilidade de viajar pelo Brasil, de carro ou de avião, “hospedando-se em hotéis razoáveis”<sup>16</sup>.

Diante deste cenário, é de suma importância frisar que, em se tratando desses tipos de serviços no Brasil, alguns dos “serviços consumidos pela elite”, tornam-se acessíveis aos grupos de renda intermediária, tendo em vista o fato de que são prestados por “profissionais mais baratos”, ou por empresas voltadas para essa faixa de mercado, como os casos dos empregados domésticos menos qualificados, dos salões de beleza para a classe média, das “prostitutas da casa de massagem”, da churrascaria do tipo rodízio, das academias mais modestas, etc. Em outros termos, Cardoso de Mello & Novais (1998: 587) denunciam o fato de que “o padrão de vida da ‘nova classe média’ beneficia-se muitíssimo dos serviços baratos”. Isso, pois:

*“no Brasil, a empregada doméstica é barata, o churrasco – rodízio é barato ou a pizza de segunda são baratos por que o churrasqueiro e o pizzaiolo ganham pouco, o salão de beleza é relativamente barato por que a cabeleireira e a manicure ganham pouco, etc. Esse tipo de exploração dos serviços pela ‘nova classe média’ reduz seu custo de vida e torna o dia a dia mais confortável do que o da classe média dos países desenvolvidos”.*

---

<sup>16</sup> Sobre essa questão, deve-se levar em conta que, além da entrada da mulher no mercado de trabalho, um importante fator: a expansão do sistema bancário que passou a financiar o consumo dos bens duráveis (automóveis, geladeiras, TV, etc), de bens de consumo (têxtil, alimentos, vestuários, bebidas, móveis, eletrodomésticos, etc), além da casa própria e também de viagens a turismo. Henrique (1999) trata desta questão em sua Tese de Doutorado e aponta como fatores de “deslizamento” do consumo de bens duráveis para as camadas de menor renda, sobretudo: o desenvolvimento do crédito, o mercado de segunda mão e o aumento do número de ocupados na família.

No entanto, frente à “permissividade” dos baixos salários<sup>17</sup>, é válido reiterar, conforme apontou Barbosa de Oliveira (1998: 01), o fato de que “o mercado de trabalho brasileiro é historicamente marcado pela heterogeneidade, que reflete uma herança social”, visto que “o desenvolvimento econômico, ao invés de promover a homogeneização, criou uma série de desigualdades que não foram superadas desde o período colonial”. Nesse sentido, resta ao amplo “contingente urbanizado pobre e livre” que “subsistam” em formas não assalariadas, descontínuas e marcadas predominantemente pela insegurança.

A questão da “sobrevivência” pela via do mercado de trabalho se tornou mais problemática e complexa, sobretudo a partir dos anos de 1990, tendo em vista os impactos negativos da reestruturação da economia<sup>18</sup> sobre a estrutura e a dinâmica das ocupações. De fato, o avanço no processo de abertura da economia, a reestruturação de diversos setores ou ramos produtivos e o modesto crescimento do PIB verificado no período, transformaram significativamente a economia do país. Tais transformações atingiram, de maneira mais geral, a própria sociedade brasileira, na medida em que a informalidade se alastrou por todos os poros do mercado de trabalho urbano e o desemprego passou a constituir um problema estrutural que ameaça a coesão social (Cacciamali, 2000).

Conforme Baltar (2003) chamou a atenção, deve-se atentar ao “significado social” dessas mudanças, tendo em vista que o aumento do desemprego, o

---

<sup>17</sup> A questão dos baixos salários no mercado de trabalho nacional remonta à forma pela qual se deu a passagem do trabalho escravo para o assalariado; algo que se reproduziu ao longo de períodos posteriores. Esta é, indubitavelmente, uma questão de extrema importância quando se pretende discutir o mercado de trabalho no país. No entanto, tal discussão não cabe ser realizada neste momento. Ver Barbosa de Oliveira (1998) e Barbosa (2003).

<sup>18</sup> Sobre esta questão, ver: Coutinho (1997); Tavares (1997); Baltar, Dedecca & Cacciamali (1997); Dedecca (1998; 2000; 2003); Pochmann (2001), Carneiro (2002); Baltar (2003; 2003 a) e Gomes (2005).

“revigoroamento” do crescimento do serviço doméstico, além do “forte aumento” do trabalho não-remunerado implicaram em dificuldades para os jovens inserirem no mercado de trabalho; fato este que “coincidiu com a consolidação do crime organizado no país<sup>19</sup>, principalmente nos ramos do tráfico de drogas, roubo de cargas, seqüestro de pessoas e contrabando de armas” (p. 148).

Não é de admirar que um dos setores que mais impactos sofreu por força deste “reordenamento” econômico e social tenha sido o setor de serviços, em suas diferentes dimensões. Desde o início da década de 1990, a dinâmica do mercado de trabalho tem-se caracterizado pela desarticulação da oferta de empregos (novos postos de trabalho assalariado) e pelo aumento intensivo dos segmentos ocupacionais não assalariados voltados, em sua grande parte, para o atendimento de serviços pessoais e domiciliares (ou seja, em ocupações de baixa qualificação e baixo rendimento). Para o IPEA (2000), os serviços pessoais e domiciliares, juntamente com a construção civil, sustentaram a expansão da ocupação durante a década de 90.

Conforme apontou Cardoso Jr. (1999:17), “o caso dos serviços pessoais e domiciliares é tão emblemático para o setor dos serviços quanto o da construção civil para o setor industrial”, uma vez que ambos apresentam os maiores níveis de informalidade entre seus trabalhadores ocupados com rendimentos no trabalho principal, evidenciando, segundo o próprio autor, um processo de deterioração do

---

<sup>19</sup> De acordo com o já referido documento “Radar Social” elaborado pelo IPEA (2005), vale mencionar que o tema “violência” é apontado como um dos principais quesitos a ser enfrentados, uma vez que sua incidência e suas conseqüências, analisada pelo aumento do número de homicídios, por exemplo, vem se proliferando ([www.ipea.gov.br/radarsocial](http://www.ipea.gov.br/radarsocial)).

mercado de trabalho brasileiro na década de 90, na medida em que são atividades que concentram grandes contingentes de mão-de-obra urbana.

Nesta perspectiva, analisar a evolução dos serviços pessoais e domiciliares, é parte de um amplo desafio que nos está colocado, além do que, é válido reiterar o fato de que discutir tal segmento é, pois, fazer reflexões concernentes à pobreza, desigualdade, produtividade e à competitividade.

No entanto, antes de entrar especificamente na questão dos serviços pessoais e domiciliares, cabem algumas breves considerações acerca do comportamento da economia brasileira ao longo dos anos 90 e suas repercussões negativas no mercado de trabalho, que experimentou um amplo processo de desestruturação.



## **2 REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: ALGUMAS PECULIARIDADES PERVERSAS**

Os anos 90 se iniciam com uma mudança “radical” no quadro financeiro internacional, quadro este que, na década anterior era caracterizado por um desfavorável contexto no que se refere à concessão de crédito para países subdesenvolvidos.

Vale lembrar, de acordo com Carneiro (2002), que a década de 80 foi, para os países da periferia capitalista, um período de “crise da dívida”, ou seja, de exclusão dos países periféricos do circuito financeiro internacional, num cenário marcado pelo drástico racionamento do financiamento externo. Do ponto de vista internacional, no final dos anos 70, verificou-se uma “mudança de posição de países-chave no sistema internacional”, sobretudo dos anglo-saxões, marcado, sobretudo, pela perda temporária de poder tecnológico e comercial norte-americano. Neste sentido, no intuito de reafirmar sua hegemonia, os EUA, apostando em seu poderio financeiro, ou seja, impondo o dólar como a moeda principal dos mercados financeiros globalizados, eleva, no final de 1979, sua taxa de juros a patamares significativos. No que concerne às relações econômicas do Brasil com o exterior, ao longo da década de 80, ocorre uma “mudança radical”, fundamentalmente no que se refere ao processo de transferência de recursos para o exterior para o pagamento de serviço e amortização parcial da dívida externa.

Nos anos 1990, conforme mencionado anteriormente, tal contexto se modifica significativamente, tendo em vista o fato de que:

*“nesse quadro financeiro internacional de alta liquidez e baixas oportunidades de aplicação de capital no conjunto dos países*

*desenvolvidos, voltou a existir a possibilidade de aplicação de capital internacional em países, como o Brasil, que tinham sido excluídos do crédito internacional na década de 80” (Baltar, 2003:109).*

Tal modificação viabilizou a implantação de uma “nova política de desenvolvimento” para as economias dos países subdesenvolvidos, especialmente nos da América Latina. Essa “nova política”, baseada no receituário propugnado pelo Consenso de Washington, era fundamentalmente caracterizada por: liberalização do comércio externo e da entrada e saída de capitais, privatização das empresas estatais, redução do tamanho do aparelho do Estado e concessão de serviços de utilidade pública para iniciativa privada.

Reiterando, a década de 90 foi marcada pela volta do acesso ao crédito internacional, o que tornou possível, exatamente num momento de desordem nas finanças públicas, cobrir o excessivo déficit de conta corrente do balanço de pagamentos, acumular reservas internacionais e reduzir o preço do dólar em moeda nacional, possibilitando, portanto, baixar a inflação e aumentar o ciclo de crédito da economia. No entanto, por outro lado, não se deve esquecer que tal política contribuiu para o aprofundamento da dívida externa e para a desnacionalização da economia brasileira, além do que a liberalização comercial expôs a economia a uma intensa competição de produtos importados, fazendo com que as empresas nacionais abandonassem grande parte de suas linhas de produção, tendo em vista o expressivo aumento das importações tanto de bens intermediários quanto de bens de capital (Baltar, 2003 a).

Segundo Dedecca (1998), esta “nova perspectiva” optou por uma reorganização econômica que tem como foco uma “especialização” de setores e

segmentos produtivos ao invés de privilegiar um aparelho produtivo mais “complexo”. Dessa forma, “efeitos importantes são gerados sobre a dinâmica industrial, pois se amplia a parcela importada no consumo industrial e no consumo final, o que provocou uma “rápida e maior internacionalização da propriedade das empresas, uma maior dependência tecnológica e uma especialização da estrutura industrial que comprometeram parte das cadeias produtivas e geraram uma ampliação das necessidades de importação de insumos industrializados e de alto valor agregado” (p. 3).

Em outros termos, conforme bem notou Baltar (2003, p. 112), “a liberalização das importações e a valorização da moeda nacional tenderam a promover a desintegração das cadeias de produção e a acentuar a racionalização das empresas com efeitos negativos sobre a geração de emprego e renda”. Isso, sem mencionar que, frente ao cenário de baixa taxa de investimento e de lento crescimento do produto, efeitos “devastadores” atuaram sobre o mercado de trabalho, visto que “a forte eliminação de empregos preexistentes não é compensada pela criação de novos empregos”.

Nesse sentido, vale também lembrar que o Investimento Direto Externo – IDE, que cresceu significativamente no período 1994 – 2000, dirigiu-se, sobretudo, à compra de empresas públicas resultantes do processo de privatizações ou a empresas do próprio setor privado, intensificando o deslocamento e a desnacionalização do controle acionário das empresas e setores econômicos nacionais, porém, sem implicar necessariamente em ampliação da capacidade produtiva instalada, mas sim na redução do número de empregados e da capacidade geradora de empregos. Logo, a política macroeconômica adotada

(altas taxas de juros, abertura comercial e financeira, queda da taxa de formação bruta de capital fixo, etc.) foi responsável pela queda do nível de investimentos que, conseqüentemente fez reduzir a oferta de emprego frente ao crescimento anual da PEA, elevando as taxas de desemprego e contribuindo para a precarização do mercado de trabalho nacional.

Um outro fator que não pode ser negligenciado ao retratar a década de 90 refere-se às altas taxas de juros que impactaram de forma negativa, como era de se esperar, reduzindo as perspectivas de crescimento da economia e trazendo sérias implicações desfavoráveis sobre as finanças públicas. Neste quadro e frente ao aumento da dívida pública, indexada ao dólar, o governo é levado a utilizar-se de certos “mecanismos” tais como a privatização de parte importante do setor produtivo estatal e o aumento da carga tributária no intuito de absorver, no orçamento, uma parte do pagamento dos juros. Eis, portanto, a necessidade de um substancial superávit primário obtido principalmente a partir da contenção de despesas públicas, sobretudo o investimento e as despesas sociais previstas pela Constituição. De acordo com Baltar (2003 a: 220),

*“os desequilíbrios de balanço de pagamentos e de finanças públicas, a pequena taxa de investimento, o lento crescimento do produto, o estreitamento do mercado de trabalho, as taxas de juros muito maiores que o nível internacional e a instabilidade do preço do dólar denunciam o caráter problemático da inserção do país na economia mundial”.*

Tavares (1997: 115) propugna a tese de que

*“as mudanças introduzidas na economia a partir do início da década de 90 e aprofundadas aceleradamente com a implantação do Plano Real perfilam um novo quadro de agravamento das fortes desigualdades econômicas e sociais existentes no país, desta vez acrescidas pelo aumento do*

*desemprego aberto e pela precarização extrema das condições e relações de trabalho”.*

Segundo a autora, os impactos negativos que recaem sobre a estrutura e a dinâmica da ocupação, relacionam-se diretamente com a natureza da política macroeconômica adotada no período em questão, que tem como eixos centrais, a abertura comercial e financeira praticada de maneira “desordenada”, a contenção do crescimento econômico, a desregulamentação econômica e financeira e o já mencionado dismantelamento do aparelho do Estado.

Em se tratando especificamente ao “mundo do trabalho”, frente ao contexto acima referido, a década de 90 tem como marcos principais, o aumento da informalidade e do desemprego. Durante o período, verificou-se um ligeiro aumento do produto e queda do nível de emprego, associado às novas condições de (des)estruturação da base produtiva, já observada desde os anos 80, porém intensificada depois de 1989, com a abertura externa rápida e abrupta eliminação de parte da capacidade produtiva (Dedecca, 1998).

A evolução recente das ocupações no Brasil sofreu fortemente as repercussões negativas decorrentes do comportamento geral da economia nos anos 90. Só para se ter uma idéia, a principal ocupação criada no período foi a de emprego doméstico, responsável por quase 23% de todas as vagas abertas no país. O aparecimento de postos de trabalho precários e de baixa produtividade refere-se “fundamentalmente a estratégias de sobrevivência dos trabalhadores sem emprego” (Pochmann, 2001: 156).

A deterioração do mercado de trabalho nacional, ou seja, os altos índices de desemprego e a precarização das condições de trabalho, atingiram amplitude

nacional e jamais vista na história do país e, independentemente da metodologia adotada para a detecção da taxa de desemprego, ela se encontra em patamares demasiadamente elevados. Isso, sem mencionar o processo de “desassalariamento”, tendo em vista a preservação dos baixos salários, a ampliação dos diferenciais de rendimento e a queda dos níveis de sindicalização.

Não é enfadonho lembrar que o Brasil, ao longo do século XX, passou, em poucas décadas, de um país agrário para uma das maiores e mais dinâmicas economias do mundo, caracterizado pelo crescimento econômico invejável, pela capacidade de geração de empregos, mobilidade social, porém com concentração de renda. A década de 90 caracterizou-se pelo pior desempenho econômico do século<sup>20</sup>, onde a economia não só estava paralisada, mas também desarticulada, desestruturada e submetida ao capital financeiro internacional.

Não é, pois, de se estranhar, pela ótica da renda, que “os pobres do ‘pós-Plano Real’ possuem uma renda familiar *per capita* média inferior ao período anterior, que já era bem baixa!” (Lessa, et al, 1998, p. 80), além do que, do ponto de vista social, é notória a deterioração dos serviços sociais básicos e a ineficácia das políticas de emprego que depositaram suas crenças em possibilidades de enfrentamento do mercado de trabalho pelo “caminho tortuoso da ‘empregabilidade’ ” (Henrique, 1999, p. 184). Em se tratando da questão da “empregabilidade”, o estudo de Lessa, et al (1998) aponta que, de 1991 a 1996, 80% dos novos empregos não exigiam maiores níveis de formação, embora os

---

<sup>20</sup> Basta lembrar das taxas médias anuais de crescimento econômico do país, onde, de acordo com o IPEA, de 1950 a 1980, estas se situavam em torno de 7%, atingindo, entre 1967-1970, 11,2% e entre 1970-1973, 12,4%. Nos períodos posteriores, o pífio crescimento econômico é visivelmente notório, uma vez que as taxas foram, entre 1981-90 e 1991-2000, respectivamente, 2,9% e 1,8% ao ano.

trabalhadores que se inseriam possuíam um melhor nível de escolaridade e, por outro lado, auferiam menores salários. De acordo com os autores,

*“se as transformações na economia brasileira nos anos 90 estivessem gerando postos de trabalho que incorporassem trabalhadores mais qualificados e, ou, pagassem melhores salários, isso daria, inclusive, novo alento à política social compensatória”* (p. 72).

Para Baltar (2003 a), no Brasil, “os problemas sociais não decorrem somente da falta de proteção para os empregados e do baixo valor do salário mínimo”, visto que eles também são associados “à limitada geração de emprego e renda que provocou um estreitamento do mercado de trabalho” (p. 221). O fato é que a implementação dessa estratégia, no bojo de uma “nova fase de (contra) reformas liberais e conservadoras”, restringiu o crescimento econômico, “principal indutor da vigorosa desorganização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90” (Fagnani, 1999: 161). As manifestações do “estreitamento” do mercado de trabalho nos anos 90 podem ser expressas tendo em vista, por exemplo, a dificuldade de entrada do jovem no mercado de trabalho, a redução da busca por trabalho remunerado e aumento da incidência do desemprego aberto (Baltar, 2003).

Tal “estreitamento” pode também ser expresso a partir, de um lado, da redução absoluta dos empregos, sobretudo nas grandes empresas e, por outro, pelo expressivo aumento do emprego em pequenas e médias empresas nos mais variados setores de atividades. No entanto, a grande totalidade destes empregos gerados refere-se a empregos sem carteira de trabalho assinada. Uma outra questão que merece ser destacada é que o aumento do desemprego aberto e da inatividade implicou em uma maior precariedade do trabalho daqueles que

conseguiram uma ocupação, tendo em mente, por um lado, a queda do emprego e o aumento da exploração nas grandes empresas e, por outro, o aumento do emprego em pequenas e médias empresas acompanhado por um maior descumprimento da legislação trabalhista, além, é claro, da proliferação do emprego em pequenos empreendimentos não empresariais e do serviço doméstico remunerado (Baltar, 2003; Baltar, 2003 a).

De acordo com Pochmann (2001), tais medidas de ajustes macroeconômicos implementados com intuito de atingir a “modernidade”, foram acompanhadas pela deterioração de parte significativa do parque produtivo, pela desestruturação de parte das cadeias produtivas, sem mencionar a desigualdade entre os rendimentos. Para Cardoso de Mello (1998), o Brasil, bem como a periferia latino-americana, no bojo das políticas de cunho neoliberal, está sendo “reintroduzido” aos moldes dos países centrais sob a forma do desemprego estrutural, heterogeneidade social, dualidade do mercado de trabalho, decadência de regiões inteiras e “desintegração” industrial. Além do que, tais medidas contribuíram ainda mais para o aprofundamento da exclusão, tanto em suas formas “tradicionais” (subemprego, baixos salários, informalidade), quanto em suas “novas” formas (desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e relações de trabalho).

Vale reiterar que, conforme Baltar (2003) chamou a atenção, deve-se atentar ao “significado social” dessas mudanças, tendo em vista que o aumento do desemprego, o “revigoração” do crescimento do serviço doméstico, além do “forte aumento” do trabalho não-remunerado implicaram em dificuldades para os jovens inserirem-se no mercado de trabalho, fato este que “coincidiu com a

consolidação do crime organizado no país, principalmente nos ramos do tráfico de drogas, roubo de cargas, seqüestro de pessoas e contrabando de armas” (p. 148). Outro aspecto refere-se ao fato de que “além do desemprego aberto passar a atingir uma parcela bem maior da população urbana do país, aumentou o tempo médio em que as pessoas afetadas permanecessem desempregadas e mudou o perfil destas, inclusive dos chefes de família e cônjuge” (p. 148).

Vale mencionar também que ocorreu, de acordo com Baltar (2003), uma alteração da estrutura de oportunidades para ocupar a população ativa urbana, tendo em vista, de um lado, a redução na ocupação total em atividades não-agrícolas, com mudança na composição setorial, por tamanho do estabelecimento e por tipo de ocupação e, por outro, aumento da participação de outras posições na ocupação, principalmente o trabalhador por conta-própria e serviço doméstico remunerado. Tal alteração foi acompanhada pela redução do grau de formalização das relações de trabalho, redução esta que trouxe impactos desfavoráveis inclusive no que concerne à arrecadação de contribuições sociais e à própria base de organização dos trabalhadores assalariados, “colocando o país ainda mais afastado das linhas em que, na experiência dos países desenvolvidos, serviram de eixo para a consolidação, depois da IIGM, de um Estado do Bem-Estar Social que permitiu imprimir um mínimo de civilidade a uma sociedade de consumo de massas” (Baltar, 2003: 151).

Em síntese, as características que marcaram o mercado de trabalho no Brasil na década de 90, de acordo com o DIEESE (2001), Baltar (2003) e Dedecca (2003), podem ser expressas por:

- i) crescimento acelerado das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares elevados;
- ii) queda substantiva da participação funcional da renda do trabalho e, conseqüentemente empobrecimento geral dos ocupados, num contexto onde todos aqueles que auferem renda do trabalho perderam poder de compra, sendo que os ocupados de rendas mais baixas foram os mais prejudicados;
- iii) empregos em estabelecimentos não-agrícolas praticamente não aumentou no conjunto da década de 90, visto que a ampliação destes no comércio, nos serviços de segurança, limpeza, apoio a atividade econômica, saúde e de educação foi compensado pela queda nos empregos na indústria, finanças, extrativa mineral, serviços de utilidade pública e de transportes;
- iv) agravamento das condições de trabalho com expansão de contratos fora dos marcos legais (flexibilização / terceirização);
- v) recrudescimento da heterogeneidade interna e exclusão, além da desproteção social de expressiva parcela de trabalhadores;
- vi) extensa jornada de trabalho, inclusive tendo em vista os serviços “complementares”;
- vii) modificações na legislação trabalhista e
- viii) fragilização da estrutura ocupacional, tendo em vista o aumento do emprego no setor de serviços, empregos esses, em sua maioria, marcados por precárias condições de trabalho;

- ix) significativo aumento do emprego nos serviços domésticos remunerados.

Desta forma, para Baltar (2003 a: 226), “o importante, entretanto, é destacar que nesses últimos 20 anos em que o produto *per capita* pouco aumentou, não melhorou o baixo nível de vida da maioria da população e continua igualmente enorme a desigualdade social e econômica”. No Brasil, os baixos salários, distribuídos de maneira “assimétrica, desigual e com dispersão” indicam “uma superexploração que impediu a classe trabalhadora de usufruir plenamente o padrão de consumo que poderia ser proporcionado pelas condições criadas pela economia” (p. 227). Na visão de Dedecca (2003: 104),

*“os anos 90 continuaram a reproduzir o desemprego e a desigualdade, já observada na década anterior. A grande diferença constatada foi que o aumento da desigualdade mais relevante não se circunscreveu àqueles que auferem rendas do trabalho, mas entre estes e aqueles que tem sua renda na propriedade do capital”.*

De forma sucinta, conforme Baltar (2003: 146),

*“na década de 1990, mudanças importantes na estrutura da economia brasileira, com pouco investimento e lento aumento da produção, repercutiram negativamente no mercado de trabalho assalariado, provocando eliminação de postos de trabalho em números análogos aos da criação de novas oportunidades de emprego, sem permitir ampliar o nível global de emprego, num país em que a população ativa ainda apresenta expressivo ritmo de crescimento”.*

Os anos 90 constituíram, pois, um período de forte ajuste no mercado nacional de trabalho, num ambiente onde o país se tornou mais problemático, ou melhor, num contexto marcado por substantivas modificações que caracterizaram os anos 90, conforme um termo cunhado por Dedecca (2003), como a década da “estabilidade com desigualdade”.

Tecidas estas observações acerca do funcionamento da economia nos anos 90 e, levando em conta suas repercussões no mercado de trabalho, cabe agora, conforme já enunciado, discutir especificamente a evolução dos serviços pessoais e domiciliares, a começar pelo esforço em identificar uma tipologia teoricamente justificável e operacional para o estudo de suas atividades.

### 3 O QUE SÃO OS SERVIÇOS PESSOAIS E DOMICILIARES – SPD?

#### 3.1 Esclarecimentos metodológicos

Conforme já enunciado anteriormente, há uma vasta literatura que discorre sobre a problemática dos serviços, no entanto, Browning & Singelmann (1978) é quem parecem ter contribuído para avançar no estudo, inclusive empírico - guardadas suas devidas limitações - acerca do setor que mais cresceu e gerou emprego e renda nos últimos tempos<sup>21</sup>. Partindo-se dos pioneiros e já referidos trabalhos de “*Fischer-Clark three-sector model*”, ou seja, da classificação das atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias, os autores avançam no sentido de sugerirem a divisão da estrutura setorial, de modo a ampliar a tipologia que abarca o setor terciário.

Desta forma, pode-se dizer que o que há de novo no modelo propugnado por Browning & Singelmann (1978) é a diferenciação do setor “serviços”, em unidades relativamente mais homogêneas, separadas em quatro grupos de atividades de serviços, a saber: a) *serviços distributivos* (transporte e armazenagem, comércio atacadista e comércio varejista); b) *serviços produtivos* (comunicação, bancos, créditos e outros serviços financeiros, seguros, imóveis, serviços de arquitetura e engenharia, contabilidade, serviços jurídicos, etc); c) *serviços sociais* (saúde, educação, serviços religiosos e de bem-estar, serviços postais, governamentais, administração pública, etc.) e d) *serviços pessoais*

---

<sup>21</sup> Para Melo, et al (1998), a tipologia propugnada por Browning & Singelmann (1978), é atualmente a mais conhecida e adotada internacionalmente quando se trata de tipologias para agrupar as atividades do complexo e heterogêneo setor de serviços”(p. 452).

(serviços domésticos, hotelaria, alimentação, reparação, tinturaria e lavanderia, barbearias, cabeleireiros, atividades de recreação, entreterimento e lazer e outros serviços pessoais).

De forma geral, os *serviços distributivos* contemplam as atividades pertencentes à última fase da tripla seqüência (*three-stage sequence*) extração – transformação – distribuição, enquanto que os *serviços produtivos* ou também conhecidos como “intermediários da produção” aparecem como reflexo da maior complexidade da economia e sociedade capitalistas (*metropolitan-dominated form of economy*). Nesse sentido, ambas as classificações de atividades de serviços referem-se, fundamentalmente, às atividades de apoio à atividade capitalista. Já em relação aos *serviços sociais* e os *serviços pessoais*, é interessante notar que o que há de diferente entre ambos é o fato de que, enquanto os primeiros destinam-se ao consumo coletivo (*collective demand*), os segundos atendem ao consumo individual.

Em se tratando da tipologia em questão, é válido mencionar a importante constatação, reconhecida desde então, pelos próprios autores, de que

*“some industrial categories combine activities that fall into two sectors. In some cases, the industrial categories were detailed enough to permit an empirical separation (such as the distinction between retail trade and eating and drinking places). Where such separation was impossible, the ambiguous character of an industry’s sectoral location will be noted” (p. 488).*

Ou seja, o estudo do setor de serviços é marcado pela impossibilidade de separação/ locação de alguns setores de atividades, como, por exemplo, a distinção entre o comércio varejista (*retail trade*) e alguns serviços de alimentação, bares e restaurantes (*eating and drinking places*); o tipo de serviço considerado

pelos autores como o de um maior “*ambiguous location*” de todo o setor, tendo em vista o fato de algumas de suas atividades estarem bem próximas ao que também se computaria como “comércio varejista”.

Em se referindo especificamente aos serviços pessoais, considerados por Browning & Singelmann (1978) como “*the most heterogeneous of all sectors*”, vale notar que as dificuldades de classificação / mensuração se intensificam, uma vez que muitas de suas atividades estão contempladas em outros tipos de atividades de serviços. Como bem notaram, os serviços de transporte, por exemplo, embora pertençam aos serviços distributivos, pode estar associado diretamente ao transporte de pessoas; atividade esta que está sendo prestada e que deveria enquadrar-se como um tipo de “*personal service*”. Como bem notaram os autores, “*while the transport of goods belongs in the distributive sector, the transport of people belongs in personal services*”, haja vista, por exemplo, os serviços de linhas aéreas, de transporte rodoviário e de trens oferecidos às pessoas, sejam em condições de trabalho ou de lazer / turismo. No entanto, embora considerem os serviços de transporte como pertencentes ao *distributive sector*, reconhecem que “*in empirical terms, a clear distinction between goods and personal transportation cannot be made*” (p. 488).

O mesmo ocorre com o caso de uma parte dos serviços de bancos, de seguros e os serviços imobiliários que são prestados aos indivíduos e não às empresas, mas que se encontram discriminados nos “serviços produtivos”. Para Browning & Singelmann (1978: 489), “*a substantial segment of employment in producer services could be allocated to personal services*”. Tal interpenetração inerente à função “serviço” pode ser encontrada, inclusive, no complexo e

controverso debate acerca de algumas atividades de serviços como educação e saúde, visto que ora parecem estar “sintonizadas” com o consumo coletivo, ora aparentam direcionar-se ao consumo individual, mas que, na classificação dos autores, “*although many social services cater to the individual, they respond less to individual than to collective demand*” (p. 490).

Em termos gerais, o que se pretende ressaltar é que os serviços pessoais contemplam uma variedade de serviços que não é considerada nas relações estatísticas oficiais disponíveis para a realização de estudos / pesquisas, etc. Ou seja, eles abarcam uma gama de atividades muito maior que às tidas como os serviços prestados às pessoas e às famílias, além do que, inclusive, são contabilizados, nas estatísticas nacionais, em setores de atividades não considerados como de serviços direcionados à demanda individual ou ao ambiente domiciliar, mas, por exemplo, como serviços “distributivos” (caso do comércio), “produtivos” (como os serviços bancários e a *relation de service* entre o gerente e o cliente, serviços de vigia particular, etc.), e também “sociais” (como educação e saúde)<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> A dificuldade/impossibilidade de separar e/ou desagregar de uma forma clara as diversas atividades que contemplam o setor de serviços, sobretudo os serviços pessoais, é também mencionada por Meirelles (2005). Tendo como objetivo analisar a organização do mercado das atividades de serviços, a partir de suas características e atributos essenciais, a autora os classifica como: a) “*Serviços Puros*”: serviços domésticos, de entreterimento e lazer, os serviços de consultoria, assistência técnica, serviços de P&D, de saúde e de educação, etc.; b) “*Serviços de Transformação*”: serviços de alimentação, serviços decorrentes da terceirização de etapas do processo de transformação, etc. e c) “*Serviços de Troca e Circulação*”: serviços bancários, comerciais, serviços de armazenamento, transportes e comunicação, etc. Nesta classificação proposta, também se pode detectar certas dificuldades inerentes à uma investigação mais desagregada dos serviços prestados às pessoas e às famílias, sobretudo quando se leva em conta as “relações de proximidade” entre prestadores e usuários de serviços que ocorrem não somente em âmbito familiar e individual, mas em empresas e instituições econômicas e financeiras, como o caso dos serviços bancários e da relação do cliente com o gerente, dos serviços de guarda e vigia particular, etc.

Com as ressalvas requeridas no tratamento de um tema tão complexo e controvertido, partindo-se da tipologia propugnada por Browning & Singelmann (1978), anteriormente especificada, que divide os serviços em produtivos, distributivos, sociais e pessoais, optou-se por incorporar, para a análise do caso brasileiro, determinadas atividades consideradas como prestadas às pessoas e ao domicílio.

No entanto, antes de apresentar a tipologia sugerida, é mister esclarecer que a base estatística deste estudo refere-se à Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio – PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, para os anos de 1992 e 2001. Em relação ao período escolhido, cabem também alguns esclarecimentos. A opção pelo ano de 1992, de baixo ritmo da atividade econômica, se dá pela inexistência / inconsistência da pesquisa nos dois anos anteriores. Em relação ao ano de 2001 e à possibilidade de ter-se realizado tabulações a partir deste período, deve-se acrescentar que as mudanças metodológicas da própria PNAD<sup>23</sup>, a partir de 2002, tornaram as comparações diretas de anos posteriores a 2001 em relação aos anos anteriores, bastante dificultadas e, em grande parte dos casos, impossibilitadas.

Tecidas tais considerações, apresentam-se, a seguir, os ramos que constituem, neste trabalho, os Serviços Pessoais e Domiciliares – SPD. Na verdade, para a PNAD, em sua relação de Código de Atividades, o código “531” refere-se aos “serviços pessoais” e englobam as seguintes atividades: academias

---

<sup>23</sup> Ver a metodologia e a nova classificação de atividades contempladas no Código Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, a partir do ano de 2002, no próprio site do IBGE ([www.ibge.gov.br/pnad/cnae](http://www.ibge.gov.br/pnad/cnae)).

em geral (aeróbica, artes marciais, balé, capoeira, ginástica, ioga, karatê, musculação, etc.), banho, barbearia, corte, alisamento, permanente e similares, depilação, clínicas de emagrecimento, instituto de beleza (higiene pessoal, esteticista, manicure, etc.). Ou seja, em se tratando de SPD, constitui-se uma gama de atividades bastante restrita.

Neste sentido, optou-se pela necessidade de incorporar ao estudo outros ramos tidos como SPD, de modo a expandir essa tipologia. Logo, além das consideradas na classificação da PNAD, por nós designadas de serviços de “Cabeleireiros, Academias e Afins”, foram incorporadas as seguintes atividades:

- 1) *Serviços de Alojamento e Alimentação*: referentes aos códigos “511” e “512”, abarcando atividades tais como adega, alimentação, bar, *bomboniere*, botequim, serviço de *buffet*, de café e bar, cantina, confeitaria, pastelarias, pizzarias, lanchonetes, etc, além de atividades relacionadas aos serviços de hotelaria, albergues da juventude, dormitório de estrada, pousadas, pensionatos, etc;
- 2) *Serviços de Manutenção e Reparação*: referente aos códigos “521”, “522”, “523”, “524” e “525”, englobando atividades de prestação de serviços de manutenção e reparação em veículos, aparelho de som, máquinas de costura, de calcular, rádio, TV, ventilador, alinhamento de rodas, automóveis, bicicletas, caminhão, estofados, artigos de madeira, móveis em geral, etc;
- 3) *Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas*: correspondente aos códigos “551” e “552”, como, serviços de diversões e promoção de

espetáculos artísticos, filmes, clubes, danças, filmagens, teatros, além dos diversos serviços de radiodifusão e televisão, etc.;

4) *Serviços Domésticos Remunerados*: equivalente ao código “544” e “545”, incorporando os serviços domésticos propriamente ditos, inclusive diaristas, mordomos, além de motoristas, jardineiros, adestradores de cães, instaladores de televisão, eletrodoméstico, etc.;

5) *Outros Serviços Pessoais*: englobando os serviços de confecção e reparação de artigos de vestuário, lavanderias, alfaiatarias, *atelier*, bordadeira, engraxate, modista (execução em serviços da moda), sapataria (“532”); casa funerária, ampliação, revelação e reprodução de fotografias, toalheiro (“533”); tinturaria e afins (“541”).

Desta forma, neste trabalho, consideram-se como ramos pertencentes aos SPD, seis grandes grupos de atividades, a saber: 1) Manutenção e Reparação; 2) Alojamento e Alimentação; 3) Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas; 4) Cabeleireiros, Academias e Afins; 5) Serviços Domésticos Remunerados e 6) Outros Serviços Pessoais.

Vale também mencionar que o agrupamento destes seis ramos que compreendem os SPD foi feito a partir da variável da PNAD “atividade principal do empreendimento neste trabalho” (v9907), sendo que a variável “ocupação” foi construída levando-se em conta aqueles que se declararam trabalhadores na semana, excetuando-se os ocupados em auto-consumo e auto-construção e, entre os não remunerados, excluem-se aqueles com jornada semanal inferior a 15 horas.

Em relação à tipologia proposta neste trabalho, cabe registrar a existência de alguns outros estudos, nacionais e internacionais, que mantêm certas similitudes quanto ao processo metodológico de classificação das atividades relacionadas aos SPD, embora a tipologia proposta neste trabalho apresente determinadas diferenças no que respeita à classificação de suas atividades.

No que concernem aos estudos nacionais, os do Banco do Nordeste (1997), coordenados por Melo (1997), ao analisar o setor de serviços na Região, entre os anos de 1985 e 1995, partindo da classificação de Browning & Singelmann (1978), também considerou como “serviços pessoais”, um conjunto de atividades bastante próxima às atividades consideradas neste estudo: reparação e conservação, hospedagem e alimentação, outros serviços pessoais que abarcam uma gama de atividades tais como serviços ligados à higiene pessoal, vestuário, aos serviços de diversão e atividades artísticas em geral, além dos serviços domésticos remunerados.

Santos (2001), ao analisar as mudanças na distribuição dos ocupados pelos setores e subsetores econômicos, de 1981 a 1996, também partindo da tipologia de Browning & Singelmann (1978), considera no subsetor de “Serviços Pessoais”, os serviços de hospedagem, alimentação, reparação, lavanderia, cabeleireiros e afins, entreterimento, jogos, lazer e recreação, serviços de segurança, além de outros serviços pessoais.

Do ponto de vista da literatura internacional, o clássico e famigerado trabalho de Browning & Singelmann (1978), propõe-se a analisar algumas transformações centrais na estrutura da força de trabalho na sociedade capitalista norte-americana, entre 1870 e 1970. De acordo com este estudo, os “*personal*

*services*” neste país representavam, em 1920, 8,2% do total dos ocupados, incluindo os setores primário (“*extractive*”) e secundário (“*transformative*”), além dos serviços (“*distributive*”, “*producer*” e “*social*” *services*), passando para 10% em 1970 (Ver Tabela 1, a seguir).

**Tabela 1**  
**Distribuição (%) dos Ocupados por Setores da Atividade Econômica**  
**EUA, 1920-1970**

Setores de Atividade	1920	1930	1940	1950	1960	1970
	%					
Extractive	28.8	25.4	21.3	14.4	8.1	4.5
Transformative	32.9	31.4	29.7	33.9	35.8	33.1
Distributive Services	18.6	18.5	19.4	21.2	20.6	20.8
Producer Services	2.8	4.2	5.5	6.0	7.9	9.7
Social Services	8.7	9.2	10.0	12.4	16.3	21.9
Personal Services	8.2	11.2	14.0	12.1	11.3	10.0
Domestic Services		6.5	5.3	3.2	3.1	1.7
Hotels		2.9	1.3	1.0	1.0	1.0
Eating and Drinking		2.9	2.5	3.0	2.9	3.3
Repair			1.5	1.7	1.4	1.3
Laundry			1.0	1.2	1.0	0.8
Barber and Beauty Shop		0.9			0.8	0.9
Entertainment		0.9	0.9	1.0	0.8	0.8
Misc. Personal Services		1.6	1.2	1.2	0.4	0.3
Total Labor Force	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Adaptado de Browning & Singelmann (1978: 493)

Em estudos mais recentes, Reich (1993), ao analisar a competitividade da economia norte-americana frente às transformações do mercado de trabalho internacional, a partir da idéia de “teia global”, aponta o aparecimento de três “amplas categorias de trabalho” nos EUA e que estão “tomando forma em outros países” (p. 167). São elas: i) “Serviços Rotineiros de Produção”, incluindo as ocupações caracterizadas, fundamentalmente, por procedimentos padronizados e

regras preestabelecidas, tais como gerentes de baixo e médio nível, supervisores administrativos, chefes de seção, montagem de equipamentos, inclusive equipamentos de alta tecnologia, os “peões de processadores de dados”; serviços estes correspondentes, de acordo com Reich (1993), por cerca de ¼ das ocupações dos americanos em 1990, com tendência declinante; ii) “Serviços Simbólicos Analíticos”, caracterizados pelas atividades de “solução de problemas”, como pesquisadores, engenheiros de projetos, *software*, biotecnólogo, financistas, advogados, consultores, especialistas em desenvolvimento organizacional e em planejamento estratégico, professores universitários; cerca de 20% dos cargos funcionais americanos em 1990. Por último, e não menos importante, os “Serviços Pessoais” constituem a segunda classe de tarefas mais executadas na economia americana, correspondendo a 30% da força de trabalho. Estão compreendidas nesta “categoria”, segundo Reich (1993:164), as seguintes atividades: vendedores de varejo; garçons e garçonetes; empregados de hotéis; zeladores; caixas; atendentes e assistentes hospitalares; ajudantes em asilos; babás; faxineiras; cabeleireiras; mecânico de automóveis; corretores de imóveis; comissários de companhias aéreas; fisioterapeutas e guardas de segurança.

Como se pode perceber, nos EUA, a proliferação destes serviços também chama bastante a atenção ao longo do período investigado. Ainda de acordo com Reich (1993:165), “desde os anos 80, mais de 3 milhões de novas vagas em serviços pessoais foram criadas nos EUA na área de lanchonetes, bares e restaurantes”.

Em outro estudo, Ballarino (2001), com o intuito de investigar a evolução do setor de serviços em Milão, entre 1990 e 1999, tendo como base a tipologia de

Browning & Singelmann (1978), considerou como “*servizi alla persona*” um grupo de atividades bastante próximas à proposta neste trabalho. Segundo o autor, estes serviços representaram aproximadamente 25% das ocupações em Milão ao longo do período investigado.

Tendo feitas estas importantes considerações, pode-se, então, avançar no sentido de verificar, no Brasil, o que ocorreu com este segmento de bastante relevância para a geração de emprego e renda, sobretudo nos anos 90, onde a problemática do mercado nacional de trabalho foi foco de demasiado interesse investigativo para os cientistas sociais e de muita preocupação para toda a sociedade brasileira.

## **3.2 Evolução do perfil dos ocupados em SPD no Brasil entre 1992 e 2001**

### **3.2.1 Análise setorial dos ocupados não agrícolas: quais as especificidades dos SPD?**

Antes de analisar especificamente o perfil dos ocupados em SPD, cabem algumas observações acerca da contextualização deste subsetor em relação ao total dos ocupados não-agrícolas no país. Conforme podemos notar na Tabela 2, a seguir, o peso dos ocupados não agrícolas nos Serviços em geral, incluindo o Comércio, era de pouco mais de 70%, representando, em termos absolutos, que os Serviços ocuparam, entre 1992 e 2001, cerca de 11,4 milhões de trabalhadores; período este onde o setor secundário perdeu participação em termos relativos.

Em relação aos SPD, estes respondiam por 23,3% do total dos ocupados não agrícolas em 1992 (10.319.492) e passaram para 23,5% em 2001 (13.505.310). Tal incremento se deu a uma taxa de crescimento de 3,1% ao ano, levemente superior à taxa de crescimento verificada para o conjunto dos ocupados não-agrícolas no país (2,9% aa) e, inclusive, superior tanto em relação à taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que no período foi de 2%, quanto à taxa de crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) que, ao longo dos anos 90, foi de 2,1% ao ano<sup>24</sup>.

No entanto, verifica-se que a taxa de crescimento dos SPD é inferior à taxa registrada nos serviços distributivos (3,7% aa) e, principalmente, nos serviços produtivos (4,5% aa). No primeiro caso, tal incremento está ligado ao notável

---

<sup>24</sup> Conforme dados mencionados por Baltar (2003).

aumento dos ocupados no comércio, principalmente no varejista e, no segundo, dois aspectos devem ser levados em conta: o baixo peso que estes tinham em 1992 (ou seja, eram bastante reduzidos quando comparados com o total dos ocupados em todos os grandes setores) e a terceirização, ou seja, transferência de atividades de apoio antes realizadas dentro da própria firma para firmas especializadas (Pochmann, 2001).

**Tabela 2**  
**Distribuição dos Ocupados\* Não Agrícolas e Rendimento Médio (SMH) nos**  
**Setores de Atividade Econômica – Brasil, 1992 - 2001**

Setores da Ativ. Econômica	1992			2001			Tx**
	N	%	SMH	N	%	SMH	Cresc. (%)
Secundário (1)	12.633.299	28,5	3,08	14.525.698	25,2	3,36	1,5
Serv. Distrib.(2)	9.681.483	21,8	3,24	13.534.819	23,5	3,74	3,7
Serv. Prod. (3)	3.508.709	7,9	5,44	5.223.509	9,1	6,05	4,5
Serv. Sociais (4)	8.228.157	18,5	4,01	10.783.325	18,7	5,86	3,0
Serv. Pessoais (5)	10.319.492	23,3	1,61	13.505.310	23,5	2,19	3,1
Total	44.371.140	100,0	2,83	57.572.661	100,0	3,61	2,9

Fonte: PNADs 1992 e 2001

\* Exclui os ocupados em autoconsumo e auto-construção e consideram-se os ocupados com rendimento declarado positivo.

\*\* Taxa de Crescimento das Ocupações.

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP

(2) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes

(3) Insti. Crédito, Seguros e Capital., Comunic., Serv. técnico-profissionais e Serviços Auxiliares da Atv. Econ.

(4) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional

(5) Serv. Aloj. e Aliment., Manut e Repar, Cabeler., acad. e afins, Serv. Domést, Serv. Diversão, lazer e outros .

No que tange à remuneração dos ocupados, cabem algumas informações. Para expressar os rendimentos do trabalho, utilizou-se o equivalente hora recebido pelo ocupado, ao invés da remuneração mensal, tendo em vista as diferenças salariais causadas por jornadas de trabalho distintas. Para exprimir a evolução do poder de compra dos salários entre outubro de 1992 e outubro de

2001, utilizou-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – que mede a variação dos preços entre as segundas quinzenas de meses consecutivos, em vez do habitual que calcula a variação de preços entre os dias primeiro e último de cada mês. O índice de preços utilizado expressa melhor a inflação do mês de julho de 1994, quando o Real foi introduzido no país. O salário médio de cada ano foi expresso em termos de salário mínimo de janeiro de 2002, fixado em R\$ 200. É válido registrar que o valor do salário mínimo de janeiro de 2002 em outubro de 1992 superava em 5,8% o salário mínimo vigente na época<sup>25</sup>. Já em outubro de 2001, o valor do salário mínimo de janeiro de 2002 superava em 7,8% o salário mínimo vigente. Vale dizer, o valor do salário mínimo de outubro de 2001 era 1,9% menor que o de outubro de 1992<sup>26</sup>.

Nesse sentido, percebe-se, ainda de acordo com a Tabela 2, que, se por um lado, os SPD chamaram atenção pelo seu peso significativo no conjunto dos ocupados, por outro, revelam ser o segmento com os piores rendimentos médios registrados. Em 1992, o rendimento médio verificado para os ocupados em SPD (1,61 SMH) era pouco mais que a metade do valor do rendimento médio atingido pelos ocupados no setor secundário (3,08 SMH). Vale notar que o baixo rendimento verificado nos SPD era também bastante inferior ao registrado pelo conjunto dos ocupados não-agrícolas (2,83 SMH)<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> Em outubro de 1992, R\$200 equivalia a 552.240,40 Cruzeiros e o salário mínimo era de 522.186,94 Cruzeiros, de acordo com as sugestões de deflacionamento para PNADs e Censos adaptadas por Maia (2006), Anexo B.

<sup>26</sup> Em outubro de 2001, R\$200 equivalia a R\$194,05 e o salário mínimo era de R\$180.

<sup>27</sup> Vale mencionar que, como veremos mais adiante de forma mais detalhada, os serviços domésticos remunerados compreendem o subsetor dos SPD que absorve cerca de 45% do total de seus ocupados. Por ser um subsetor reconhecidamente marcado pela heterogeneidade e pelos baixos níveis de remuneração, é de se esperar que todo este contingente contribua para reduzir o rendimento médio do total dos ocupados em SPD. Desta forma, torna-se necessário, em alguns

A comparação do rendimento médio auferido pelos ocupados nos SPD com os demais setores, também nos revela um quadro que corrobora a idéia de que este segmento caracteriza-se pelos seus rendimentos bastante baixos. Conforme se viu, seu rendimento médio é o menor dentre os ramos de serviços mostrados, guardando considerável distância, sobretudo levando em conta os rendimentos médios verificados pelos ocupados nos serviços sociais e serviços produtivos (Ver Tabela 2).

Em 2001, a análise dos rendimentos médios revela que tanto no setor secundário, quanto nos serviços (inclusive levando em conta seus subsetores) verificou-se um aumento no nível dos rendimentos médios auferidos. No entanto, é mister frisar que o ano de referência inicial (1992) foi marcado por um baixo nível dos rendimentos, ou seja, foi um ano cujo nível de renda era relativamente baixo, devido a acentuada estagnação econômica do início dos anos 90<sup>28</sup>; fato este que pode elevar, quando comparado ao ano de 2001, de forma mais que devida o real aumento dos rendimentos observados. Ou ainda, o aumento de rendimento observado em todos os setores analisados em 2001, quando comparados com os de 1992, pode indicar, em parte, uma simples recuperação do valor do rendimento que havia diminuído com a retração da economia.

Vale frisar que a importância de tais considerações reside no fato de que é preciso analisar com cautela a ampliação do nível dos rendimentos ao comparar 2001 com 1992 e não deixar resvalar-se à idéia de aumento exacerbado dos

---

momentos, excluir os serviços domésticos do total dos ocupados neste setor, visando uma análise mais precisa. Nesta perspectiva, a despeito do baixo nível registrado pelos SPD (1,61 SMH), ao excluir os serviços domésticos, o rendimento médio registra um aumento de cerca de 38%, passando para 2,22 SMH.

<sup>28</sup> Sobre esta questão, ver Baltar (2003).

rendimentos, num período onde – conforme se pretende mostrar – o mercado de trabalho nacional experimentou um processo de desestruturação, com queda de rendimentos.

Nesta perspectiva, ainda de acordo com a Tabela 2, pode-se notar que o incremento do nível do rendimento médio em 2001 nos SPD foi de 36%. No entanto, além de permanecerem muito baixos, os rendimentos nos SPD cresceram, com exceção dos serviços sociais (46%), num ritmo superior aos demais subsetores, inclusive em relação ao total dos ocupados não agrícolas, cujo crescimento foi de cerca de 27%, passando de 2,83 SMH em 1992 para 3,61 SMH em 2001.

Para um maior detalhamento da análise das especificidades dos SPD em relação aos demais setores da atividade econômica que compreendem os ocupados não agrícolas, torna-se relevante investigar algumas características, tais como sexo, faixa etária, escolaridade e posição na ocupação destes ocupados em seus respectivos setores.

Em relação ao gênero, a partir da Tabela 3, percebe-se que os setores com maior proporção de mulheres são os SPD e os serviços sociais; fato este ligado, no caso dos SPD, ao alto volume do emprego doméstico e, no caso dos serviços sociais, às atividades de saúde, educação e assistência social. Especificamente em relação aos SPD, excluindo os serviços domésticos, tal panorama se modifica, uma vez que os ocupados do sexo masculino tornam-se maioria, representando quase 60% do setor<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Este ponto será tratado de maneira mais detalhada posteriormente.

Esta inflexão de gênero ao se excluir os serviços domésticos, está ligada ao fato de que o serviço doméstico remunerado é a principal ocupação das mulheres brasileiras, embora tenha se observado um pequeno aumento da participação masculina, provavelmente explicado pela recessão econômica e reestruturação industrial. Para Moretto & Pochmann (2005), os serviços domésticos foram atividades que ganharam destaque ao longo dos anos 90, “onde as poucas oportunidades de trabalho e o desemprego crescente entre os homens levaram estes a assumir postos de trabalho que, tradicionalmente, eram ocupados pelas mulheres” (p. 101).

Nos demais setores, a proporção de homens também é superior, uma vez que no setor secundário, nos serviços distributivos e nos serviços produtivos, as mulheres representavam, em 1992, respectivamente, 18,6%, 27,9% e 34,2%. No entanto, conforme se pode notar, a proporção de mulheres vem subindo, tanto nestes setores onde a proporção de homens era superior, quanto nos que elas já eram maioria, casos dos SPD (com os serviços domésticos) e dos serviços sociais.

**Tabela 3**  
**Distribuição de Mulheres (%) segundo os Setores da Atividade Econômica**  
**Brasil, 1992 e 2001**

<u>Setores da Atividade Econômica</u>	<u>(%) de Mulheres</u>	
	<b>1992</b>	<b>2001</b>
Secundário	18,6	19,6
Serviços Sociais	59,9	61,3
Serviços Distributivos	27,9	32,4
Serviços Pessoais e Domiciliares - SPD	64,3	65,4
Serviços Produtivos	34,2	35,0
<b>Total</b>	<b>35,0</b>	<b>38,5</b>

Fonte: PNADs 1992 e 2001

No que concerne ao nível de remuneração dos ocupados não agrícolas em seus respectivos setores, segundo o sexo, confirma-se, a partir da Tabela 4, o fato já sabido de que as mulheres auferem os menores níveis de rendimento. No caso dos SPD, é interessante notar que, embora proporcionalmente o rendimento das mulheres tenha aumentado mais que dos homens (50,4% e 23,9%, respectivamente), a distância entre o rendimento auferido pelas mulheres *vis-à-vis* ao registrado pelos homens, aumentou em pouco mais de 10 pontos percentuais, uma vez que de 50% em 1992, esta passou para 60,6% em 2001.

**Tabela 4**  
**Rendimento Médio dos Ocupados segundo Setores da Atividade Econômica por Sexo –**  
**Brasil, 1992 e 2001**

	Homem		Mulher Em SMH		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Secundário	3,23	3,50	2,47	2,78	3,09	3,36
SSociais	4,78	7,15	3,50	5,05	4,01	5,86
SDistributivos	3,46	4,04	2,68	3,11	3,24	3,74
SPD	2,38	2,95	1,19	1,79	1,62	2,19
SProdutivos	5,93	6,45	4,52	5,34	5,44	6,06
Total	3,10	3,87	2,36	3,22	2,84	3,62

Fonte: PNADs 1992 e 2001

Vale ressaltar o baixo patamar dos rendimentos verificados para o conjunto dos ocupados em SPD, sobretudo quando se analisa o rendimento auferido pelas mulheres. Basta comparar com os serviços sociais, onde, em 1992, a média dos salários dos homens neste setor era o dobro dos auferidos pelos homens dos SPD e, em 2001 passa registrar um nível ainda maior e superior ao dobro do auferido

pelos homens dos SPD, enquanto que os salários das mulheres ocupadas nos serviços sociais, tanto em 1992, quanto em 2001, foram o triplo do que as mulheres dos SPD receberam.

Em relação à faixa etária dos ocupados não agrícolas, pode-se perceber, de acordo com os dados da Tabela 5, que nos SPD há uma alta proporção de ocupados situados na primeira faixa etária, compreendida entre 10 a 17 anos. Em 1992, do total dos ocupados em SPD, 12,3% estavam nesta faixa de idade; percentual este bastante elevado quando comparado com os demais setores: 2,5% nos serviços sociais, 5,2% nos serviços produtivos, 7,3% no setor secundário e 7,8% nos serviços distributivos. Já em 2001, estes percentuais registraram queda em todos os setores, inclusive nos SPD, que passam a absorver, nesta faixa etária, 6,5% dos ocupados no setor, muito embora ainda seja o que mais ocupados absorve nesta faixa de idade. Excluindo os serviços domésticos, o percentual de ocupados nesta faixa etária reduz-se para 7,5% em 1992 e 5,4% em 2001, reiterando a influência destes na caracterização geral do setor<sup>30</sup>.

Em relação à faixa etária compreendida entre 18 a 24 anos, percebe-se que não houve grandes alterações ao longo do período analisado. Nota-se uma redução relativa dos ocupados com esta faixa etária nos SPD e nos serviços sociais, ao contrário do que ocorreu nos serviços distributivos, cuja participação de ocupados aumentou. Menos notáveis foram as mudanças no setor secundário e nos serviços produtivos, que praticamente mantiveram a distribuição de seus ocupados nesta faixa de idade.

---

<sup>30</sup> Esta questão será retomada posteriormente.

A faixa compreendida entre 25 a 49 anos é, obviamente, a que mais absorve ocupados, em todos os setores analisados, com destaque aos serviços sociais, onde quase 70% do total de seus ocupados se encontram nesta faixa de idade, embora com tendência de queda. Chama atenção ao fato do aumento relativo de ocupados, em todos os setores, na faixa etária daqueles com 50 anos e mais de idade (Ver Tabela 5).

**Tabela 5**  
**Distribuição dos Ocupados\* Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixa Etária – Brasil, 1992 e 2001**

Faixa Etária (Em Anos)	Secundário (1)		SSociais (2)		SDistr. (3)		SPD (4)		SProd. (5)		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
	Em %											
De 10 a 17	7,3	3,8	2,5	1,5	7,8	4,8	12,3	6,5	5,2	2,9	7,8	4,3
De 18 a 24	21,4	21,1	15,6	14,1	19,9	21,3	20,2	17,9	20,4	20,8	18,9	18,5
De 25 a 49	60,5	62,8	69,2	68,9	59,8	60,2	54,0	60,2	63,6	63,8	58,6	61,4
50 e mais	10,8	12,3	12,7	15,5	12,5	13,7	13,5	15,4	10,8	12,5	14,7	15,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2001

\* Exclui os ocupados em autoconsumo e auto-construção e consideram-se os ocupados com rendimento declarado positivo.

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP;

(2) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional;

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes;

(4) Serv. Alojamento, Alimentação, Manutenção e Reparação, Cabelos, Acadêmicos, Domésticos, Diversão, Lazer, etc

(5) Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, Comunicação, Serviços Técnico-profissionais e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

Em se tratando das respectivas remunerações, a Tabela 6, nos mostra que, no caso dos SPD, o maior nível de rendimento estava, em 1992, para aqueles que possuíam entre 25 a 49 anos, embora em 2001, o maior nível registrado estivesse entre aqueles com 50 e mais anos de idade; tendência esta verificada tanto no setor secundário quanto nos serviços produtivos. O contrário ocorre com os

serviços sociais e os serviços distributivos que sempre possuíram os maiores rendimentos entre os ocupados com 50 e mais anos de idade (Ver Tabela 6). Mais uma vez os SPD chamam atenção pelos seus baixos rendimentos, independentemente da faixa etária que se compare com os demais setores da atividade econômica.

**Tabela 6**  
**Rendimento Médio dos Ocupados\* Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixa Etária – Brasil, 1992 e 2001**

Faixa Etária (Em Anos)	Secundário (1)		SSociais (2)		SDistr. (3)		SPD (4)		SProd. (5)		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
	<b>Em SMH</b>											
De 10 a 17	1,00	1,12	1,11	1,68	0,97	1,12	0,62	0,90	1,57	1,53	0,83	1,06
De 18 a 24	1,92	1,99	2,28	2,99	1,89	2,09	1,25	1,58	2,45	2,92	1,74	2,05
De 25 a 49	3,69	3,70	4,36	6,15	3,86	4,18	1,92	2,41	6,55	6,45	3,40	4,00
50 e mais	3,45	4,71	4,80	7,57	3,88	5,27	1,87	2,61	5,87	10,40	3,05	4,65
Total	3,09	3,36	4,01	5,86	3,24	3,74	1,62	2,19	5,44	6,06	2,84	3,62

Fonte: PNADs 1992 e 2001

\* Exclui os ocupados em autoconsumo e auto-construção e consideram-se os ocupados com rendimento declarado positivo.

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP;

(2) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional;

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes;

(4) Serv. Alojamento, Alimentação, Manutenção e Reparação, Cabeleiros, Acadêmicos, Serviços Domésticos, Diversão, Lazer, etc

(5) Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, Comunicação, Serviços Técnico-profissionais e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

A análise do perfil dos ocupados não agrícolas segundo escolaridade (Tabela 7), mostra que os SPD são marcados, além dos baixos salários, por baixos níveis de escolaridade. Em 1992, cerca de 80% do total de seus ocupados não tinham sequer o primeiro grau completo, ou seja, possuíam até 7 anos de

estudo; percentual este que cai para 69% quando excluem os serviços domésticos. Por outro lado, somente 7,5% possuíam o segundo grau completo (de 11 a 14 anos de estudo) e apenas 0,8% - nem 1% - concluíram o nível superior; patamares estes que se elevam, respectivamente, para 12,5% e 1,2% ao excluir os serviços domésticos do conjunto dos ocupados em SPD. Em 2001, embora se note uma relativa melhora, tendo em vista, a queda dos que não tinham primeiro grau completo para 64%, e o aumento dos que possuíam o segundo grau completo (14,8%) e daqueles que concluíram o nível superior (1,6%), os níveis de escolaridade neste setor são bastante reduzidos, sobretudo quando se comparam com os setores mais escolarizados, digam-se os serviços sociais e os serviços produtivos.

Nestes setores (serviços sociais e serviços produtivos), mais de 1/3 de seus ocupados possuíam entre 11 a 14 anos de estudo, ou seja, o segundo grau completo, além do que cerca de 20% de seus ocupados alcançaram o nível superior; percentual ainda maior para o caso dos serviços sociais onde, em 2001, 1/4 de seus ocupados atingiram tal nível de escolaridade.

Vale também mencionar que a situação verificada para os ocupados nos serviços distributivos e no setor secundário, no que diz respeito ao nível de escolaridade de seus ocupados, vai ao encontro da situação verificada nos SPD, embora nestes últimos a situação seja mais preocupante. Tal situação refere-se ao fato de que mais da metade dos ocupados nestes setores não possuía, em 1992, o primeiro grau completo; situação ainda mais constrangedora para o setor secundário, provavelmente influenciado pelo peso da construção civil, onde, em 2001, mais da metade dos ocupados enquadravam-se nesta faixa de

escolaridade, enquanto que no caso dos serviços distributivos este percentual havia se reduzido. Além do que, quando se analisam as faixas de escolaridade subseqüentes, percebe-se que enquanto 30,7% dos ocupados nos serviços distributivos completaram o segundo grau, este percentual era de apenas 20% no setor secundário (Ver Tabela 7).

**Tabela 7**  
**Distribuição dos Ocupados\* Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica por Faixa de Escolaridade – Brasil, 1992 e 2001**

Faixa de Escolaridade	Secundário (1)		SSociais (2)		SDistr. (3)		SPD (4)		SProd. (5)		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
	Em %											
Até 7 anos	69,4	57,1	31,7	20,0	56,5	42,4	79,1	64,0	34,8	27,9	65,4	51,4
De 8 a 10 anos	14,6	18,7	14,9	12,9	19,9	22,1	12,6	19,6	15,9	15,6	13,3	16,7
De 11 a 14 anos	11,9	20,0	33,5	42,5	19,8	30,7	7,5	14,8	32,8	37,3	15,4	24,1
15 anos e mais	4,0	4,1	19,9	24,6	3,8	4,8	0,8	1,6	16,4	19,2	6,0	7,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2001

\* Exclui os ocupados em autoconsumo e auto-construção e consideram-se os ocupados com rendimento declarado positivo.

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP;

(2) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional;

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes;

(4) Serv. Alojamento, Alimentação, Manutenção e Reparação, Cabeleiros, Acadêmicos, Serviços Domésticos, Diversão, Lazer, etc

(5) Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, Comunicação, Serviços técnicos-profissionais e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

Do ponto de vista dos rendimentos, é interessante notar, a partir da Tabela 8, que quando se analisam as faixas de escolaridade, os SPD registram os menores níveis de remuneração, tanto em 1992, quanto em 2001, comparativamente aos demais setores. Ou seja, independentemente do nível de escolaridade atingido, os ocupados nos SPD registram um nível de rendimento inferior ao registrado pelos demais setores com o mesmo nível de escolaridade.

Basta analisar os que nem sequer completaram o primeiro grau. Nesta faixa de escolaridade, o rendimento médio dos SPD, em 2001, era de 1,67 SMH, enquanto que, para o mesmo nível de escolaridade, no setor secundário, nos serviços produtivos, nos serviços sociais e nos serviços distributivos, o rendimento médio era, respectivamente, de 2,07 SMH, 2,24 SMH, 2,27 SMH e 2,49 SMH. Mesmo excluindo os serviços domésticos da análise, o rendimento médio verificado para os ocupados dos SPD com primeiro grau incompleto, é inferior (2,02 SMH) aos registrados nos demais setores.

Por outro lado, daqueles que completaram o ensino superior, nos SPD, o rendimento médio era de 10,03 SMH, enquanto que nos demais setores, o rendimento registrado para quem atingisse tal nível de escolaridade era de 12,57 SMH nos serviços sociais, 13,07 SMH nos serviços distributivos, 14,95 SMH nos serviços produtivos e 16,61 no setor secundário.

Um outro aspecto chama atenção ao analisar níveis de escolaridade *versus* rendimento médio auferido. No caso dos SPD, embora se verifique um aumento dos rendimentos tanto em relação ao maior tempo de escolaridade em cada ano, quanto à sensível melhora de um ano para outro, em 1992, passar de uma faixa de escolaridade para uma outra com mais anos de estudo, contemplava um aumento maior no nível de rendimento médio auferido. Só para se ter uma idéia, em 1992, o ocupado que contemplava o primeiro e o segundo graus, percebia, em média, um aumento de 65% e 66%, respectivamente. Já em 2001, atingir estas mesmas faixas de escolaridade significava um incremento de 38% e 50% nos respectivos rendimentos. Exceção é o caso daqueles que completavam o ensino superior, uma vez que se em 1992 atingir tal nível educacional significava mais

que dobrar o rendimento, em 2001, tal diferença impactava de uma maneira mais significativa, uma vez que os rendimentos, ao invés de dobrarem, mais que triplicavam.

Um outro ponto notado refere-se à distância dos rendimentos dos ocupados nos SPD com este nível de escolaridade, comparativamente aos demais setores. No caso dos serviços sociais e dos serviços distributivos, tal distância vem se diminuindo, uma vez que em 1992, a distância do rendimento auferido pelo ocupado nos SPD era de 89% em relação ao auferido pelo ocupado nos serviços sociais e de 84% em relação ao ocupados nos serviços distributivos. E, em 2001, tal distância encurtou-se para 79% e 76%, respectivamente. Por outro lado, o contrário ocorre com o setor secundário e com os serviços produtivos, onde a distância entre o rendimento auferido pelo ocupado nos SPD e o rendimento auferido pelos ocupados nestes setores vem aumentando. Em 1992, o rendimento auferido nos SPD era de 56% em relação ao setor secundário e de 63% em relação aos serviços produtivos; percentuais estes que passaram, em 2001, para 60% e 67%, respectivamente (Ver Tabela 8).

**Tabela 8**  
**Rendimento Médio dos Ocupados\* Não Agrícolas segundo Setores da Atividade Econômica**  
**por Faixas de Escolaridade – Brasil, 1992 e 2001**

Faixa de Escolaridade	Secundário (1)		SSociais (2)		SDistr. (3)		SPD (4)		SProd. (5)		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
	<b>Em SMH</b>											
Até 7 anos	2,01	2,07	1,75	2,27	2,36	2,49	1,29	1,67	2,01	2,24	1,68	1,91
De 8 a 10 anos	3,12	2,83	2,60	3,12	3,06	3,15	2,14	2,32	3,29	2,94	2,88	2,83
De 11 a 14 anos	5,58	4,88	3,78	4,56	4,74	4,45	3,56	3,49	6,45	5,72	4,71	4,63
15 anos e mais	14,37	16,61	9,11	12,57	9,64	13,07	8,16	10,03	12,85	14,94	10,72	13,56
<b>Total</b>	<b>3,09</b>	<b>3,37</b>	<b>4,02</b>	<b>5,89</b>	<b>3,25</b>	<b>3,75</b>	<b>1,62</b>	<b>2,20</b>	<b>5,45</b>	<b>6,09</b>	<b>2,84</b>	<b>3,63</b>

Fonte: PNADs 1992 e 2001

\* Exclui os ocupados em autoconsumo e auto-construção e consideram-se os ocupados com rendimento declarado positivo.

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP;

(2) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional;

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes;

(4) Serv. Alojamento, Alimentação, Manutenção e Reparação, Cabelos, Acadêmicos, Domésticos, Diversão, Lazer, etc

(5) Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, Comunicação, Serviços técnicos-profissionais e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

Do ponto de vista da posição na ocupação, a Tabela 9 nos mostra, por um lado, o baixo peso do mercado de trabalho assalariado, ou seja, do percentual dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada, inclusive, com a mais baixa taxa de formalização (relação dos empregados com carteira pelo total de empregados com e sem carteira de trabalho) entre seus ocupados e, por outro, o significativo peso dos empregados domésticos remunerados, que representam quase a metade do setor de SPD.

Tanto em 1992, quanto em 2001, o peso do mercado de trabalho assalariado nos SPD não representava nem mesmo ¼ de seus ocupados. Além do que, em 1992 somente 10,5% do total dos ocupados neste setor possuíam carteira de trabalho assinada; percentual este que apresentou sensível aumento

em 2001 (12,1%), mas que ainda continua demasiado baixo, quando comparado com os demais setores não agrícolas da atividade econômica.

**Tabela 9**  
**Distribuição dos Ocupados Não Agrícolas\* segundo Setores da Atividade Econômica por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001**

Posição na Ocup.	Secundário (1)		SSociais (2)		SDistr. (3)		SPD (4)		SProd. (5)		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
	<b>Em %</b>											
Empr. Formal	59,2	52,5	80,7	72,6	42,9	41,4	10,5	12,0	70,7	58,6	48,9	40,9
Empr. Não Formal	19,9	22,8	15,0	21,8	16,3	18,3	12,1	12,4	12,3	18,9	15,8	20,9
Empr. Domést.							41,1	43,5			9,6	8,9
Conta-própria	16,9	20,1	3,3	3,9	34,1	33,4	32,5	28,2	12,7	17,0	21,5	24,5
Empregador	4,0	4,6	1,0	1,7	6,7	6,9	3,8	3,9	4,3	5,4	4,0	8,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs 1992 e 2001

\* Exclui os ocupados em autoconsumo e auto-construção e consideram-se os ocupados com rendimento declarado positivo.

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP;

(2) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional;

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes;

(4) Serv. Alojamento, Alimentação, Manutenção e Reparação, Cabelos, Acadêmicos, S Domésticos, Diversão, Lazer, etc

(5) Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, Comunicação, Serviços técnicos-profissionais e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

Vale notar que, excetuando os serviços distributivos, em todos os demais setores, o peso do mercado de trabalho assalariado é bastante significativo, representando mais de 80% do total de seus ocupados, sendo a taxa de formalização bastante elevada, mesmo que venha apresentando tendência declinante ao longo do período analisado.

Este é um aspecto importante e que nos deixa claro o processo de destruição dos empregos formais no país, fruto de um conjunto de políticas econômicas adotadas ao longo dos anos 90, que repercutiu de maneira bastante negativa no mercado de trabalho nacional, sobretudo nas atividades ligadas à indústria de transformação. Tal acontecimento já havia sido antecipado por Baltar & Proni (1996), que sugeriam a iminência de uma “transformação profunda na

estrutura do emprego urbano”. Segundo os autores (p. 133), o comportamento do emprego industrial indicava o “começo de uma modificação na organização dos processos produtivos e empresariais na indústria, significando não somente racionalização e aumento da produtividade, mas também terceirização de funções (que deslocou, principalmente para a prestação de serviços, uma série de atividades antes realizadas na grande empresa industrial)”.

Com exceção dos SPD, que apresentaram um ligeiro incremento no total de seus ocupados com carteira – embora a taxa de formalização ainda se encontre em patamares muito baixos -, em todos os demais setores analisados, pode-se perceber a queda pronunciada dos ocupados formalizados, sobretudo nos serviços produtivos (de 70,7% em 1992 para 58,6% em 2001) e nos serviços sociais (de 80,7% em 1992 para 72,6% em 2001); aspectos estes provavelmente relacionados, no caso dos primeiros, à “terceirização com precarização”, no sentido de que reduziu o emprego formal e aumentou o não formal e, nos segundos, à informalização das atividades no Estado, além da privatização de algumas atividades sociais, como educação e saúde.

Um outro aspecto que chama atenção, ao analisar a estrutura da posição na ocupação dos ocupados não agrícolas ao longo do período (Tabela 9), é a evolução dos que se encontram na condição de conta-própria. Aqui, neste quesito, nota-se que os SPD se parecem bastante com os serviços distributivos, uma vez que nestes setores mais “tradicionais”, o peso dos ocupados nesta condição, embora tenha se reduzido levemente, é bastante significativo e absorve, no caso dos SPD, aproximadamente 1/3 do total de seus ocupados. Nos demais setores, a participação dos ocupados na condição de conta-própria apresenta tendência de

crescimento e absorve cerca de 20% do total dos ocupados no setor secundário (fortemente influenciado pela construção civil), 17% nos serviços produtivos e 4% nos serviços sociais.

No que se referem aos empregadores, estes respondem pela menor parcela do total de ocupados não agrícolas distribuídos em seus respectivos setores, sendo maior sua participação nos serviços distributivos (cerca de 7%) e nos serviços produtivos (5,4%), seguidos pelo setor secundário (4,6%) e SPD (quase 4%), sendo bastante reduzido, embora venha aumentando, nos serviços sociais (1,7% em 2001).

Ainda em relação às mudanças verificadas na estrutura da posição na ocupação dos ocupados não agrícolas ao longo do período analisado, é importante tecer algumas considerações adicionais no que concerne à taxa de formalização. Como já salientado, o emprego formal em estabelecimento vem perdendo peso, tanto frente ao aumento do emprego não formal, quanto ao aumento dos que se declaram na condição de conta-própria.

No caso dos serviços sociais, a queda da formalização se deu, fundamentalmente, em detrimento do aumento do emprego não formal, uma vez que o peso de conta-própria é ainda bastante baixo; fato este que contribui para que o mercado de trabalho assalariado deste setor não perdesse peso diante das outras posições. Já no caso do setor secundário e dos serviços produtivos, a queda da formalização se dá, não só pelo aumento do emprego não formal, mas também pelo aumento do conta-própria. Ou seja, nestes casos, a queda da formalização é acompanhada pela queda do peso do mercado de trabalho assalariado nestes setores.

Interessante é notar o que vem ocorrendo com os SPD. Neste caso - onde, por um lado, o peso do mercado de trabalho é, conforme já mostrado, bastante reduzido e, por outro, há um percentual bastante significativo de ocupados na condição de conta-própria e de empregados domésticos -, observa-se um movimento contrário ao verificado nos demais setores. Comparando os dados de 2001 com os de 1992, nota-se uma queda relativa do conta-própria e um aumento do peso do mercado de trabalho assalariado, inclusive, levando em conta não só os empregados em estabelecimentos, mas também os empregados domésticos. Reside aqui uma importante peculiaridade dos SPD, referente ao fato de que parte importante dos assalariados tem como “contratante” a família e não o estabelecimento.

Nesta perspectiva, os dados indicam certa “estruturação” do setor de SPD, além de uma maior formalização de suas relações de trabalho; setor este tido como o mais “desestruturado”, quando comparado com a estrutura da posição na ocupação dos demais setores da atividade econômica. Tal afirmação leva em conta o fato da redução relativa dos ocupados por conta-própria (que passou de 32,5% em 1992 para 28,2% em 2001) e o leve incremento do peso do mercado de trabalho assalariado, com destaque ao empregado com carteira, que cresceu a uma taxa de 4,6% ao ano; crescimento este superior ao verificado em todas as demais posições na ocupação, inclusive superior à taxa de crescimento registrado pelo mercado de trabalho, considerando os empregados em estabelecimentos e domésticos, com e sem carteira de trabalho, que foi de 3,8%. Tal “estruturação”, além de se referir ao relativo incremento dos ocupados com carteira de trabalho

assinada neste segmento, refere-se também à melhor organização dos serviços domésticos remunerados; fato este que será retomado adiante.

De maneira mais geral, vale destacar que alterações mais pronunciadas na estrutura da posição na ocupação dos ocupados não agrícolas se deram nos serviços sociais, serviços produtivos e no setor secundário, no sentido de, por um lado, reduzir o empregado formal e aumentar o não formal e, por outro, aumentar os ocupados na condição de conta-própria. Nos serviços distributivos, as alterações são mais sutis e chama atenção o fato destes serviços apresentarem uma alta participação de ocupados na condição de conta-própria, bem como os SPD. No que se referem particularmente aos SPD, procura-se chamar atenção ao baixo peso que o mercado de trabalho assalariado apresenta entre seus ocupados, inclusive com baixa formalização, além do significativo peso dos empregados domésticos remunerados e também daqueles na condição de conta-própria, ou seja, pelo alto nível de informalização que marca tal setor, embora a análise realizada aponte para uma maior “estruturação” do setor, inclusive com formalização de suas relações de trabalho.

Cabe agora analisar o nível dos rendimentos, em SMH, do total dos ocupados não agrícolas em seus respectivos setores, ainda segundo a posição na ocupação.

Os dados na Tabela 10, a seguir, nos deixam claro e corroboram a idéia de que os SPD apresentam os menores níveis de remuneração, em todas as posições na ocupação. Quando se analisam os empregados domésticos remunerados, nota-se que estes registraram um rendimento médio de apenas 0,86 SMH em 1992, passando para 1,41 SMH em 2001. Como já esperado, o

maior rendimento aparece para os empregadores, que de 5,38 SMH em 1992, passou para 7,79 SMH em 2001, no entanto, inferior aos empregadores em outros setores, principalmente nos serviços sociais e produtivos.

**Tabela 10**  
**Rendimento Médio dos Ocupados Não Agrícolas\* segundo Setores da Atividade Econômica por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001**

Posição na Ocup.	Secundário (1)		SSociais (2)		SDistr. (3)		SPD (4)		SProd. (5)		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
	<b>Em SMH</b>											
Empr. Formal	3,71	3,73	3,93	5,18	3,05	3,36	2,36	2,56	5,41	5,03	3,77	4,23
Empr. Não Formal	1,32	2,03	2,63	4,15	1,52	2,33	1,36	1,86	2,48	3,48	1,67	2,29
Empr. Domést.							0,86	1,41			0,86	1,41
Conta-própria	1,93	2,34	7,54	10,71	3,34	3,47	1,99	2,66	6,58	9,35	2,81	3,15
Empregador	7,71	10,17	17,11	20,22	8,22	11,04	5,38	7,49	11,59	15,87	8,14	10,98
Total	3,09	3,36	3,98	5,86	3,24	3,74	2,13	2,69	5,46	6,06	3,13	3,61

Fonte: PNADs 1992 e 2001

(1) Extração Mineral, Indústrias de Transformação, da Construção e SIUP;

(2) Serv. Comunitários e sociais, saúde e educação, administração pública e Defesa Nacional;

(3) Comércio Atacadista, Varejista e Transportes;

(4) Serv. Alojamento, Alimentação, Manutenção e Reparação, Cabeleiros, Acadêmicos, S. Doméstico, Diversão, Lazer, etc

(5) Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização, Comunicação, Serviços Técnico-profissionais e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica.

De todas as posições na ocupação, a que apresentou a menor taxa de crescimento dos rendimentos foi a dos empregados formais, com exceção dos serviços sociais, onde a menor taxa registrada foi na posição de empregador. Chama atenção o fato de que os empregados “não formais” apresentaram uma das maiores taxas de crescimento de seus rendimentos entre 1992 e 2001, atingindo 36,7% no caso dos SPD, 40,3% nos serviços produtivos, 53% nos serviços distributivos, 53,7% no setor secundário e 57% nos serviços sociais.

Em suma, pretende-se mostrar, a partir desta análise realizada acima, que os SPD possuem, por um lado, um peso significativo no conjunto dos ocupados

não agrícolas, ou seja, representam mais de 20% do total dos ocupados, mas, por outro, são marcados pelos mais baixos rendimentos registrados, independentemente da variável que se pretenda analisar (posição na ocupação, faixa etária, escolaridade, etc). Do ponto de vista de gênero, os SPD são marcados predominantemente pelas mulheres; fato este influenciado pelo alto peso do emprego doméstico remunerado, uma vez que, excluindo estes, o setor passa ser representado por um percentual maior de ocupados do sexo masculino. No que se refere à remuneração, as mulheres sofrem pelo fato de que seus rendimentos são ainda mais inferiores que os dos ocupados masculinos seja do mesmo setor, seja com a mesma faixa de escolaridade, posição na ocupação, etc. Outra característica deste setor é que seus ocupados ainda possuem baixos níveis de escolaridade, embora entre o período analisado possa ser observada uma sensível melhora, que, inclusive, não é peculiaridade sua, uma vez que o nível de escolaridade da população brasileira e dos ocupados em geral tenha aumentado.

Do ponto de vista da posição na ocupação, embora os dados apontem para uma maior “estruturação” do setor, inclusive com uma maior formalização de suas atividades, os SPD ainda caracterizam-se por um reduzido peso do mercado de trabalho, inclusive com baixa formalização e pelo alto peso dos empregados domésticos. Além do que, podem ser caracterizados pelo setor que agrupam os ocupados com as mais altas taxas de informalidade, quando se levam em conta àqueles que não tem carteira de trabalho assinada ou àqueles que estão na condição de conta-própria. No entanto, frente à disparidade de subsetores que contemplam os SPD (alojamento e alimentação, manutenção e reparação,

academias, cabeleireiros e afins, serviços domésticos remunerados, atividades culturais, recreativas e desportivas e outros serviços pessoais), é mister realizar uma análise mais desagregada, por subsetores, no sentido de verificar, com mais clareza, as características deste importante setor no que diz respeito à geração de emprego e renda para a economia e sociedade brasileiras, além de tentar detectar as vicissitudes ocorridas ao longo do período analisado.

É válido mencionar que, frente ao fato dos empregados domésticos remunerados representarem quase a metade dos ocupados nos SPD e estes se caracterizarem – como é sabido - por baixos rendimentos e níveis de escolaridade, além de alta concentração de mulheres, optar-se-á por uma análise que excluirá os serviços domésticos, na tentativa de investigar se o seu alto peso no conjunto dos ocupados em SPD realmente é um dos fatores que vêm influenciando na caracterização do perfil dos ocupados como um todo. No entanto, antes desta análise, cabem algumas considerações concernentes ao papel dos serviços domésticos no Brasil.

### 3.2.2 Os serviços domésticos remunerados no Brasil

O segmento dos serviços domésticos remunerados, pertencente ao ramo dos SPD, corresponde à maior parte ocupacional entre as trabalhadoras brasileiras. Para Melo, et al (2002), o emprego doméstico é uma das formas mais antigas de trabalho assalariado, exercido por trabalhadores masculinos e femininos no decorrer dos últimos dois séculos, embora seja difícil fazer uma análise econômica do serviço doméstico remunerado, tendo em vista o fato de que os indicadores econômicos não permitem captar as “sutilezas ideológicas e culturais que essa questão envolve”. Segundo os autores, esta atividade pode ser tida, conforme já enunciado, como um “refúgio” dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, além de ser a atividade marcada pela pior fonte de remuneração frente ao conjunto de ocupados na economia.

Isso, sem mencionar que essas atividades não são organizadas, em grande parte, de forma “capitalista”, tendo em vista que elas são realizadas no interior de residências particulares e as patroas / patrões não são “empresários”, além do que, os bens e serviços realizados por esses empregados (por exemplo, cozimento de alimentos, lavagem de roupas, pratos, etc.) “não circulam no mercado e não se mobiliza capital para a realização destas tarefas, mas rendas pessoais”<sup>31</sup> (p. 121).

Essa especificidade do emprego doméstico estabelece uma relação pessoal servil entre empregado e patrão no espaço de trabalho, fazendo-nos

---

<sup>31</sup> Sobre este assunto, é interessante, segundo Melo, et al (1998), ver Saffioti (1984), Castro (1982) e Cheney & Castro (1989).

lembrar de nossa herança colonial e escravocrata. Isso pode ser notado, inclusive no que respeita à legislação trabalhista desta categoria. Na verdade, a legislação brasileira que organiza o mercado de trabalho nacional, a CLT – Consolidação das Leis de Trabalho -, estabelece um modelo formal das relações assalariadas, separando atividades incluídas e excluídas da legislação. Os trabalhadores domésticos são excluídos da CLT e regidos por uma legislação especial, datada de 1972 e depois revista na Constituição de 1988, embora esses direitos não se equiparem ao conjunto dos direitos trabalhistas dispensados a outras categorias ocupacionais<sup>32</sup>.

Além do que, levantamento feito pela Previdência Social (AgPrev – Agência de Notícias da Previdência Social, 2003), com base nos dados da PNAD – IBGE, mostrou que dos quase 6 milhões de trabalhadores domésticos registrados em 2001, mais de 4 milhões não tinham direito aos benefícios previdenciários, indicando uma cobertura previdenciária de apenas 28,4%. Ainda segundo o estudo, esses números só não são mais negativos, porque 136,4 mil trabalhadores domésticos, apesar de não terem registro em carteira, contribuem para a Previdência como autônomos ([www.direitonet.com.br/noticias](http://www.direitonet.com.br/noticias), de 25/04/2003).

No que se refere ao registro em carteira, a partir de Moraes (2005), pode-se perceber que é bastante reduzido o grau de formalização quando se analisa a posição na ocupação em serviços domésticos remunerados. Também com base nos dados da PNAD – IBGE, o estudo mostra que em 1992, do total dos ocupados em serviços domésticos no Brasil, mais de 80% não tinham registro em carteira

---

<sup>32</sup> Sobre esta questão é fundamental ver Melo, et al, (1999).

(Ver Tabela 11). Em 2001, embora o grau de formalização tenha-se elevado, passando a contemplar 26% do total dos trabalhadores domésticos, ainda era bastante significativo o percentual dos que não tinham carteira de trabalho assinada (74%).

**Tabela 11**  
**Posição na Ocupação e Rendimento dos Ocupados em Serviços Domésticos Remunerados – Brasil, 1992 e 2001**

Posição na ocupação	1992		2001		Rendimento**	
	Ocupados	%	Ocupados	%	1992	2001
Empregado	4.340.484	100,0	5.890.046	100,0	137,86	194,78
Com carteira	758.192	17,0	1.535.046	26,0	227,00	276,80
Sem carteira	3.577.429	83,0	4.351.696	74,0	119,07	166,08
<b>Total</b>	<b>4.340.484</b>	<b>100,0</b>	<b>5.890.046</b>	<b>100,0</b>	<b>137,86</b>	<b>194,78</b>

Fonte: PNAD 1992 e 2001, apud Morais (2005)

\*\*valores em Reais já deflacionados pelo INPC de janeiro de 2002

Uma outra questão que deve ser salientada diante deste estudo refere-se à disparidade de situações dentro do serviço doméstico remunerado. Existem, de um lado, embora venham se reduzindo frente às alterações na estrutura familiar e domiciliar, as empregadas domésticas residentes, que vivem no local de trabalho, recebem salário mensal, além da casa e da comida. Por outro, existem também as “diaristas”, que podem receber mensal ou semanalmente, ou por faxina, não residem no local de trabalho e trabalham em mais de uma casa de família. Embora esta seja uma questão que mereça um melhor detalhamento, os

estudos mais recentes sobre a questão, são unânimes no sentido de que a tendência é o desaparecimento das domésticas que residem na casa da patroa, em contrapartida do aumento das diaristas.

Em se tratando da questão das disparidades, um outro aspecto deve ser registrado: o nível de escolaridade dos ocupados nestes tipos de serviços. Em estudo anterior já mencionado, Moraes (2005), ao analisar a distribuição dos ocupados em serviços domésticos remunerados, segundo anos de estudo, aponta para uma sensível melhora no nível de escolaridade de seus ocupados, sobretudo, quando se analisam as faixas intermediárias de estudo. Só para se ter uma idéia, em 1992, 85,7% não tinham sequer o primeiro grau completo (ou seja, até 7 anos de escolaridade); 11,2% tinham o primeiro grau completo, mas o segundo incompleto (ou seja, de 8 a 10 anos de estudo); 2,4% concluíram o segundo grau mas não possuíam o ensino superior (ou seja, de 11 a 14 anos de estudo). Já em 2001, tais distribuições passaram, respectivamente, para 68,8%, 20,4% e 9,5%. Pode-se perceber, conforme já apontado, uma sensível melhora da distribuição dos ocupados nas faixas mais intermediárias de anos de estudo, além da redução daqueles que nem sequer possuíam o primeiro grau completo (Ver Tabela 12).

**Tabela12**  
**Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Domésticos Remunerados segundo**  
**Anos de Estudo – Brasil, 1992 e 2001**

Anos de estudo	1992			2001		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 7	90,4	85,4	85,7	76,4	68,3	68,8
8 a 10	7,2	11,4	11,2	15,7	20,7	20,4
11 a 14	1,9	2,4	2,4	7,0	9,7	9,5
15 ou +	0,5	0,7	0,7		0,2	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 1992 e 2001, apud Morais (2005)

Entretanto, é preciso atentar-se ao fato de que tal aumento do grau de escolaridade no período analisado pode também estar relacionado ao próprio processo de “precarização” experimentado pelo mercado de trabalho nacional, no sentido de que ao expulsar trabalhadores que antes conseguiam melhores colocações no mercado, estes são “obrigados” a se inserirem em ocupações mais precárias como o emprego doméstico. Além do que, é importante lembrar que o aumento da escolaridade no emprego doméstico se deve a uma melhora nos indicadores educacionais da população como um todo.

A complexa, controversa e contraditória questão da qualificação da mão-de-obra nos serviços domésticos, embora ainda bastante incipiente, vem adquirindo certo espaço nas discussões sobre o tema. Longe da pretensão de se realizar uma investigação mais apurada, vale mencionar que, de acordo com uma matéria *on line* veiculada pela Revista “Metrópole Campinas”, de 2003, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho levou as mulheres a exigirem profissionais melhor preparadas para trabalhar em suas casas. “Elas querem ter a segurança de confiar os filhos e a casa a pessoas que possam lidar com qualquer tipo de situação, desde atender a um telefonema e anotar recados, a ajudar as

crianças em tarefas domésticas”, relatam Ângela Clara Corrêa e Eliana Amaral, sócias da empresa “*Tramit Brasil RH*”, em São Paulo, que há 10 anos oferecem cursos de qualificação e serviços de agenciamento de empregadas domésticas (Freitas, 2003).

Segundo as proprietárias da agência mencionada, nos últimos dois anos, aproximadamente duas mil pessoas passaram pelas salas de aula da empresa, em cursos de babá e *baby-sitter*, empregada doméstica e copeira, tendo em vista o fato de que, atualmente, “as donas de casa exigem bem mais preparo das candidatas à empregada que há alguns anos, pois poucas são as que têm tempo para ensinar o trabalho de casa e, por isso, preferem alguém com experiência, referências profissionais e principalmente cursos de formação” (Freitas, 2003:2).

Para a proprietária de um outro estabelecimento que ministra cursos a empregadas domésticas<sup>33</sup>, a idéia em realizar cursos de formação e qualificação aos empregados domésticos leva em conta alguns fatores, tais como o fato de que as pessoas com formação e experiência em outras áreas, na condição de desempregadas, vêm competindo por um espaço nos serviços domésticos, intensificando, assim, as dificuldades para as pessoas com baixo ou nenhum grau de instrução conseguir uma vaga de trabalho nestas atividades.

Entretanto, o serviço doméstico remunerado ainda está bastante longe de não ocupar o posto de “reduto de precariedade” e de desvalorização social, principalmente no mercado de trabalho feminino. Para Melo, (1998), o segmento de emprego doméstico corresponde à maior família ocupacional entre as trabalhadoras brasileiras.

---

<sup>33</sup> Trata-se da empresa “Eventual Cursos”, em Campinas, entrevistada por telefone.

Só para se ter uma idéia, de acordo com os dados do SEADE (2001), no início da década de 1990, o emprego doméstico ocupava o quinto lugar entre as principais ocupações das mulheres e em 2001, tornou-se o segundo tipo de trabalho. Segundo Leone (2003:218), “o significativo crescimento do serviço doméstico remunerado teve um papel importante na absorção de mulheres, principalmente as mais maduras que puderam permanecer nessa atividade econômica na falta de outras oportunidades ocupacionais”.

Ainda de acordo com Leone (2003:219):

*“o aumento da participação do trabalho no serviço doméstico remunerado reverteu tendências anteriores, verificadas inclusive na estagnação econômica da década de 1980, sinalizando uma deterioração do mercado de trabalho, ainda que tenham melhorado as condições de trabalho e remuneração de muitas trabalhadoras no serviço doméstico”.*

Não restam dúvidas de que esta categoria é amplamente caracterizada por “relações frágeis” de trabalho e por “especificidades que explicitam os papéis tradicionais e a desigualdade ainda impostos às mulheres” (SEADE, 2001: 23).

Além do que, a “invisibilidade social” neste tipo de ocupação ainda é bastante significativa<sup>34</sup>. Como esse serviço constitui culturalmente o lugar das mulheres e a execução das tarefas domésticas não exige nenhuma qualificação, é um “refúgio” dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento, sendo assim, “desvalorizado pela sociedade em geral e pelos próprios empregados domésticos que carregam o estigma da desvalorização” (Melo, 1998: 27).

---

<sup>34</sup> É sugestivo, para o debate desta problemática, assistir “*Domésticas – o Filme*”, dirigido por Fernando Meirelles e Nando Olival, de 2001, que nos traz certas falas, bastante ilustrativas, tais como: “Eu não sou doméstica! Eu estou doméstica, e é por pouco tempo”, além de “Ser doméstica é uma sina mesmo. Ninguém deseja ser doméstica!”.

De fato, o serviço doméstico remunerado é a principal fonte de ocupação das mulheres brasileiras, embora na década de 90, houve um pequeno aumento na participação masculina, provavelmente explicada, como já mencionado, pela recessão econômica e reestruturação industrial, aspectos que intensificaram a desestruturação do mercado de trabalho nacional. Em relação ao rendimento destas atividades, mesmo levando em conta o salário em espécie, vale reiterar que é um dos subsetores econômicos de pior remuneração da classe trabalhadora, além de ser considerada pela sociedade uma ocupação “subalterna”, fora do circuito mercantil e não especializada para quem realiza. Segundo os dados analisados no trabalho de Melo, et al, (2002), o nível de remuneração dos trabalhadores domésticos é cerca de 1/3 dos rendimentos do conjunto dos trabalhadores metropolitanos brasileiros.

### 3.2.3 Análise Interna do Perfil dos Ocupados e dos Rendimentos em Serviços Pessoais no Brasil

A análise da composição interna dos ocupados e dos rendimentos em Serviços Pessoais - SP, (excluindo os serviços domésticos remunerados), revela que a maior concentração encontra-se no ramo de alojamento e alimentação, seguidos pelos de manutenção e reparação, outros serviços pessoais (que incluem atividades tais como às de lavanderia, tinturaria, engomadeira, funerária, etc.), academias, cabeleireiros e afins e atividades culturais, recreativas e desportivas. Por sua vez, embora pesem relativamente pouco, estas últimas representam o ramo que mais cresceu ao longo do período analisado (6,6% aa), seguido pelo de academias, cabeleireiros e afins (6,3%aa), em um período onde a taxa de crescimento da ocupação total nos SPD foi de 3% ao ano (Ver Tabela 13).

Tal fato nos indica certa “modernização” de algumas atividades que compõem os SP, uma vez que estas vêm demandando, como veremos mais adiante, um perfil de ocupados com melhores níveis de escolaridade e de formação técnico-especializada e, inclusive, com um nível de rendimento superior, como, por exemplo, os profissionais ligados aos empregos de *personal trainer*, esteticistas, etc<sup>35</sup>.

Em se tratando dos rendimentos, percebe-se, ainda de acordo com a Tabela 13, que os SP caracterizam-se por um segmento marcado por baixos rendimentos. Basta ver que, ao excluir os serviços domésticos, o rendimento do total do setor aumenta, em 1992 e 2001, em 37% e 29%, respectivamente. No

---

<sup>35</sup> Para uma discussão mais detalhada da questão referente à “modernização” e/ou “retrocesso” das atividades que compõem os SPD, ver: Morais (2005 b) e (2005 c).

entanto, ainda continua sendo o menor rendimento se comparado aos serviços produtivos, sociais, distributivos e, inclusive, com o setor secundário. Vale reiterar que o aumento de rendimento verificado reflete o seu baixo nível em 1992. Basta analisar o nível dos rendimentos médios no ano de 1989, para o conjunto dos ocupados em SPD, conforme Tabela 13.1, a seguir.

Outro aspecto que chama atenção refere-se à disparidade e diversidade<sup>36</sup> de rendimentos internamente aos SP. Afora os baixos rendimentos verificados nas atividades que compreendem os “outros serviços pessoais”, os menores níveis encontram-se nos ramos de alojamento e alimentação e de manutenção e reparação; ramos estes onde a taxa de crescimento dos rendimentos médios ao longo do período analisado se deu em níveis inferiores que o observado pelo conjunto dos ocupados em SP. Por outro lado, o ramo das atividades culturais, recreativas e desportivas registrou não só o maior nível de rendimento – mais que o dobro do total dos ocupados em SP -, mas também uma elevada taxa de crescimento de seus rendimentos entre 1992 e 2001.

---

<sup>36</sup> A disparidade / diversidade é uma característica peculiar e estrutural do próprio mercado de trabalho nacional. No entanto, em se tratando dos SP, tendo em vista a diversidade de seus segmentos, tais características tornam-se mais significativas. Segundo Moraes (2004), tal fato se dá tanto em comparação com outros subsetores dos serviços, quanto em relação aos rendimentos verificados dentro dos próprios ramos que compõem os SP. Indo além, as disparidades são também expressivas dentro do mesmo ramo de atividade, variando em função das diferentes ocupações e de acordo com a posição na ocupação, sexo, escolaridade, faixa etária, etc.

**Tabela 13**  
**Distribuição e Taxas de Crescimento dos Ocupados e Rendimento Médio (em SMH) nos**  
**Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades – Brasil, 1992 e 2001**

	1992			2001			Tx Crescimento	
	N	%	SMH	N	%	SMH	Ocup.*	SMH**
Aloj. Aliment.	1.826.348	33,9	2,13	2.563.082	36,3	2,48	3,8	16,2
Manut. Repar.	1.705.408	31,6	2,39	2.070.148	29,3	2,97	2,1	24,0
Acad. Cabel.Afins	514.897	9,5	2,39	895.526	12,7	2,95	6,3	23,4
Atv.Cult.Rec.Desp.	214.296	4,0	4,93	381.395	5,4	6,70	6,6	35,8
Outros Serv.Pess.	1.132.055	21,0	1,51	1.151.611	16,3	2,05	0,1	36,0
<b>Total</b>	<b>5.393.004</b>	<b>100,0</b>	<b>2,22</b>	<b>7.061.762</b>	<b>100,0</b>	<b>2,84</b>	<b>3,0</b>	<b>27,9</b>

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

\* Taxa de Crescimento Anual em %

\*\* Taxa de Crescimento, comparando o nível de 2001 com o de 1992, em %.

**Tabela 13.1**  
**Ocupados e Rendimento Médio em SPD – Brasil, 1989**

	1989		
	N	%	SMH
Aloj. Aliment.	1.842.662	20,3	2,75
Manut. Repar.	1.670.321	18,4	2,96
Acad. Cabel.Afins	445.781	4,9	2,98
Atv.Cult.Rec.Desp.	264.492	2,9	5,93
Outros Serv.Pess.	1.136.884	12,5	1,96
Serv. Domésticos	3.739.413	41,1	1,52
<b>Total</b>	<b>9.099.553</b>	<b>100,0</b>	<b>2,88</b>

Fonte: PNAD 1989

Do ponto de vista do gênero, conforme já mencionado, ao excluir os serviços domésticos, observa-se que a maior proporção de ocupados é do sexo masculino, embora se verifique uma suave redução de 1992 para 2001; período onde a taxa de crescimento de ocupados do sexo feminino se deu num patamar (37%) superior tanto ao verificado para os ocupados do sexo masculino (26%), quanto ao registrado para o total dos ocupados em SPD (30%). Os ramos que são

fundamentalmente caracterizados pela presença de mulheres são os de academias, cabeleireiros e afins e as atividades enquadradas em “outros serviços pessoais”, embora nos ramos de alojamento e alimentação e de atividades culturais, desportivas e recreativas, o número de mulheres vem subindo mais que proporcionalmente ao de homens.

No que concerne à remuneração, excetuando o ramo de manutenção e reparação e também o de atividades culturais, recreativas e desportivas em 2001, o valor registrado para as mulheres é inferior ao dos homens. Em geral, o rendimento médio das mulheres é quase 80% do verificado para os ocupados do sexo masculino, com exceção das atividades referentes aos “outros serviços pessoais”, onde o rendimento médio das mulheres é a metade do auferido pelos homens.

No ano de 2001, embora proporcionalmente o rendimento das mulheres tenha aumento mais que dos homens (34% e 25%, respectivamente), a distância entre o rendimento auferido pelas mulheres *vis-à-vis* ao registrado para os homens, aumentou em seis pontos percentuais, quando se comparam, em ambos os anos, os rendimentos das mulheres em relação ao dos homens. Vale também mencionar que, embora ainda bastante baixo, o rendimento das mulheres ocupadas em SP percebeu um acréscimo de 51% em 1992 e de 37% em 2001 (Ver Tabela 14).

**Tabela 14**  
**Ocupados e Rendimento Médio (em SMH) em Serviços Pessoais segundo Sexo por Ramos de Atividades – Brasil, 1992 e 2001**

	1992						2001					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	N	SMH										
Aloj. Aliment.	1.083.695	2,34	742.653	1,83	1.826.348	2,13	1.393.607	2,71	1.169.475	2,22	2.563.082	2,48
Manut. Repar.	1.660.474	2,39	44.934	2,62	1.705.408	2,39	1.964.511	2,95	105.637	3,45	2.070.148	2,98
Acad. Cab.Af.	106.265	2,85	408.632	2,27	514.897	2,39	196.814	3,30	698.712	2,86	895.526	2,95
Atv.Cul.Rec.Des.	141.840	5,31	72.456	4,19	214.296	4,93	265.492	6,55	115.903	7,05	381.395	6,70
O Serv Pess	158.790	2,16	973.265	1,40	1.132.055	1,51	163.783	3,60	987.828	1,80	1.151.611	2,06
<b>Total</b>	<b>3.151.064</b>	<b>2,51</b>	<b>2.241.940</b>	<b>1,82</b>	<b>5.393.004</b>	<b>2,22</b>	<b>3.984.207</b>	<b>3,15</b>	<b>3.077.555</b>	<b>2,45</b>	<b>7.061.762</b>	<b>2,85</b>

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

De acordo com a faixa etária, conforme anunciado anteriormente, excluindo os serviços domésticos, reduz-se consideravelmente a proporção de ocupados situados na primeira faixa etária, compreendida entre 10 a 17 anos; redução esta ainda maior quando comparado com os ramos de academias, cabeleireiros e afins e “outros serviços pessoais”, embora em relação aos ramos de manutenção e reparação e de atividades culturais, recreativas e desportivas tenha se observado proporções bastante próximas às registradas pelo conjunto dos SPD, ou seja, incluindo os serviços domésticos.

Nas faixas intermediárias de idade, embora as alterações tenham sido mais sutis, assim como as verificadas na análise incluindo os serviços domésticos, vale mencionar que, em relação à compreendida entre 18 a 24 anos, a sensível redução verificada para o total dos ocupados em SP, não se observou nos ramos de alojamento e alimentação, atividades culturais, recreativas e desportivas e “outros serviços pessoais”. Por outro lado, a tendência verificada anteriormente de incremento da participação daqueles com 50 anos ou mais, que, inclusive, se

mantém, ao excluir os serviços domésticos, sugerindo certo “amadurecimento” dos ocupados em determinadas atividades, não se observa nos ramos de academias, cabeleireiros e afins e das atividades culturais, recreativas e desportivas, conforme nos mostra a Tabela 15, a seguir.

**Tabela 15**  
**Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Faixa Etária (em anos) – Brasil, 1992 e 2001**

Faixa Etária	Alojamento		Manutenção		Acad. Cab		Atv.Cult.Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais			
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
De 10 a 17	7,1	5,0	11,5	7,5	2,2	2,9	10,9	7,1	3,9	4,0	7,5	5,4
De 18 a 24	18,4	19,1	23,0	18,4	17,1	14,9	31,4	32,7	8,3	9,0	18,2	17,5
De 25 a 49	60,2	59,7	54,3	61,0	69,7	72,4	50,3	52,3	62,1	56,6	59,2	60,9
50 ou mais	14,3	16,1	11,2	13,0	10,9	9,8	7,4	6,8	25,6	30,3	15,1	16,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs – 1992 e 2001

Do ponto de vista das remunerações, ao passo que aumenta a faixa etária, aumenta o rendimento, com exceção, curiosamente, para o conjunto de ocupados em SP, no ano de 1992, provavelmente puxado pelo peso dos “outros serviços pessoais” que, ao contrário dos demais ramos, registraram queda de rendimento ao atingir 50 ou mais anos de idade, em comparação com a faixa anterior. Vale notar que o ramo de maiores rendimentos – atividades culturais, recreativas e desportivas – foi o que também verificou o maior incremento ao atingir esta faixa, sobretudo em 1992 (Ver Tabela 16).

**Tabela 16**  
**Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Faixas de Etária – Brasil, 1992 e 2001**

Faixa Etária	Alojamento		Manutenção		Acad. Cab		Atv.Cult.Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais			
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
De 10 a 17	1,07	1,40	0,80	0,91	1,32	1,60	1,69	2,06	0,63	0,65	0,94	1,17
De 18 a 24	1,51	1,75	1,73	1,80	1,85	2,20	3,86	4,45	1,31	1,43	1,77	2,06
De 25 a 49	2,35	2,68	2,87	3,33	2,53	3,13	5,48	8,05	1,64	2,14	2,47	3,13
50 ou mais	2,53	2,94	3,02	4,13	2,54	3,18	10,40	8,27	1,37	2,26	2,38	3,15
Total	2,13	2,48	2,39	2,97	2,39	2,95	4,93	6,70	1,50	2,05	2,22	2,84

Fonte: PNADs – 1992 e 2001

Em se tratando do nível de escolaridade dos ocupados em SP, nota-se que, embora mais da metade destes situem-se na faixa de até 7 anos de escolaridade, ou seja, nem sequer completaram o primeiro grau, tal proporção, do ponto de vista relativo, reduziu-se, comparativamente ao ano de 1992. Esta redução é também expressiva quando se analisam os diferentes ramos que compreendem os SP. A maior proporção de ocupados com esta faixa de escolaridade está nas atividades de “outros serviços pessoais” e nos ramos de manutenção e reparação e de alojamento e alimentação, ao contrário do que ocorre nas atividades culturais, recreativas e desportivas, onde se registra a menor proporção de ocupados que nem sequer completaram o primeiro grau. Vale notar que, ao excluir os serviços domésticos, percebe-se, do ponto de vista desta faixa de escolaridade, uma melhoria no nível educacional dos ocupados, uma vez que a proporção passou de 80% para 69% em 1992 e de 64% para 52% em 2001.

Em outro extremo, ou seja, no que tange àqueles que completaram o ensino superior, ainda é baixo o percentual de ocupados que se enquadram nesta

faixa de escolaridade, mesmo excluindo os serviços domésticos. No caso das atividades culturais, recreativas e desportivas, a condição retratada é um pouco melhor que a do restante dos ocupados em SP, visto que cerca de 8% deles atingiram 15 ou mais anos de estudo. Trata-se, portanto, do ramo melhor escolarizado dos SP, seguido pelo de academias, cabeleireiros e afins. No entanto, cabe notar que em todos os ramos de atividades investigados, o percentual de ocupados com esta faixa de escolaridade apresentou tendência crescente, inclusive num ritmo de crescimento anual bem mais elevado que o apresentado pelo crescimento absoluto dos ocupados na primeira faixa de anos de estudo.

No que se refere às faixas intermediárias, também se pode notar uma relativa melhora, sobretudo em relação à faixa compreendida entre 11 a 14 anos, ou seja, àqueles ocupados que concluíram o primeiro grau, mas não o segundo; faixa esta que, comparativamente à anterior (de 8 a 10 anos de estudo), cresceu a uma taxa maior entre 1992 e 2001, em todos os ramos investigados (Tabela 17).

Tais observações contribuem para corroborar a idéia de que houve uma melhora no nível de escolaridade dos ocupados em SP, sobretudo levando-se em conta as novas exigências de determinadas atividades, tais como professores de educação física nas academias, profissionais altamente qualificados para atuarem em serviços de alojamento e alimentação, profissionais do ramo de estética, cirurgias plásticas e afins, além de uma gama de serviços ligados à recreação e cultura, que demandam um profissional com melhor nível de qualificação e de especialização; atividades estas onde é imprescindível a formação superior e que são direcionadas, em grande parte, às pessoas e famílias de mais alta renda.

Em que pesem tais constatações, não se pode perder de vista o fato de que a melhora do nível de escolaridade não se restringe a uma peculiaridade dos SP, mas sim de grande parte da população brasileira que percebeu um aumento quantitativo nos níveis de escolaridade. Além do que, ao se referir a um segmento onde nem 3% possuem o ensino superior e mais da metade nem sequer completou o primeiro grau, nos leva a refletir acerca da idéia da “precariedade da inserção do povo pobre e de sua necessidade de sondar e delinear continuamente brechas para subsistir” (Lessa, 2000:228), haja vista as atividades “serviçais” que não exigem estudo e/ou qualificação técnica. Em outros termos, os baixos níveis de escolaridade guardam certa relação com determinadas atividades em que poucos anos de estudo não se colocam como uma “barreira a entrada”, sobretudo no contexto marcado por altas e prolongadas taxas de desemprego e de “estreitamento” do mercado de trabalho” (Baltar, 2003; 2003 a).

**Tabela 17**  
**Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Faixa de Escolaridade (em anos) – Brasil, 1992 e 2001**

Faixas de Escolaridade	Alojamento		Manutenção		Acad. Cabel.		Atv.Cult.Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais			
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Até 7	70,5	54,7	67,4	55,0	61,1	39,6	48,7	29,9	75,7	61,3	68,9	52,6
De 8 a 10	16,0	22,3	19,6	24,7	20,3	25,9	23,0	24,9	13,9	18,7	17,4	23,0
De 11 a 14	12,1	20,4	12,3	18,5	17,1	30,6	22,8	37,4	9,6	18,1	12,5	21,7
15 ou mais	1,4	2,5	0,7	1,8	1,4	3,8	5,5	7,7	0,8	1,8	1,2	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs – 1992 e 2001

Conforme a Tabela 18, abaixo, identifica-se, em se tratando da relação entre nível de escolaridade e rendimento auferido, um aumento dos rendimentos, em todos os ramos investigados, tanto em relação ao maior tempo de

escolaridade em cada ano, quanto à sensível melhora de um ano para outro. No entanto, o rendimento do total dos ocupados em SP, mesmo excluindo os serviços domésticos, apresenta-se bastante reduzido quando comparado com os rendimentos dos demais ocupados não agrícolas em seus respectivos níveis de escolaridade, com exceção somente dos ocupados nas atividades culturais, recreativas e desportivas.

Outro ponto interessante, também observado na análise anterior, refere-se ao fato de que, em 1992, passar de uma faixa de escolaridade para outra com mais anos de estudo, contemplava um aumento maior no nível do rendimento médio auferido, com exceção daqueles – minoria – que completaram o ensino superior. Só para se ter uma idéia, em 1992, completar o primeiro e segundo graus, percebia, em média, um aumento de 40% e 50%, respectivamente. Já em 2001, atingir estas mesmas faixas de escolaridade significava um incremento de 37% e 40% nos respectivos rendimentos (Ver Tabela 18).

**Tabela 18**  
**Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Faixas de Escolaridade – Brasil, 1992 e 2001**

Faixas de Escolaridade	Alojamento		Manutenção		Acad. Cabel.		Atv.Cult.Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais			
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Até 7	1,69	1,88	2,04	2,21	1,94	2,48	3,28	3,47	1,29	1,48	1,77	2,02
De 8 a 10	2,41	2,26	2,52	2,76	2,27	2,85	4,76	7,57	2,03	2,60	2,49	2,86
De 11 a 14	3,84	3,49	3,91	4,66	3,59	3,33	6,44	6,74	2,32	3,11	3,77	4,00
15 ou mais	6,43	9,41	6,06	12,33	9,53	5,90	14,03	15,86	3,03	4,88	7,61	9,88
Total	2,14	2,48	2,40	2,99	2,40	2,97	4,94	6,75	1,50	2,06	2,22	2,85

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

Por fim, cabe analisar a variação do número de ocupados e dos seus rendimentos em SP, levando em conta a estrutura da posição na ocupação (Tabelas 19 e 20). No que se refere ao peso do mercado de trabalho assalariado, percebe-se, ao excluir os serviços domésticos, um aumento em sua participação, sobretudo em 2001, onde quase 45% dos ocupados se enquadram como empregados com e sem carteira de trabalho, sendo nesta última a maior proporção. O peso do mercado de trabalho assalariado é ainda maior quando se analisam, separadamente, os ramos de atividades culturais, recreativas e desportivas e de alojamento e alimentação, em contraste com o baixo peso nos ramos de “outros serviços pessoais” e academias, cabeleireiros e afins. No entanto, a taxa de formalização é relativamente baixa, em todos os ramos, tanto em 1992 quanto em 2001, com exceção ao de alojamento e alimentação, onde o peso dos empregados com carteira supera os sem carteira de trabalho assinada em ambos os anos investigados, inclusive com tendência de aumento não só da formalização, mas também do peso daqueles sem carteira. O aumento do emprego formal é registrado em todos os ramos dos SP entre o período analisado, embora continue muito baixo nos ramos de academias, cabeleireiros e afins e de “outros serviços pessoais”. Já o emprego não formalizado elevou sua participação nos ramos de alojamento e alimentação e academias, cabeleireiros e afins, enquanto nos demais ramos sua participação vem caindo suavemente.

Chamam atenção os ocupados na condição de conta-própria, que passaram a representar cerca da metade dos ocupados nos SP; percentual este que era de quase 30% quando analisada a estrutura da posição na ocupação com os serviços domésticos. Em relação a esta posição na ocupação, vale notar que

seu peso vem caindo, em todos os ramos, ao longo do período analisado, mas ainda continua muito alto, sobretudo em “outros serviços pessoais” e nas atividades de academias, cabeleireiros e afins, onde quase a totalidade dos ocupados se enquadram nesta condição.

Os empregadores possuem baixa participação dentre o total de ocupados, embora tenha se elevado quando se excluiu os serviços domésticos. É mais representativo nos ramos de alojamento e alimentação, manutenção e reparação e nas atividades culturais, recreativas e desportivas, embora do ponto de vista relativo venham perdendo participação ao longo do período analisado.

**Tabela 19**  
**Distribuição (%) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001**

Posição Na Ocupação	Alojamento		Manutenção		Acad. Cabel.		Atv.Cult.Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais			
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
E Formal	31,8	33,5	18,4	21,2	5,9	8,0	18,1	19,8	4,8	7,5	18,9	21,7
E N Formal	22,2	25,1	29,6	27,1	15,1	19,6	40,2	32,4	8,0	7,6	21,6	22,6
C-Própria	36,1	32,2	43,2	42,8	74,9	67,1	33,0	40,7	86,3	82,6	52,5	48,4
Empregador	10,0	9,0	8,8	8,8	4,1	5,2	8,7	7,0	1,0	2,2	7,1	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

Do ponto de vista da remuneração, a Tabela 20 nos mostra que aumento do nível dos rendimentos verificado em todas as posições na ocupação ao longo do período analisado, se deu a uma maior taxa de crescimento nos empregadores, seguidos pelos empregados não formalizados, pelos ocupados na

condição de conta-própria e, por último, para os empregados formais. O aumento dos rendimentos para o total dos ocupados em seus respectivos ramos foi mais elevado nas atividades culturais, recreativas e desportivas, além dos “outros serviços pessoais”, cujo nível era e ainda continua bastante reduzido.

**Tabela 20**  
**Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Posição na Ocupação – Brasil, 1992 e 2001**

Posição Na Ocupação	Alojamento		Manutenção		Acad. Cabel. Afins		Atv.Cult.Recreat. Desportivas		Outros S Pessoais		Total	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
E Formal	1,89	2,26	2,61	2,76	2,90	2,79	4,91	3,91	2,17	2,28	2,27	2,51
E N Formal	1,17	1,63	1,25	1,49	1,70	2,4	2,57	3,96	1,03	1,69	1,33	1,85
C-Própria	2,02	2,31	2,53	3,03	2,39	2,89	7,11	8,23	1,49	1,92	2,15	2,76
Empregador	5,48	6,23	5,15	7,73	4,26	6,05	7,63	18,38	3,89	7,68	5,34	7,45
Total	2,13	2,48	2,39	2,97	2,39	2,95	4,931	6,7	1,507	2,05	2,22	2,84

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

Para se ter uma idéia da organização dos SP, cabe registrar que a distribuição de seus ocupados, nas condições de empregado (com e sem carteira de trabalho) e de empregador, segundo o tamanho do estabelecimento, nos revela, na Tabela 21, que a grande maioria deste subsetor encontra-se em pequenos estabelecimentos, ou seja, em empresas com até cinco empregados. Nos ramos de alojamento e alimentação e de atividades culturais, recreativas e desportivas, há uma maior proporção de ocupados em estabelecimentos com 11 ou mais empregados, embora o primeiro ramo tenha apresentado uma redução relativa entre o período analisado.

**Tabela 21**  
**Distribuição (%) dos Ocupados\* em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividades por Tamanho do Estabelecimento (em número de empregados) – Brasil, 1992 e 2001**

Número de Empregados	Alojamento		Manutenção		Academias, Cab		Atv. Cult. Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais		1992	2001
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Até 2	10,1	9,6	9,4	11,9	18,3	14,2	14,7	13,2	17,2	12,9	15,0	16,1
De 3 a 5	26,6	26,8	42,3	39,2	44,2	42,0	28,2	24,1	44,8	43,7	39,7	36,8
De 6 a 10	21,6	24,3	23,8	21,4	20,6	21,4	23,8	22,9	14,8	17,1	22,1	22,6
11 ou mais	41,7	39,3	24,5	27,6	16,9	22,4	33,3	39,7	23,2	26,4	23,2	24,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

\* Considerando empregados (com e sem carteira de trabalho) e empregadores

Em relação ao rendimento médio, como já era esperado, nos estabelecimentos menores, o nível salarial é inferior ao registrado em estabelecimentos com 11 ou mais empregados. Pode-se perceber que, em média, o rendimento médio auferido pelos ocupados em estabelecimentos com 11 ou mais empregados é, aproximadamente, o dobro daqueles empregados em estabelecimentos com até dois empregados, com exceção dos ramos de academias, cabeleireiros e afins e de atividades culturais, recreativas e desportivas, onde este percentual é ainda mais elevado (ver Tabela 22).

**Tabela 22**  
**Rendimento Médio (em SMH) dos Ocupados\* em Serviços Pessoais segundo Ramos de Atividade por Tamanho do Estabelecimento (em número de empregados)-Brasil, 1992 e 2001**

No. Empregados	Alojamento		Manutenção		Academias, Cab		Atv.Cult.Recreat.		Outros		Total	
	Alimentação		Reparação		Afins		Desportivas		S Pessoais		1992	2001
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Até 2	0,96	1,33	1,16	1,26	1,30	1,76	1,77	1,37	1,35	1,39	1,15	1,36
De 3 a 5	1,18	1,46	1,32	1,58	1,57	2,07	1,96	2,55	1,24	1,82	1,31	1,64
De 6 a 10	1,51	1,78	1,87	2,07	2,26	2,85	3,26	3,18	1,65	1,94	1,80	2,04
11 ou mais	2,04	2,65	2,63	3,04	3,72	3,39	4,68	5,47	1,55	2,27	2,34	2,96

Fonte: PNADs - 1992 e 2001

\* Considerando empregados (com e sem carteira) e empregadores

Pretendeu-se mostrar com as análises acima que, mesmo excluindo os serviços domésticos remunerados, categoria esta responsável por 45% dos SPD, tal segmento continua marcado pelos baixos rendimentos e baixos níveis de escolaridade, além da significativa disparidade de rendimentos e de perfil de seus ocupados. Do ponto de vista do gênero, a maior proporção de homens, ao invés de mulheres, conforme verificado anteriormente, reflete o expressivo peso das domésticas no conjunto do setor. Em relação à idade, ao excluir os serviços domésticos, percebe-se uma notória queda na participação dos ocupados na primeira faixa etária, compreendida entre 10 a 17 anos, mas, por outro lado, no que tange aos com 50 anos ou mais, a tendência de “amadurecimento” em certas atividades se verifica em todos os ramos, com exceção aos de academias, cabeleireiros e afins e das atividades culturais, recreativas e desportivas. No que se refere à escolaridade, embora tenha se verificado um sensível aumento, ainda continua baixo, tendo em vista a alta proporção dos que nem sequer completaram o primeiro grau, ao contrário da pequena participação daqueles que atingiram o ensino superior. Em se tratando da posição na ocupação, nota-se um aumento do peso do mercado de trabalho assalariado ao excluir os domésticos, embora a taxa de formalização não tenha se elevado com expressividade, tendo em vista o peso dos ocupados na condição de conta-própria.



#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com todo o cuidado requerido para analisar os setores da atividade econômica, sobretudo, levando em conta o fato de que os parâmetros de classificação e a própria definição do setor serviços são, de fato, um dos temas mais controversos e espinhosos da literatura econômica sobre o tema, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, a economia brasileira tornou-se uma economia onde o setor de serviços, acompanhando a tendência observada nas economias mais avançadas, tornou-se bastante significativo no que concerne à geração de emprego e renda.

Nos anos 1990, a reestruturação da economia brasileira, praticada de maneira “desordenada” e num cenário de baixo crescimento econômico, intensificou os problemas no mercado de trabalho, caracterizando um período de aumento e de permanência da informalidade e do desemprego, sob diversos aspectos. Tais transformações, incidentes em um contexto de aperfeiçoamento e diferenciação da vida urbana metropolitana e de progressiva alteração e sofisticação dos hábitos urbanos, o que, certamente, levou à necessidade de uma renda monetária mais elevada, exigem “formas de sobrevivência” que, pelo mercado de trabalho, quase sempre estão associadas à prestação de serviços às pessoas e às famílias.

Tornou-se recorrente, também na década de 1990, a afirmação de que os serviços pessoais e domiciliares foram responsáveis pela geração da grande maioria das ocupações ao longo do período, embora em momentos anteriores sua importância já tivesse chamado atenção, mesmo que em raros e incipientes trabalhos.

Mas, na verdade, o que são estes serviços pessoais? Partindo de Browning & Singelmann (1978), que dividem os serviços em produtivos, distributivos, pessoais e sociais, optou-se, por considerar, para a análise da realidade brasileira, entre 1992 e 2001, como Serviços Pessoais e Domiciliares – SPD, às seguintes atividades: alojamento e alimentação; manutenção e reparação; academias, cabeleireiros e afins; atividades culturais, recreativas e desportivas; serviços domésticos remunerados e “outros serviços pessoais”.

Em relação a esta tipologia apresentada, deve-se frisar que existem outras atividades que são prestadas às pessoas e às famílias, contudo, não são contabilizadas nas estatísticas nacionais como serviços direcionados à demanda individual ou domiciliar, mas, por exemplo, como “serviços distributivos” (caso do comércio), “serviços produtivos” (como os serviços bancários e a *relation de service* entre o gerente e o cliente, além dos serviços de vigia e segurança particular / residencial, etc.) e também “serviços sociais” (educação e saúde). Ou seja, os SPD abarcam uma gama de atividades muito maior que às tidas como os serviços prestados às pessoas e às famílias.

Nesta perspectiva, verificou-se que os SPD constituem um subsetor de suma importância para entender e refletir determinados aspectos imanentes tanto ao setor de serviços como um todo, quanto aos aspectos mais gerais do mercado de trabalho brasileiro.

Os SPD caracterizam-se, do ponto de vista ocupacional, pelo subsetor de maior importância quando comparado com os demais subsetores do setor serviços: em 2001, representava mais de 30% do total de seus ocupados. No entanto, em se tratando dos rendimentos, este se mostra como o subsetor que

pior remunera, ou seja, que apresenta remunerações inferiores às verificadas para o conjunto dos serviços e dos demais setores da atividade econômica não agrícola.

Em outros termos, se por um lado, o subsetor de SPD é o que mais absorveu mão-de-obra e gerou ocupações ao longo desses últimos anos, por outro, é o que apresentou os mais baixos rendimentos, inclusive com significativas disparidades.

Além do que, conforme se pôde notar, é um subsetor bastante diversificado e caracterizado por certa “dualidade”, tendo em vista que é representado por atividades mais tradicionais como a expressiva camada de empregados domésticos remunerados, mecânicos e reparadores de “segunda mão”, garçons, balconistas, costureiras, cabeleireiros, manicures, etc., e por atividades tais como professores de educação física nas academias, *personal trainers*, profissionais altamente qualificados para atuarem em serviços de alojamento e alimentação, tais como *maitrês* e *chefs* de cozinha, além de profissionais do ramo de estética, cirurgias plásticas e afins; atividades estas que são direcionadas, em grande medida, às pessoas e famílias de mais alta renda.

Ou seja, mesmo que ainda persista uma considerável gama de atividades mais tradicionais, inclusive sendo estas o “grosso” dos SPD, nota-se certa “modernização” em algumas de suas ocupações, sobretudo às ligadas à prestação de serviços para uma camada com diferenciado poder aquisitivo, onde as exigências técnica e de qualificação e formação superior, além da qualidade dos serviços prestados, são condições essenciais para que se possam ocupar determinados postos de trabalho. Em outros termos, pode-se afirmar que a

“dualidade” deste setor é caracterizada, por um lado, pela presença de empregos do tipo “velho”; empregos estes que se reproduzem num contexto de baixo crescimento e desigualdade socioeconômica e, de outro, por atividades “novas” que, em quase sua totalidade, são prestadas às pessoas e às famílias com maior poder aquisitivo.

Além do que, “desfrutando do gasto da elite”, aparecem oportunidades para uma camada de profissionais que prestam serviços, com grande proveito financeiro, como os *promoters* de festas e eventos, proprietários de prósperas academias, clínicas de *spas*, etc. e que, com isso, formam uma “nova camada de clientes” que, utilizando-se de serviços de baixos salários, incluem-se num padrão de consumo e estilo de vida que se aproximam ao padrão de consumo dos seus “patrões mais abastados” (Cardoso de Mello & Novais, 1998).

Um outro fator que também deve ser mencionado, ao tratar dos SPD, refere-se ao fato de que, no Brasil, com a deficiência dos serviços públicos, aparece a possibilidade de prestação de um leque de atividades “conviviais”, como auxílio e assistência em domicílios às pessoas com deficiência, aos idosos, doentes e crianças, fornecendo, assim, sobretudo aos jovens desempregados, empregos de tempo parcial e salário reduzido.

Além da expressiva importância do ponto de vista da ocupação e dos baixos rendimentos verificados nos SPD, aspectos já referidos anteriormente, cabem algumas informações adicionais de determinadas peculiaridades deste subsetor, comparativamente aos demais setores da atividade econômica não agrícola. Do ponto de vista de gênero, os SPD são marcados predominantemente pelas mulheres; fato este influenciado pelo alto peso do emprego doméstico

remunerado, uma vez que, excluindo estes, o setor passa ser representado por um percentual maior de ocupados do sexo masculino. No que se refere à remuneração, como já esperado, as mulheres registram níveis salariais bem inferiores aos dos ocupados masculinos seja do mesmo setor, seja com a mesma faixa de escolaridade, posição na ocupação, etc. Outra característica deste subsetor é que seus ocupados ainda possuem baixos níveis de escolaridade, embora entre o período analisado possa ser observada uma sensível melhora, que, inclusive, não é peculiaridade sua, uma vez que o nível de escolaridade da população brasileira e dos ocupados em geral tenha aumentado.

Do ponto de vista da posição na ocupação, é interessante notar que, embora os dados apontem para uma maior “estruturação” do setor, ou seja, de uma maior formalização de suas atividades e de relativa “organização” do serviço doméstico remunerado, os SPD ainda caracterizam-se por um reduzido peso do mercado de trabalho assalariado, inclusive com baixa formalização e pelo alto peso dos empregados domésticos. Além do que, podem ser caracterizados pelo setor que agrupam os ocupados com as mais altas taxas de informalidade, quando se levam em conta àqueles que não tem carteira de trabalho assinada e aqueles que estão na condição de conta-própria.

No entanto, frente à diversidade de subsetores que contemplam os SPD (alojamento e alimentação, manutenção e reparação, academias, cabeleireiros e afins, serviços domésticos remunerados, atividades culturais, recreativas e desportivas e outros serviços pessoais), optou-se por uma análise mais desagregada, por subsetores, excluindo os serviços domésticos remunerados, quase a metade dos ocupados em SPD (45%).

---

Mesmo assim, verificou-se que este subsetor continua marcado pelos baixos rendimentos e baixos níveis de escolaridade, além da significativa disparidade de rendimentos e do perfil de seus ocupados. Do ponto de vista do gênero, a maior proporção de homens, ao invés de mulheres, conforme já explicitado anteriormente, reflete o expressivo peso das domésticas no conjunto do setor. Em relação à idade, ao excluir os serviços domésticos, percebe-se uma notória queda na participação dos ocupados na primeira faixa etária, compreendida entre 10 a 17 anos, mas, por outro lado, no que tange aos com 50 anos ou mais, a tendência de “amadurecimento” em certas atividades se verifica em todos os ramos, com exceção aos de academias, cabeleireiros e afins e das atividades culturais, recreativas e desportivas. No que se refere à escolaridade, embora tenha se verificado um sensível aumento, ainda continua baixo, tendo em vista a alta proporção dos que nem sequer completaram o primeiro grau, ao contrário da pequena participação daqueles que atingiram o ensino superior. Em se tratando da posição na ocupação, nota-se um aumento do peso do mercado de trabalho assalariado ao excluir os domésticos, embora a taxa de formalização não tenha se elevado com expressividade, tendo em vista o peso dos ocupados na condição de conta-própria. Observou-se também que é um subsetor caracterizado pela presença em pequenos estabelecimentos.

Ainda em relação ao serviço doméstico remunerado, vale frisar que o estudo chama a atenção à dimensão que estes atingiram no país, num período em que o Governo Federal apontava na direção de uma “inserção no Primeiro Mundo”. Trata-se, sem dúvida, de uma “modernização conservadora” da economia e da sociedade brasileiras.

Como bem mostraram Cardoso de Mello & Novais (1998), não se pode construir uma nação civilizada e uma economia moderna e pujante tendo como alicerce um padrão de desenvolvimento que se apóia em atividades de baixas remuneração e qualificação, bem como num padrão de sociabilidade marcado pelo “clientelismo” quase sempre associado à prestação de serviços pessoais e domiciliares.

Conforme já advertia Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, de 1776, nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz, se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis. Além disso, “manda a justiça que aqueles que alimentam, vestem e dão alojamento ao corpo inteiro da nação, tenham uma participação tal na produção de seu próprio trabalho, que eles mesmos possam ter mais que alimentação, roupa e moradia apenas sofrível” (1983:101).

Assim, conhecer a dinâmica dos SPD é um passo importante para contribuir na reflexão acerca de um país marcado pela profunda desigualdade socioeconômica e pelos baixos salários. Acredita-se que, dado este “pano de fundo”, persiste a necessidade, bem como a curiosidade, de uma investigação ainda mais detalhada, na tentativa de incorporar uma atualização empírica, a partir de 2002, mas que, no entanto, demandarão uma meticulosa compatibilização do código de atividades da PNAD, além da compreensão de determinados aspectos mais recentes relacionados ao funcionamento do mercado de trabalho nacional.



## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, W.J., SILVA, M.C. *Dinâmica do setor de serviço no Brasil – emprego e produto*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, no. 18, 1973.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. *Distribuição de renda e emprego em serviços*. Rio de Janeiro: IPEA / INPES. Coleção Relatórios de Pesquisa, no. 34, 1976.

ANDRADE, Paulo Roberto Franco. *Dinâmica da ocupação no setor terciário no Brasil, 1950-1980: um estudo introdutório*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1989. (Dissertação de Mestrado).

BALLARINO, Gabriele. *Modelli di sviluppo postindustriale e struttura del terziario: il caso di Milano*. IRES Lombardia, Nuova Collana Ricerche 1, 2001.

BALTAR, P., DEDECCA, C. *Emprego e salários nos anos 60 e 70*. Campinas: IE/ UNICAMP, 1992.

BALTAR, P., DEDECCA, C., HENRIQUE, W. *O comportamento da estrutura ocupacional brasileira nos anos 80*. Relatório de Andamento do Projeto de Pesquisa “Distribuição de renda, emprego e salários”. Convênio: Fundação SEADE / FECAMP, jun, 1992.

BALTAR, P. , HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil: IN: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A ., et al. (orgs). *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scitta, 1994.

BALTAR, P., CACCIAMALLI, M., DEDECCA, C. *Mercado de trabalho no Brasil: o aumento da informalidade nos anos 90*. Relatório Final. Convênio IPEA / FECAMP. Campinas: IE / UNICAMP, 1997.

BALTAR, P. Crise contemporânea e mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP – IE, 1998, p. 113-129.

BALTAR, P. *O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 2003 (Tese de Livre-Docência).

BALTAR, P. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. IN: Proni, M., HENRIQUE, W. (org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP, Campinas: IE/UNICAMP, 2003 a, p. 107-152.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Carlos Alonso. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (org.). *Economia & Trabalho: textos básicos*. Campinas: UNICAMP – IE, 1998, p. 113-129.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Campinas: IE/UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).

BARCET, A., BONAMY, J. Qualité et qualification des services. IN: DE BANDT, J., GADREY, J. (dir.). *Relations de service, Marchés de service*. CNRS Éditions, 1994.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1977.

BROWNING, H. C., SINGELMANN, J. *The transformation of the US Labour Force: the interaction of industry and occupation*. Politics and Society. Springfield, 1978.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec, 4 ed., vol. 3, 1991. Coleção Estudos Históricos 3.

CACCIAMALLI, M.C. Globalização e processo de informalidade. In: *Economia & Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da Unicamp, no. 14, junho de 2000, p. 70-87.

CANO, Wilson. Aspectos teóricos e metodológicos para análise do setor terciário. IN: *Cenários da urbanização paulista* (documento básico). Coleção São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo: Fundação SEADE, 1992. 8v.

CARDOSO Jr., José Celso. *Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90*. Rio de Janeiro: IPEA, jul. 1999. (Texto para discussão, n. 655).

CARDOSO DE MELLO, J.M. Conseqüências do neoliberalismo. In: *Economia & Sociedade*. Revista do Instituto de Economia da Unicamp, no. 01, agosto de 1992, p. 59-68.

CARDOSO DE MELLO, J. M. & NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4.

CARNEIRO, Ricardo. *Reformas liberais, estabilidade e estagnação: a economia brasileira na década de 90*. Campinas: UNICAMP, 2000. (Tese de Livre-Docência – IE / ECONOMIA).

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quartel do século XX*. Campinas: Editora da UNESP, 2002.

CARVALHO, Marcelo Soares de. *Absorção de mão-de-obra no setor de serviços brasileiro dos anos 90*. Campinas: IE/UNICAMP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. de Iraci Poleti, 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

CEPAL. *Las transformaciones de la estructura socio-ocupacional del Brasil, 1960-1980, y la crisis social de los años ochenta*. Santiago de Chile, Naciones Unidas, 1989.

CESO – Consultoria & Estudos & GEOIDEIA – Estudos de Organização de Território. *Ramo de actividades dos serviços: âmbito actual e perspectivas de evolução futura*. Lisboa: CESO, 2000.

CLARK, C. A. *The conditions of economic progress*. Machimilan, London, 1940.

COUTINHO, L. O desempenho da indústria sob o Plano Real. IN: MERCADANTE, A. (org). *O Brasil pós Real: a política econômica em debate*. Campinas: IE / UNICAMP, 1997, p. 225-247.

DEDECCA, C., MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário. IN: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol6, no.3, jul / set, 1992.

DEDECCA, C. *Reorganização econômica e relações de trabalho no Brasil*. Chicago: LASA Congres, 1998.

DEDECCA, Cláudio. *Reorganização econômica, absorção de mão de obra e qualificação*. Campinas: UNICAMP, 2000. .38 p.

DEDECCA, C. Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas – SP, IE UNICAMP, 2003, p. 71-106.

DE BANDT, Jacques. De l'économie des biens à l'économie des services: la production de richesses dans et par les services. IN: DE BANDT, J., GADREY, J. (dir.). *Relations de service, Marchés de service*. CNRS Éditions, 1994.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS, DIEESE. *O mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.

DWEEK, Ruth Helena. Serviços de higiene pessoal: a beleza como variável econômica reflexo nos mercados de trabalho e de bens e serviços. In: MELO, Hildete, SABBATO, Alberto (orgs). *Os serviços no Brasil: estudo de casos*. Rio de Janeiro: MICT, 1998, p. 92-117.

FAGNANI, E., BRAGA, J.C. , SILVA, P.L. Recessão e financiamento das políticas sociais. In: *Revista de Administração pública*, no. 23 (3), Rio de Janeiro, maio-junho, 1989, p. 135-174.

FAGNANI, Eduardo. *Política social e pactos conservadores no Brasil- 1964/92*. Campinas: IE/UNICAMP, *Revista Economia & Sociedade*, no. 8, 1997.

FAGNANI, Eduardo. *Ajuste econômico e financiamento da política social: notas sobre o período 1993/1998*. *Economia e Sociedade*. Campinas, no. 13, 1999, p. 155-178.

FARIA, V. E. *Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas*. *Novos estudos CEBRAP*, no. 29, março de 1991, p. 98-119.

FREITAS, Renata. *Trabalho – lar – empresa*. *Revista Metrôpole Campinas* ([www.cosmo.com.br/revistacp](http://www.cosmo.com.br/revistacp)), de 23/07/2003), 4p.

FUCHS, Victor. *The service economy*. New York: National Bureau of Economic Research, 1968.

GADREY, Jean. Les relations de service dans le secteur marchand. IN: DE BANDT, J., GADREY, J. (dir.). *Relations de service, Marchés de service*. CNRS Éditions, 1994.

GADREY, Jean. Emprego, produtividade e avaliação do desempenho dos services. IN: SALERNO, Mario Sérgio (org.). *Relação de serviço: produção e avaliação*. São Paulo: Editora SENAC. (Série Trabalho e Sociedade), 2001.

GERSHUNY, J., MILES, I. *The new service economy: the transformation of employment in industrial societies*. Londres: Francis Pinter, 1983.

GERSHUNY, J. I. The future of service employment. In: GIARINI, O. *The emerging service economy*. Pergamon Press, 1987.

GOMES, Darcilene. Reestruturação da economia nos anos 90 e o Mercado de trabalho brasileiro. IN: ANAIS do X Encontro Nacional de Economia Política, SEP, 2005.

GORZ, André. *Misérias del presente, riqueza de lo posible*. Trad. de Cristina Piña. Paris: Editora Galilée, 1997.

GORZ, André. Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003.

GUERREIRO, Maria das Dores. Os trabalhadores dos serviços de cuidados pessoais e domésticos. In: *Os serviços prestados às famílias: análise de quatro conselhos da área metropolitana de Lisboa*. European Foundation for the Improvement of living and working conditions. Lisboa, 2000.

HENRIQUE, W. Questão social e políticas sociais no Brasil. IN: OLIVEIRA, M. A . (org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998, p. 79-94.

HENRIQUE, Wilnês. *O capitalismo selvagem: um estudo sobre a desigualdade no Brasil*. Campinas: IE / UNICAMP (Tese de doutorado), 1999.

ILLERIS, S. *The service economy: a geographical approach*. Londres: John Wiley & Sons, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Dinâmica do setor de serviços no Brasil – emprego e produto*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Relatório de Pesquisa, 18).

KON, Anita. *Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias*. Revista de Economia Política. vol 19, no. 2 (74), abril – junho, 1999.

KON, Anita. *Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico?* (Paper apresentado em comemoração do centenário do nascimento de Raul Prebisch). Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2001.

LEONE, Eugênia. O trabalho da mulher nas regiões metropolitanas brasileiras. IN: Proni, M., HENRIQUE, W. (org.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP, Campinas: IE/UNICAMP, 2003, p. 199-230.

LESSA, Carlos, et al. *Pobreza e política social: a exclusão nos anos 90*. Praga: Estudos marxistas, no. 3, set- 1998, p. 59-86.

LESSA, Carlos. , et al. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Coleção Metrôpoles.

LIMA, F., SOARES, R., LEAL, L. *A relação de serviço na produção material e na produção imaterial*. IN: CD-ROM do Congresso da ABERGO, setembro de 2002.

MAIA, Gori. *Espacialização de classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social*. Campinas: IE/UNICAMP (Tese de doutorado), 2006.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. Campinas: Scritta, 1995, (Tese de doutoramento – IE / UNICAMP).

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1999. 47p.

MEIRELLES, Dimária Silva. *Serviços: características e organizações de mercado*. IN: ANAIS do X Encontro Nacional de Economia Política, SEP, 2005. p. 4476-4497.

MELO, Hildete, et al. *É possível uma política para o setor serviços?* Rio de Janeiro: 1997, IPEA (Texto para discussão, no. 457).

MELO, Hildete. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro: junho de 1998, IPEA (Texto para discussão, no. 565).

MELO, Hildete, et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global – 1985/95. In: *A economia brasileira em perspectiva*. Rio de Janeiro: IPEA, v.2, 1998, p.665-712.

MELO, Hildete, et al. *O crescimento dos serviços no Brasil: considerações preliminares*. IN: ANAIS do V Encontro Nacional da ABET, 1999. p. 447-467.

MELO, Hildete, et al. *Da cozinha para o mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90*. ([www.fee.tche.br/mulher\\_Trabalho/Artigo6.pdf](http://www.fee.tche.br/mulher_Trabalho/Artigo6.pdf)), 15p.

MELO, Hildete, MARQUES, Osiris Ricardo. *Serviços e trabalho precário: um olhar sobre o Rio de Janeiro*. IN: DIEESE, CESIT (Orgs). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*, 2005, p. 177-192.

MELVIN, J. R. *History and measurement in the service sector: a review*. The review of income and wealth, 1995.

MILLER, Lilian. *Mudança tecnológica e o emprego*. In: Revista da ABET, vol.2, no. 2, jul/dez, 2002.

MONTAGNER, P., BERNARDES, R., MATTEO, M. A demanda por serviços: o que há de novo na economia paulista. In: *São Paulo em perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE. Vol. 13, no. 2, 1999.

MORAIS, Leandro Pereira. *Os serviços pessoais no Brasil*. In: ANAIS do II Encontro Nacional de Pós Graduação em História Econômica. Niterói: UFF, 2004, CD ROM, 25 p.

MORAIS, Leandro Pereira. Dinâmica das ocupações e dos rendimentos do trabalho no setor de serviços pessoais e domiciliares no Brasil durante a década de 90. IN: *Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT*, 2005. CD ROM, 93 p.

MORAIS, Leandro Pereira. Ocupações e rendimentos no subsetor de Serviços Pessoais e Domiciliares no Brasil metropolitano” (1992-2002). IN: *Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro: estudos DIEESE/CESIT*, 2005a. CD ROM, 75p.

MORAIS, Leandro Pereira. *Desenvolvimento socioeconômico, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernização e/ou retrocesso?* In: ANAIS do IX Encontro Nacional da ABET. Recife: 13 a 16 de novembro, 2005, CD ROM, 25 p. (2005b).

MORAIS, Leandro Pereira. *Mercado de trabalho e os serviços pessoais e domiciliares no Brasil contemporâneo: modernização ou volta ao passado?* In: PRÊMIO IPEA CAIXA 2005 ([www.ipea.gov.br/ipeacaixa2005](http://www.ipea.gov.br/ipeacaixa2005)) (2005c).

MORAIS, Leandro Pereira. Formação econômico-social, urbanização e o emprego em serviços pessoais e domiciliares no Brasil: modernidade ou volta ao passado? In: *Cadernos de Economia da UNOCHAPECÓ*. Chapecó: Argos, ano 9, no. 17, julho-dezembro de 2005, p. 7-40, (2005d).

MOREIRA, Daniel Augusto. *Medida da produtividade em atividades de serviços: alguns problemas e soluções*. Revista de indicadores de Qualidade e Produtividade, fev. 1993. p. 59 – 78.

MORETTO, A . , POCHMANN, M. Comportamento da ocupação no setor terciário brasileiro. IN: TEIXEIRA, M. , LADOSKY, M.H., DOMINGUES, M. R. (org.). *Negociação e contratação coletiva da qualificação sócio-profissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo: CUT, 2005, p. 89-114.

OFFE, Claus. *O capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, vol. 2, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Editora Brasiliense / CEBRAP, 1976.

ORBAN, Edouard. O serviço é um produto? IN: DIEESE, CESIT (Orgs). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*, 2005, p. 11-20.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, M. *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

PRONI, M, SILVA, R., OLIVEIRA, H. A modernização econômica no Brasil. IN: DIEESE, CESIT (Orgs). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*, 2005, p. 95-122.

QUADROS, Waldir. *O “milagre brasileiro” e a expansão da nova classe média*. Campinas: UNICAMP (Tese de doutoramento), 1991.

QUADROS, Waldir. A evolução recente das classes sociais no Brasil. In: PRONI, M., HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas – SP, IE UNICAMP, 2003, p. 15-70.

RAMOS, L. , FERREIRA, V. Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil – 1991/2003. Rio de Janeiro: 2005, IPEA (Texto para discussão, no. 1099). Disponível on line ([www.ipea.gov.br/textosparadiscussao](http://www.ipea.gov.br/textosparadiscussao))

REICH, Robert. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século XXI*. (Trad. de Claudiney Fullmann). São Paulo: Educator, Parte 3, cap. 14, 1993, p. 159-171.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos 20. IN: SZMRECSÁNYI, Thiago (org.). *História econômica da Primeira República*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, p. 341-368.

SABOIA, João. *Emprego nos anos 80 – uma década perdida*. In: ANAIS do Seminário “Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho”. São Paulo, abr. 1991.

SMITH, A . (1776) *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, vol 1, p. 101.

SALERNO, Mario Sérgio (org.). *Relação de serviço: produção e avaliação*. São Paulo: Editora SENAC. (Série Trabalho e Sociedade), 2001.

SANTOS, Anselmo L. *Trabalho em pequenos negócios no Brasil: impactos da crise do final do século XX*. Campinas: IE / UNICAMP (Tese de doutorado), 2006.

SANTOS, J. A . *Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil*. IN: Revista de Ciências Sociais, vol 44, ano I. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do RJ, 2001.

SEADE. *Mulher & Trabalho*. São Paulo: Fundação Seade, no 05, setembro de 2001.

SINGER, Paul. *Força de trabalho no Brasil*. SP: CEBRAP, Caderno no. 3, 1971.

TAVARES, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A . (org). *O Brasil pós Real: a política econômica em debate*. Campinas: IE / UNICAMP, 1997, p. 101 – 130.